

André Bueno • Edelson Parnov
Mateus Nascimento • Vanessa Ferreira



FACES DA ÁSIA



SOBRE ONTENS
EDIÇÃO ESPECIAL
EBOOK.2020



SOBRE ONTENS
EDIÇÃO ESPECIAL
EBOOK.2020



Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-reitor: Fabio Barboza Passos

Centro de Estudos Asiáticos

Edelson Costa Parnov

Ekaterina Volkova

Fabiane Assaf

Mateus Nascimento

Thaiz Senna

Yasmin Motta

Equipe realizadora do livro Faces da Ásia

Ekaterina Volkova

Edelson Costa Parnov

Fabiane Assaf

Mateus Nascimento

Thaiz Senna

Yasmin Motta

Vanessa Costa Ferreira

Edições Especiais Sobre Ontens

Comissão Editorial

Dulceli Tonet Estacheski [UFMS]

Everton Crema [UNESPAR]

Carlos Eduardo Costa Campos [UFMS]

José Maria Neto [UPE]

Luis Filipe Bantim [UFRJ]

Rede:

www.revistasobreontens.site

Projeto Orientalismo

Coord. André Bueno

Rede:

www.orientalismo.site

Autores do volume

Alessandra Scangarelli Brites, Diana Jane Barbosa da Silva, Victor Raphael Rente Vidal, João Gabriel Fischer Moraes Rego, Telma Yamabe, Gabriel Akira Garcia Miagusko, João Pedro Bonandi, Flavio Alexandre de Oliveira Filho, Rafaela Mello Rodrigues de Sa, Cinthia Rodrigues de Oliveira, Marcos Vinicius Romão da Silva Xavier, Eduardo Alberto Crespo, *Raquel Gryszczenko* Alves Gomes, Levi Yoriyaz, Pedro Dalla Bernardina Brocco, Joanes da Silva Rocha, Rodrigo Rocha da Cunha e Vanessa Costa Ferreira.

Editoração e diagramação: Vanessa Costa Ferreira e André Bueno

Ficha Catalográfica

BUENO, André; PARNOV, Edelson Costa; NASCIMENTO, Mateus Martins do;
FERREIRA, Vanessa Costa (org.)

Faces da Ásia. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/CEA-UFF, 2020.

ISBN: 978-65-00-08730-7 163pp.

História Asiática; Historiografia; Interculturalidade; Relações Internacionais.

ÍNDICE

Prefácio

Texto de abertura: semeando possibilidades em estudos asiáticos5

Algumas notas sobre os estudos asiáticos na cena brasileira, pensando o porvir.....9

Capítulo 1 – Cultura pop, mídia, artes e moda

Imperialismo e colonização: a representação das relações intrínsecas e dúbias entre as elites japonesa e coreana através do cinema

Alessandra Scangarelli Brites.....13

Japão de Akira Kurosawa: o filme sonhos (1990)

Diana Jane Barbosa da Silva.....24

O grito da matéria: Gutai e o projeto de renovação das artes japonesas

Victor Raphael Rente Vidal.....33

Compra-se Cultura: a Transformação de Pinturas e Vestimentas Japonesas em Kitsch

Telma Yamabe e Gabriel Akira Garcia Miagusko.....46

Capítulo 2 – Relações Internacionais

As estratégias de soft power na formação da potência regional saudita

João Gabriel Fischer Moraes Rego.....56

O papel que a Governança Corporativa pode exercer como driver para uma possível expansão da relação bilateral entre Brasil e Coreia do Sul

João Pedro Bonandi.....67

Paradiplomacia Chinesa e As Iniciativas Internacionais Da Cidade De Chengdu

Flavio Alexandre de Oliveira Filho e Rafaela Mello Rodrigues de Sá.....79

Sistema monetário internacional em transformação: a internacionalização do renminbi

Cinthia Rodrigues de Oliveira e Paulo Van Noijs.....91

Spin-off da prática e o contraditório à “re-ordem” mundial

Marcos Vinicius Romão da Silva Xavier e Eduardo Alberto Crespo.....104

Capítulo 3 – História e Historiografias em debate

Uma breve análise das práticas historiográficas ocidentais no Japão pelo *Asiatic Society of Japan* no final do século XIX

Raquel Gryszczenko Alves Gomes e Levi Yoriyaz.....118

A escrita da diferença em Luís Fróis: algumas considerações sobre o tratado das contradições e diferenças entre a Europa e o Japão

Pedro Dalla Bernardina Brocco.....129

Macau e Nagasaki: Patrimônios conectados

Joanes da Silva Rocha.....135

Do Índico ao Atlântico: as transações comerciais entre a praça mercantil do Rio de Janeiro e o Estado da Índia (1780-1820)

Rodrigo Rocha da Cunha.....147

Piotr Stutchka e o Direito Proletário: entre os debates históricos e jurídicos

Vanessa Costa Ferreira.....156

Prefácio

TEXTO DE ABERTURA:

SEMEANDO POSSIBILIDADES EM ESTUDOS ASIÁTICOS

Prefaciar um livro implica dois exercícios fundamentais: comentar de maneira provocativa os elementos da obra, buscando cativar os possíveis leitores; e mapear as intenções e processos que a originaram. Este volume, uma verdadeira sementeira de ideias para interessados em estudos asiáticos, é a primeira produção bibliográfica do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA/UFF), fundado em 2018.

O nome Centro de Estudos Asiáticos foi escolhido como forma de homenagear os diversos centros de estudos afro-asiáticos criados na América Latina, com apoio da Unesco, entre o final dos anos 1950 e o início dos 1970, no contexto do movimento dos países não-alinhados. Mas também de modo a frisar a especialização do grupo em Ásia. No Brasil, a Universidade Cândido Mendes (UCAM) abriga o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), criado em 1973, e que publicou a revista Estudos Afro-Asiáticos entre 1978 e 2013, e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) mantém o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado em 1959, e responsável pela revista Afro-Ásia desde 1965.

A questão acadêmica está atrelada à questão geopolítica. Os países asiáticos e o Brasil têm um longo histórico de relações. A imigração japonesa, as trocas econômicas entre as câmaras de comércio brasileiras e dos países do Oriente Médio, as relações Brasil-China e Brasil-Coreia(s), a criação dos BRICS etc. Esses fatores estão por trás da formação dos grupos de pesquisa sobre o continente asiático e das poucas graduações em línguas, literaturas e culturas da Ásia existentes no Brasil. Além disso, a presença de temas relacionados à Ásia continua tímida nos currículos da educação básica, ainda muito impregnados de uma perspectiva orientalista, a qual atrela o continente asiático a uma ideia de exotismo.

Na contramão desse contexto, jovens pesquisadores têm avançado no interesse pelos estudos asiáticos em sua formação, tanto por conta própria quanto por meio da formação de grupos de estudos. Neste sentido, percebe-se uma necessidade de maior integração entre os pesquisadores de Ásia do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, problemática que o CEA busca enfrentar por meio de seus eventos, cursos e reuniões de estudo, as quais congregam professores, estudantes e pesquisadores independentes de diversas instituições e localidades do RJ.

Dito isso, é provável que venha à mente a seguinte pergunta: “Mas quem é o CEA?” O grupo foi criado em fevereiro de 2018 por Edelson Parnov e Mateus Nascimento, à época recém-ingressos do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFF, com projetos de pesquisa sobre China e Japão, respectivamente. Ambos queriam criar um espaço que congregasse os estudantes interessados em Ásia da UFF e de outras instituições de ensino superior do Rio, bem como ajudasse a divulgar informações sobre o continente asiático para fora dos muros da Universidade.

Após as primeiras conversas e rascunhos do projeto do Centro, Fabiane Assaf, então graduanda em História da UFF e hoje mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da mesma instituição, chegou para enriquecer os trabalhos. Militante pelo lugar curricular dos estudos sobre Oriente Médio desde a graduação (sobretudo defendendo outra chave para sua aparição que não sob o signo da violência), trazia consigo experiência de realização e participação em eventos anteriores, os quais versavam sobre os estudos asiáticos.

Também passou a integrar o CEA a pesquisadora Thaiz Senna, doutoranda do PPGH/UFF, que trazia a demanda dos estudos russos. Sua experiência em estudos de tradução, relações de gênero, representação feminina na propaganda política soviética, foi muito importante. Além disso, seu ofício como professora do município de São Gonçalo (RJ) inaugurou uma nova temática estruturante do CEA: o ensino de história da Ásia, suas formas e possibilidades.

Em poucos meses, o CEA convidou a professora Ekaterina Américo Volkova para ser a coordenadora acadêmica do grupo. Sua contribuição no

campo dos estudos russos corrobora com o ímpeto do Centro e sua trajetória conta com igual ineditismo: é a primeira professora a desenvolver os estudos de língua, literatura e cultura russa no Instituto de Letras da UFF, atuando como professora efetiva desde 2015. Recebemos sua participação e contribuição como símbolo do crescimento do compromisso com a seriedade da regularização institucional.

Por fim, contamos desde 2019 com a presença da pesquisadora Yasmin Motta, graduanda em Relações Internacionais da UFF e cuja área de pesquisa é a península coreana. A presença dela no CEA mostra que a pouca valorização dos estudantes de graduação na elaboração de pesquisas é um equívoco.

A equipe atual do CEA busca a expansão das atividades e melhores condições de infraestrutura para congregar ainda mais pesquisadores em ensino, pesquisa e extensão em estudos asiáticos. De fato, é uma tarefa em andamento discutir esse espaço curricular, com os debates e planejamentos que lhe cabem. Nesse sentido, vem sendo realizados eventos desde a fundação do Centro. Por meio deles, os pesquisadores que dirigem os trabalhos têm expandido relações, propiciado espaços para apresentação de trabalhos, auxiliado interessados e, mais recentemente, aberto o espaço para contribuições de mais pesquisadores engajados no campo de ensino de estudos asiáticos, através de uma parceria vigorosa com a Biblioteca Parque de Niterói.

Realizamos minicursos, mesas redondas, grupos de estudo e o Simpósio Fluminense de Estudos Asiáticos (SFEA), o qual ocorreu na UFF entre os dias 9 e 12 de setembro de 2019. Partindo do tema “Faces da Ásia”, ele reuniu pesquisadores de várias regiões do país, com as mais diversas titulações e especializações. A presente publicação é resultado da compilação de alguns dos textos dos trabalhos apresentados no SFEA.

Em tempo, acreditamos ser honroso agradecer ao professor André Bueno, organizador e diretor do selo editorial Sobre Ontens, que esteve conosco durante o SFEA e gentilmente oportunizou as primeiras conversas no sentido de lançar este volume em parceria com o CEA. Também agradecemos à Vanessa Costa Ferreira por sua atuação no sentido de preparar os textos para publicação.

Além disso, agradecemos às autoras e autores que, gentilmente, nos enviaram os textos de suas apresentações no SFEA e tornaram este livro

possível. São contribuições que demonstram maturidade, competência e trajetórias tão díspares, mas que se encontraram (e se encontram) na missão nobre e potente de semear ideias. Enfim, trata-se de esforço bibliográfico com a mesma ambiciosa intenção referida no começo desse breve texto: semear. Portanto, semear uma questão, semear uma viabilidade temática pouco discutida, semear a necessidade de mais integração entre os participantes do campo de estudos asiáticos, semear uma militância, semear projetos e, por fim, semear possibilidades em estudos asiáticos.

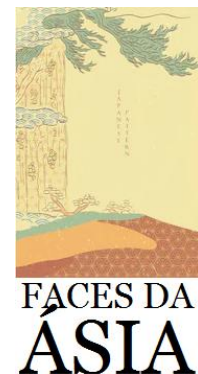
Mateus Nascimento (Mestre em História – UFF)

Edelson Costa Parnov (Doutorando em História Social – USP),

Ambos membros do CEA.

Boa semeadura, digo leitura!

ALGUMAS NOTAS SOBRE OS ESTUDOS ASIÁTICOS NA CENA BRASILEIRA, PENSANDO O PORVIR¹



Este texto tem por objetivo pontuar aspectos centrais dos Estudos Asiáticos no Brasil que influenciaram o desenvolvimento dos grupos de estudos e iniciativas de pesquisa, como é o caso do Centro de Estudos Asiáticos da UFF (CEA-UFF). Para tal, faz-se um breve recuo ao histórico do desenvolvimento da área e suas condicionantes, bem como aborda-se o futuro dela e as novas iniciativas, caso do CEA-UFF.

O primeiro ponto interessante a ser lembrado é a relação dos Estudos Asiáticos com outros desenvolvidos no cenário acadêmico brasileiro. Ronan Alves Pereira (2003) aponta o fato de que esse campo no Brasil, se comparado com outros estudos étnico-culturais – por exemplo o caso dos estudos afro-brasileiros – manteve uma relação secundária na academia brasileira desde o período colonial até pelo menos até a segunda década do século XX. Ainda sobre esse primeiro aspecto, cabe pontuar o perfil eurocentrado ou eurocêntrico da academia brasileira, elemento que dificultou ou mesmo inviabilizou o estudo e o investimento em pesquisas sobre outras regiões do mundo, como é o caso do campo dos Estudos Asiáticos.

Como bem colocado por Pereira (2013), essa realidade produz uma marginalização da Ásia na educação brasileira, em todos os níveis, desde o ciclo básico, o secundário e mesmo o universitário. Á longo prazo, esse processo resulta em uma contínua falta de política de apoio material à consolidação de instituições voltadas a suprir esta deficiência, o que se reflete no desenvolvimento de centros acadêmicos.

¹ Texto elaborado a partir de uma primeira leitura de MASIERO, Gilmar; OLIVEIRA, Henrique Altemani. Estudos asiáticos no Brasil: contexto e desafios. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 2, p. 5-28, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a01v48n2.pdf> e PEREIRA, Ronan Alves. Estudos asiáticos no Brasil. In: GUIMARÃES, Lytton L. (Org.). Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias. Brasília: NEASIA/CEAM/UnB, 2003. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1591/1/CAP%C3%8DTULO_EstudosAsiaticosBrasil.pdf.

O segundo ponto que merece detalhamento é o fato de que muitos entraves ao desenvolvimento dos Estudos Asiáticos no Brasil guardam relação com o histórico das relações entre o Brasil e os países do continente asiático. Pereira (2003) identifica alguns fatores determinantes na relação entre o Brasil e a Ásia, a seguir:

1) o fato de que as relações entre o Brasil e a Ásia foram sempre mediadas por determinadas potências ocidentais em diferentes épocas, e esse fato provocou uma espécie de desinformação e distanciamento cultural dos brasileiros em relação à Ásia, o que se refletiu na marginalização dos Estudos Asiáticos na academia brasileira;

2) na segunda metade do século XX, o campo dos Estudos Asiáticos é um campo que se diversificou e se ampliou, mas se verificou o predomínio dos estudos relacionados ao Japão.

Porém, as dificuldades para o desenvolvimento do campo dos Estudos Asiáticos no Brasil vão além exclusivamente dos fatores acima relacionados, de modo que podemos lembrar da pouca representatividade e hermetismo dos grupos asiáticos, ou seja, na perspectiva de Pereira (2003), esses grupos ainda se mostram resistentes a serem estudados no meio acadêmico; a falta de apoio material, na medida em que houve um desinteresse político em investir no intercâmbio cultural e acadêmico, à exceção do Japão, que sempre manteve relacionamento duradouro pelo fato de o Brasil abrigar a maior comunidade nipônica fora de seu país de origem; as oportunidades insuficientes para os especialistas em Ásia, pouco apoio à pesquisa e falta de vagas na carreira universitária nesse campo de estudo, além da priorização, por pesquisadores brasileiros em diferentes áreas, da Europa, EUA e América Latina, o que produziu uma “recorrente falta de continuidade nos estudos asiáticos no Brasil” (PEREIRA, 2003, p.112); e, por fim, problemas organizacionais, na medida em que há uma ausência de organização, liderança, visão estratégica e comunicação entre instituições que estudam o assunto.

Dessa forma, conclui-se que a área de estudos asiáticos no Brasil é recente, com um número ainda reduzido de instituições e pesquisadores, carência de recursos e quase que integralmente concentrada em estudos direcionados ao Japão (OLIVEIRA; MASIERO, 2005).

Em perspectiva futura, contudo, apesar dos muitos e históricos entraves ao desenvolvimento dos Estudos Asiáticos, podemos pensar em fatores favoráveis a este: 1) o interesse recíproco em aumentar o intercâmbio entre o Brasil e a Ásia, nos governos e dentre empresas; 2) o ascendente número de especialistas em Ásia no cenário acadêmico; 3) os novos cursos de graduação abertos no país, que contemplam os estudos asiáticos; 4) o aumento na comunicação efetiva entre os pesquisadores de Ásia, além da extensão e reativação de grupos de estudos asiáticos, como o Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília (UnB), o Centro de Estudos Orientais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade de São Paulo (USP), para citar apenas três de muitos que estão atuando na cena brasileira.

Isso nos leva a concluir que não somente o relacionamento bilateral, comercial e diplomático foi ampliado, como os brasileiros passaram a ter uma imagem mais positiva dos asiáticos e a se interessar mais por assuntos do continente Asiático. Nesse sentido e contexto se insere a iniciativa do Centro de Estudos Asiáticos da UFF (CEA-UFF). Criado em 2018, possui como objetivo não somente o de fortalecer as iniciativas de Estudos Asiáticos no Brasil, como integrá-las, criando, desta forma, uma rede de Estudos Asiáticos nacional forte, articulada e desenvolvida.

Fabiane Assaf (Mestranda em Estudos Estratégicos – UFF)

Thaiz Senna (Doutoranda em História – UFF)

Yasmin Motta (Graduanda em Relações Internacionais – UFF)

Todas membros do CEA.

Desejando o sucesso nessa construção do campo na cena brasileira.

CAPÍTULO 1

CULTURA POP, MÍDIA, ARTES E MODA

IMPERIALISMO E COLONIZAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTRÍNSECAS E DÚBIAS ENTRE AS ELITES JAPONESA E COREANA ATRAVÉS DO CINEMA



Alessandra Scangarelli Brites¹

O processo de Globalização capitalista promoveu transformações profundas no cenário internacional, resultando neste início de século XXI na chamada interdependência complexa, termo estabelecido por Keohane e Joseph. S. Nye, dois teóricos da Relações Internacionais que influenciaram a forma de pensar de muitos agentes políticos e econômicos pelo mundo. Em outras palavras, significa que as economias nacionais acabaram criando relações de dependência, sem necessariamente deixarem de competir umas com as outras. Neste contexto internacional, o uso real do poder militar torna-se menos viável, estendendo a competição entre os países para outras áreas como a econômica e a cultural.

Atualmente, a Ásia reemerge como um polo econômico, político e cultural alternativo a concorrer com o ocidente. É neste cenário que novas contendas como a atual “guerra comercial” entre China e Estados Unidos vem sendo estabelecidas, assim como problemas antigos e específicos daquela região a exemplo das relações entre Coreia do Sul e Japão que passam por mais um momento de grande tensão no campo comercial. Uma disputa entre Tóquio e Seul foi desencadeada após uma decisão judicial na Coreia, que estabeleceu às empresas japonesas pagar indenizações às vítimas de trabalhos forçados sul-coreanos durante o período colonial japonês sobre aquele país. A resposta dos japoneses foi retirar o status de parceiro comercial especial da Coreia do Sul, a reação dos sul-coreanos venho na mesma linha.

Ao levar em conta que tanto Coreia, quanto Japão são parceiros estratégicos do Brasil, tentar entender como estes processos históricos

¹ Alessandra Scangarelli Brites – jornalista formada pela PUCRS, especialização em Política Internacional pela PUCRS e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Editora-chefe da Revista Intertelas. E-mail para contato: alessandra@revistaintertelas.com

impactam estes países e suas relações atuais faz-se necessário. Em um sistema transnacional onde produtos, serviços e mercadorias circulam livremente, os governos nacionais passaram a incluir em seus planos estratégicos: a diplomacia cultural, o conceito de Soft Power e as trocas culturais como parte de iniciativas que visam auferir vantagens políticas, mas principalmente econômicas no exterior.

Soft Power, conceito também definido por Joseph Nye, é a capacidade de um Estado, ou corpo político de influenciar o comportamento ou interesses de outros países, sem o uso da força, ou da coerção. Assim, o presente texto busca analisar como a colonização japonesa é retratada nas produções cinematográficas sul-coreanas. Especificamente em três filmes: “My Way” (2011), de Je Kyu Kang, “Assassinato” (2015), de Choi Dong Hoon e “A Era da Escuridão” (2016), de Jee Woon Kim. Diferentemente de épocas e produções anteriores, estes três filmes abordam a questão colonial e os movimentos de resistência de um ponto vista mais complexo e crítico do que meramente uma abordagem contrária ao Japão. A questão colonial acaba sendo desenvolvida de forma a questionar a visão padronizada de explorador e explorado, em especial ao abordar o papel da própria elite coreana, que, ao menos parte dela, foi bastante condescendente com os japoneses e com o sistema imperialista que o país foi submetido.

Da mesma forma, a relação estabelecida entre cidadãos coreanos e japoneses também assume níveis mais complexos em que vai além do claro processo de exploração e influência que tanto o colonizado, quanto o colonizador exercem um sob o outro. Deste cenário é possível promover um debate mais amplo em que o contexto do sistema político internacional, baseado nos moldes capitalistas, é o real indutor desta relação de exploração entre os países e as pessoas. E em um cenário de interdependência global a única saída para que todos possam sobreviver e coexistir é através da ousada atitude de colaboração tanto de coreanos e japoneses na contraposição de suas próprias elites que os exploram.

A estrutura de poder mundial segundo pensamento de algumas escolas

Para entender melhor este contexto que foi proposto anteriormente é necessário compreender um pouco sobre as vertentes de pensamento que guiam as diferentes visões que se tem acesso até o momento sobre a estrutura de poder existente no cenário mundial. O estudo das relações de poder entre os Estados nacionais é o foco central da pesquisa dos chamados internacionalistas. Esta área, cuja produção teórica e de conhecimento encontra-se em grande parte no eixo Estados Unidos e Europa Ocidental, estabelece que o cenário mundial apresenta uma estrutura caótica, sem estrutura governamental hierárquica, contrapondo-se a ordem provida pela existência do Estado no âmbito nacional. Ao levar em conta este contexto pode-se pensar em duas principais escolas de pensamento das relações internacionais: os realistas e os idealistas/liberais.

Os que aderem ao realismo, em especial às correntes teóricas mais clássicas, acreditam possuir um caráter mais objetivo, empírico e pragmático do que os integrantes de outras escolas. Para eles, o Estado é o ator principal das relações internacionais e sempre atua servindo ao interesse nacional que implica basicamente no desejo de sobreviver dentro de um sistema internacional caótico através da acumulação e manutenção de poder. Já o chamado idealismo/liberalismo são os teóricos herdeiros do iluminismo. Um dos conceitos principais que estabeleceram foi o da interdependência complexa. Ou seja, em um mundo integrado economicamente, decisões individualistas podem afetar mesmo Estados distantes, a despeito de seus interesses. Assim, os países tendem a cooperar, visando evitar situações desastrosas para a economia.

Saindo de uma perspectiva puramente capitalista e do campo teórico internacionalista formulado pelo ocidente e adentrando em uma linha sugerida pelo pensamento socialista, em especial baseado nos preceitos marxistas/leninistas, Vladimir Lênin, em sua publicação datada de abril de 1917 “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, salienta que o capital financeiro tem a função de gerar lucros no colonialismo imperial. Trata-se de uma fase final do capitalismo de desenvolvimento para garantir maiores lucros. (LENIN, 1917). Em outras palavras, ao analisar o sistema internacional, cujos pilares são o modelo político e econômico capitalista, Lenin conclui que após esgotar a

acumulação de capital dentro do espaço nacional, faz-se necessário, no intuito de continuar a promover o ciclo de acumulação, buscar em outras nações oportunidades que mantenham este mecanismo, o âmago do sistema em funcionamento.

“As associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trusts partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, a marcha "natural" das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. É um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores.” (LENIN, cap. V, pág. 31).

O avanço do ocidente sobre a Ásia, o imperialismo japonês e a colonização da península coreana

Em 1853, o comodoro Matthew Calbraith Perry dos Estados Unidos, com uma esquadra de quatro navios, chega à baía de Edo e impõe a abertura dos portos japoneses (YAMOSHIRO, pág. 138). Este fato histórico levaria a uma grande transformação do Japão e de sua sociedade. Entre outras iniciativas põe fim ao Xogunato e inaugura a Era Meiji, onde é promovida uma aceleração da modernização, com os processos de urbanização, industrialização e a efetiva criação de uma economia baseada em preceitos capitalistas, como forma de poder ter certo controle da presença ocidental em seu território. A necessidade que todo o processo de acumulação incita em um país promove o impulsionamento do imperialismo, em especial em uma ilha como o Japão escassa de alguns recursos naturais e mão de obra. No que tange à cultura,

Koichi Iwabuchi (2002) argumenta sobre a absorção dos valores ocidentais e a preservação da cultura japonesa durante o imperialismo ocidental na Ásia. Desta forma, segundo ele, ao promover um novo modelo, a partir do processo descrito brevemente acima, os teóricos japoneses da época acreditavam que o Japão tornara-se uma civilização superior. Portanto, seu modelo deveria ser implementado pelos demais países asiáticos de cultura ainda “primitiva”.

Assim a ocupação japonesa da Coreia é iniciada com o Tratado de Ganghwa (1876), quando um grupo de representantes e autoridades militares, econômicas e do governo japonês buscou anexar a península coreana política e economicamente ao império japonês. Com o Tratado de Eulsa (1905), a Coreia passa a ser um protetorado japonês e em 1910, através do Tratado Japão-Coreia, a anexação da península foi oficialmente firmada, ainda que o imperador coreano Gojong não tenha assinado qualquer documento.

Durante este período, diversas medidas do governo nipônico visaram aos poucos eliminar a identidade coreana e promoveram a ideia de que o povo da península devia paulatinamente adotar os costumes, a língua e a cultura japonesa. Assim, diversas medidas que datam de 1907 a 1940 impunham censura e impedimento a publicação de jornais e livros locais, cuja propriedade fosse de um coreano. Foram implementadas escolas japonesas, no intuito de promover a formação do “cidadão imperial”.

Segundo Mark Caprio: “o currículo público da maior parte do período foi ensinado por educadores coreanos sob um sistema híbrido focado na assimilação de coreanos ao império japonês, enfatizando a educação cultural coreana” (CAPRIO, 2009, pág. 129–130). Conforme ele, ainda que existissem políticas que encorajassem a igualdade entre coreanos étnicos e japoneses, isso raramente ocorria. Apesar de ser prejudicial para a identidade nacional da Coreia, Caprio tem uma inclinação a ver como positiva algumas questões na promoção deste sistema educativo público universal que visava a assimilação cultural.

Segundo ele, houve um avanço na frequência escolar primária em 38%. “Filhos de famílias de elite puderam avançar para o ensino superior, enquanto outros puderam frequentar escolas técnicas, permitindo o surgimento de uma classe pequena, mas importante, de colarinho branco e trabalhadores técnicos

bem-instruídos..." (CAPRIO, 2009, pág.153). Estes grupos, na realidade em sua maioria pertencentes a elite, acabaram por possuir habilidades necessárias para administrar uma economia industrial moderna. "O sistema educacional japonês finalmente produziu centenas de milhares de sul-coreanos instruídos, que mais tarde se tornaram o núcleo da elite política e econômica do pós-guerra". (CAPRIO, 2009, pág.153).

Assim, apesar de uma boa parte da elite coreana aderir e aceitar a dominação japonesa, diversos movimentos pró libertação marcaram o período do domínio imperial. Contudo, com o auxílio inclusive de coreanos que encontraram formas de prosperar internamente na burocracia imperial, os japoneses conseguiram em grande parte reprimir tais insurreições, tendo o governo do Japão sobre a península apenas cessado com a derrota do país no fim da Segunda Guerra Mundial e a rendição dos japoneses para os aliados.

Com a libertação, seguiu-se a divisão territorial da península durante a Guerra da Coreia, entre Norte e Sul, impulsionada em grande parte pelo contexto político do início da Guerra Fria, estando o Sul sob forte influência e ocupação dos Estados Unidos, através inclusive da instalação de bases militares em território sul-coreano. Desta forma, a jovem república da Coreia do Sul começa a criar uma identidade nacional, cujo cinema teve papel preponderante.

O cinema sul-coreano da pós divisão nacional a contemporaneidade

Segundo Camila Regina de Oliveira (2018), houve um investimento público significativo em filmes que contassem histórias sobre sentimentos feridos pelos anos de colonização japonesa e disputas políticas. Na mesma linha, De Oliveira ainda enfatiza que as narrativas sobre a ocupação japonesa, a opressão recente do exército americano no território e a luta anticomunista serviram como cenários perfeitos para afirmação da identidade nacional. A partir da criação de enredos com personagens heroicos, salientando em grande parte a superação individual que serviu de símbolo para o imaginário coletivo de uma sociedade sul-coreana, é possível crer que seu novo país desenvolveu-se por seus próprios meios. Já, em tempos atuais, uma nova reformulação foi necessária:

“Foi preciso reerguer o cinema nacional de um colapso industrial (devido a importação de filmes hollywoodianos). Políticas de investimentos culturais pela produção de filmes nacionais e decisões um pouco mais mandatórias: a exibição de apenas filmes nacionais por 146 dias por ano; já não havia interesse em alertar sobre os traumas e "inimigos" da liberdade coreana. Mudança de foco político nas narrativas filmicas: Ainda há o domínio dos aspectos coreanos em seus filmes, mas suas produções se assemelham cada vez mais com o mercado ocidental” (DE OLIVEIRA, 2018).

O colonialismo japonês e a representação da elite coreana em “My Way”, “A Era da Escuridão” e “Assassinato”

“My Way” (2011), de Je Kyu Kang conta a história de Jun-shik e Tatsuo. Dois garotos, o primeiro coreano e o segundo japonês, que sonham em virar corredores olímpicos desde criança e crescem como rivais. Porém, inicia a Segunda Guerra Mundial e eles acabam por depararem-se em uma situação onde para sobreviver precisarão contar um com o outro. O enredo pretende basear-se na história ocorrida em junho de 1944, quando as tropas dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, chegam às praias da Normandia, território francês, que estavam até então controladas por forças nazistas, onde um suposto soldado japonês, depois identificado como coreano, Yang Kyoung Jong, combatente do exército alemão, foi feito prisioneiro. Ele teria servido no exército imperial do Japão (muitos coreanos foram forçados a integrar o exército japonês) e posteriormente seria capturado pelo exército soviético na Mongólia e levado ao front europeu, onde a URSS combatia os alemães. Finalmente, chegando à França, teria integrado o exército nazista, até ser capturado pelos aliados ocidentais no dia D.

Apesar desta história um tanto única, que alguns historiadores já confirmam a veracidade, o filme centra-se na relação destes dois personagens que desde criança foram destinados a serem inimigos, mas que aos poucos, devido ao contexto que se encontram, acabam modificando a visão que tem um do outro. É uma forma diferenciada que o cineasta Je Kyu Kang encontrou de

pormenorizar os desafios e as tensões entre Japão e Coreia. A questão imperialista e colonialista passa a ser vista sobre uma perspectiva pessoal e que simbolicamente reflete sobre a posição do continente asiático inserido em um sistema internacional que, em grande parte, é controlado por ocidentais.

Neste cenário, mesmo que o Japão seja considerado um ator predominante e aliado das potências ocidentais na Ásia, ao sair deste contexto ele passa a integrar, juntamente com a Coreia, o grupo de minorias, em um mundo predominantemente regido sob uma perspectiva Eurocentrista. Sutilmente é possível compreender que para escapar de um controle ocidental (tanto Coreia do Sul, quanto Japão têm bases dos Estados Unidos em seus territórios) é necessário que as nações asiáticas possam superar o passado conflituoso de suas relações e promover uma aproximação que vise o bem comum de ambos, em especial do cidadão comum.

Em “A Era da Escuridão” (2016), de Jee Woon Kim, a história ocorre na década de 1920, durante a ocupação japonesa da Coreia e da China. Trata-se de uma homenagem aos aclamados guerreiros da Coreia que enfrentam policiais e agentes japoneses, contrabandeando explosivos pela fronteira e utilizando meios violentos para alcançar os seus objetivos. Em grande parte, o filme centra-se no personagem Lee Jung Chool, interpretado pelo veterano Song Kang Ho, um capitão da polícia coreana que tem um histórico de entregar coreanos combatentes à ocupação, em troca de uma posição favorável com os japoneses. Contudo, ele começa a refletir sobre os próprios atos ao testemunhar a morte do ex-colega de classe Lee Jung Chool (Song Kang Ho), que integrou o movimento de resistência.

O abalo emocional é logo percebido por outros integrantes da resistência que passam a tentar persuadi-lo a trocar de lado. Trata-se de uma abordagem que eleva o papel histórico dos movimentos de resistência e uma crítica sutil a uma elite coreana que precisa ser convencida a não colaborar com os japoneses. Há ainda um contraste bastante incisivo com a participação de estrangeiros, provenientes da China e da Europa do Leste, ambos na época comunistas, que acabam sendo mais leais a causa coreana anti-imperialista do que muitos integrantes do governo e da elite.

Por fim, em “Assassinato” (2015), de Choi Dong Hoon, nos anos 1930, Yeom é o capitão de um dos grupos de resistência à ocupação japonesa, que planeja assassinar o governador Kang In Guk, apoiador dos japoneses. Para isso, Yeom seleciona a atiradora de elite An Ok Yun que junto com outros membros objetiva perseguir e eliminar os coreanos colaboradores. Dos três filmes, este é o que possui a abordagem mais crítica sobre a atuação da elite coreana e sua aliança com os japoneses, auxiliando no combate aos próprios movimentos de resistência e de luta pela independência. Fica claro nesta produção cinematográfica que o inimigo mais temível é a elite coreana.

Ela é o motivo da falta de unidade dos movimentos de libertação e da constante inviabilidade de sucesso da causa defendida. O heroísmo cabe aos grupos rebeldes, aos movimentos armados que lutam mesmo sabendo da impossibilidade de a Coreia ser liberta por suas ações e da grande possibilidade de serem esquecidos pelas gerações posteriores. Trata-se de uma crítica ao governo, às classes dominantes coreanas e também à sociedade deste país como um todo.

Conclusão

A estrutura econômica e política mundial tem como base o sistema capitalista, que por sua vez além de promover relações econômicas, também é responsável por construir as relações de poder e os valores morais e sociais da sociedade global, independentemente de especificidades culturais regionais. O capitalismo visa a acumulação de capital ilimitada, o que resulta na necessidade de novas formas de exploração e acumulação, o que leva a expansão e a formação de impérios.

As elites nacionais dos países estabelecem uma estrutura hierárquica de poder, que mesmo possuindo diferença na sua capacidade de dominação (as elites de algumas nações têm mais poder que outras), devem levar em consideração os interesses de todas. De maneira que tanto política, quanto economicamente as estruturas econômicas dos países acabam sendo interdependentes uma das outras, o que não limita em si a necessidade de competição, mas que a transforma.

A situação da península coreana é o início deste cenário complexo para região. O poder econômico, tecnológico, político e militar ocidental, necessitando acumular mais capital, expande-se para a Ásia. Todos os países acabam de certa forma subjugados a este poder. O Japão ao não poder enfrentar militarmente de forma direta esta situação, acaba aderindo a esta estrutura econômica internacional, levando posteriormente a elite coreana a realizar o mesmo. Assim, cria-se uma relação interdependente importante que se reflete nos dias atuais, pois, ainda que hoje seja independente, a relação da elite sul-coreana com a japonesa continua estratégica e crucial para a Coreia do Sul.

No intuito de construir uma identidade nacional, o cinema sul-coreano buscou opor-se ao inimigo maior: o poder colonial japonês. Mas com o fim do imperialismo nipônico e a manutenção da elite coreana no poder, algo que a presença militar dos EUA no país não contesta, o cinema atual da Coreia do Sul abre um novo espaço para reflexão ao questionar a própria escolha de desenvolvimento econômico pouco humana adotada pela elite e da colaboração desta com o japoneses durante a ocupação, colocando seus interesses particulares acima de qualquer nacionalismo e bem-comum. Algo que se pode contestar também atualmente.

Referências Bibliográficas:

BURUMA, Ian & MARGALIT Avishai. *Occidentalism. The West in the Eyes of Its Enemies*. Penguin Books, London, 2004

CAPRIO, Mark E (2009). "Radical Assimilation under Wartime Conditions". *Japanese Assimilation Policies in Colonial Korea, 1910–1945*. University of Washington Press.

_____. "Post-March First Policy Reform and Assimilation". *Japanese Assimilation Policies in Colonial Korea, 1910–1945*. University of Washington Press.

DE OLIVEIRA, Camila Regina. "A Ideologia Sutil do Cinema Coreano". 2019.

IWABICHI, Koichi. Pop-culture diplomacy in Japan: soft power, nation branding and the question of 'international cultural exchange' *International Journal of Cultural Policy*, 23 de junho de 2015.

_____. Recentering Globalization: Popular Culture and Japanese Transnationalism (English Edition). Duke University Press Books (18 de outubro de 2002).

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, 2ª edição.

KELLER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, Sp: Edusc, 2001.

LEBEL, Patrick-Jean. Cinema e Ideologia. Mandacaru, São Paulo, 1989

LENIN, I. V. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Partido Comunista Brasileiro. Clássicos Marxistas. Disponível In: <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf> Acessado: 10 de setembro de 2019.

MIN, Eungjun. KWAK, Han Ju. JOO, Jinsook. Korean Film: History, Resistance, and Democratic Imagination. Praeger. 2003

NYE, Joseph S. 2004. Soft Power: The Means to Success in World Politics, New York: Public Affairs.

_____. 1991. Bound to Lead: The Changing Nature of American Power, New York: Basic Books.

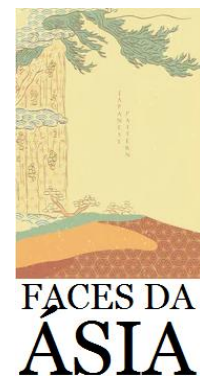
SAID, Edward. Culture and Imperialism. Vintage Books – A Division of Random House Inc. New York 1994

_____. Orientalismo – O oriente como invenção do Ocidente. Companhia de Bolso. São Paulo, 2008

YAMASHIRO, José. 1964. “Pequena História do Japão”, São Paulo: Editora Herder.

JAPÃO DE AKIRA KUROSAWA: O FILME SONHOS (1990)

Diana Jane Barbosa da Silva¹



Os objetivos da pesquisa foram: 1) realizar um estudo acerca das representações cinematográficas do Japão presentes no filme *Sonhos*. 2) analisar a identidade nacional coletiva do Japão presente no filme, e 3) analisar a história e cultura japonesa no filme. E assim a escolha por se trabalhar com esse tema se deve ao fato de encontrarmos poucas pesquisas históricas brasileiras relacionadas aos filmes de Akira Kurosawa, apesar da cultura audiovisual japonesa estar presente no Brasil intensificada principalmente nas décadas de 1980-90, aspecto ainda pouco investigado por historiadores. A pesquisa quer contribuir com os estudos dessa perspectiva do audiovisual japonês.

Além disso, o cinema de Akira Kurosawa (黒澤明 1910-1998 Tóquio) é destaque no Japão e no mundo, é possível dizer que o imaginário mundial e japonês sobre os samurais é em parte devido aos filmes desse diretor. Kurosawa Akira é um dos artistas expoentes da cultura japonesa no mundo, possui uma lista considerável de filmes premiados tanto no Japão quanto em outros países, os seus filmes colaboraram para a expansão da cultura do cinema em massa do Japão para o mundo e alguns viraram adaptações e inspirações para obras ocidentais famosas como *Star Wars* (1970) de George Lucas (obra inspirada no filme *Fortaleza Escondida*-1960). Foi escolhido esse diretor japonês, porque Akira Kurosawa conseguiu reconhecidamente alcançar muitos países.

A partir da noção de Orientalismo, trabalhada por Edward Said, foi compreendido que o filme retratou o Oriente enquanto uma construção do Ocidente. Neste livro de E. Said a ideia principal é que o Oriente não é meramente um local geográfico e sim uma noção ocidental criada de estereótipos que generalizaram uma grande área geográfica. Nisso, foi entendido que nos filmes de Akira Kurosawa, o diretor reconheceu o que o público ocidental entendia o que “era” o Japão, ou seja, sua visão imaginária, os

¹ Graduada em história na UFRJ pelo Instituto de História. Fez parte do Lhisca (Laboratório de história, cinema e audiovisualidades) sob orientação do professor doutor Wagner P. Pereira. Contato: dianajanebarbosa@gmail.com

estereótipos, um conhecimento prévio e pré-construído, dentro dessa percepção o diretor utilizou em seus filmes as coisas consideradas e lidas como típicas japonesas, e assim os seus filmes puderam ser compreendidos e assistidos tanto pelo público estrangeiro quanto o público japonês. Como consequência o público alvo da sua produção foi ampliado para países europeus e americanos.

Nesse aspecto, a pesquisa encontrou-se ancorada em pressupostos teórico-metodológicos de história e cinema: “(...) o filme pode tornar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula o contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica”². Aqui o autor enfatiza e defende o cinema como um documento histórico, e não como um produto ilustrativo de uma análise histórica.

Com isso, por que o filme “*Sonhos*”? Este é um dos filmes de Kurosawa que sintetiza o seu estilo de imagem e fotografia cinematográfica. E também é importante para perceber a relação entre Japão e Ocidente, esse Japão construído. É um dos filmes de sua lista incansável de obras em que essa relação é evidente, desde a raiz da produção. *Sonhos* foi uma coprodução entre Warner e a Kurosawa company com incentivo de George Lucas, Steven Spielberg e Francis Coppola. É conhecido que antes da produção desse filme, o diretor japonês passou por uma crise financeira e emotiva, por falta de investimentos encontrados para seu filme nas produtoras japonesas. O seu nível de depressão chegou na possibilidade de suicídio. Porém, com ajuda dos seus amigos e cineastas americanos ele encontrou esse incentivo com George Lucas, Spielberg, Coppola e o apoio técnico da Sony. Esse foi um dos últimos filmes produzido por Kurosawa, além desse o *Madadayo* (1993) foi o último em vida, houve outros que os seus roteiros escritos foram utilizados em filmes póstumos. Foi baseado em sonhos reais do diretor, que foi escrito, desenhado e assim resultando no filme. Um outro ponto a destacar é que esse filme foi apresentado pela primeira vez no festival de Cannes de 1990. A recepção foi variada, cativou o público cinéfilo e pouco do público popular, atualmente não é muito conhecido. Ganhou muitas indicações de prêmios tantos no Japão quanto na

2 FERRO, Marc. “O Filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. P. 86.

América, ganhou o de melhor filme no Japão e foi reconhecido pela a excelência da produção técnica.

Os dois cartazes da distribuidora Warner para propaganda e divulgação do filme utilizam o primeiro sonho como imagem, contudo, no cartaz japonês havia a ênfase da coprodução americana entre Kurosawa e Steven Spielberg. Os cartazes, assim como capas de VHS, e atualmente DVD usam a imagem do primeiro sonho, a cena que mostra o arco Iris é cena final do primeiro sonho. A escolha dessa imagem para a divulgação provavelmente seja para remeter a uma ideia de imensidão, de horizonte, de procura e estar perdido.



Figura 1: Disponível em: <https://mediao.giphy.com/media/IjfgfIpAFCQRW/source.gif>

Acesso em 18/09/2019

Sonhos é dividido em 8 partes, são episódios chamados de “sonhos”. Os dois primeiros possuem o “eu” onírico sendo uma criança, os outros ele é adulto. Os sonhos tratam desde aspectos da tradição cultural milenar japonesa até os dilemas da modernidade e do contato do Japão contemporâneo com o Ocidente. Por causa disso os dois primeiros são mostrados um Japão mais tradicional, os seguintes uma relação com a contemporaneidade e a natureza, com ênfase nos problemas ecológicos. O último sonho é a retomada ao tradicional, é a solução para os problemas levantados nos sonhos anteriores, mas também é a ligação entre o primeiro e o último causando assim uma narrativa circular presente nos filmes desse diretor, e sua aproximação com as

técnicas do teatro tradicional japonês, no qual é comum essa circularidade de acordo com Noriko Reider³.

Aqui foi selecionado 4 sonhos, os dois primeiros e os dois últimos para demonstrar a representação do Japão nesse filme. O primeiro tem como base um mito japonês xintoísta muito conhecido do casamento da raposa, quando está sol e chuva é casamento de raposa, e a raposa no Japão é um tipo de deus mensageiro misterioso. No sonho o “eu” criança de Akira Kurosawa desobedece sua mãe e presencia a cerimônia de casamento, as raposas resolvem pedir por meio de sua mãe para que ele se suicide, o conselho da mãe é que ele vá procurar as raposas para pedir desculpas. As raposas moram na interseção entre o sol e a chuva, no arco Iris. É importante destacar que as máscaras que as raposas usam foram inspiradas também no teatro tradicional japonês.



Figura 2: disponível em:

https://pds.exblog.jp/pds/1/201210/04/06/e0206906_2181743.jpg?_ga=1.78112148.1624781007.1408315619 acesso 18/9/2019

O segundo sonho é sobre o dia das meninas no Japão que acontece todo 3 de março. Meninas quando nascem geralmente ganham um conjunto de bonecas que se inspira na família imperial japonesa, essas bonecas são organizadas em andares para demonstrar a hierarquia, essas bonecas é um dos

³ O estudo sobre a relação entre o teatro noh e o filme sonhos mais detalhadamente em: REIDER, Noriko T. “Akira Kurosawa's Dreams, as Seen through the Principles of Classical Japanese Literature and Performing Art”. *Japan Forum*, vol. 17, no. 2, pp. 257-72, Summer 2005.

símbolos do dia das meninas. Esse dia também coincide com o florescimento dos pêssegos no Japão, que também se tornou mais um dos símbolos do dia. Nisso, esse sonho é sobre o “eu” que encontra as bonecas em forma de pessoas reais, mas que dizem ser espíritos dos pessegueiros desmatados, os espíritos dizem que por causa do desmatamento eles nunca mais aparecerão nesse dia na casa da criança. Preocupado, o menino diz que a culpa do corte das árvores não foi dele.

O penúltimo sonho ressalta alguns dilemas: a radiação, a poluição e a questão nuclear. Com uma ideia de uma distopia apocalíptica o ser humano está vivendo num tempo em que tudo sofreu mutações devido a acidentes nucleares e poluições. O ser humano torna-se um demônio com chifres, o “eu” de Kurosawa conversa nesse sonho querendo compreender o que aconteceu com a humanidade e a situação que o demônio está passando.

O ultimo sonho é a solução para os dilemas, é o retorno a um Japão sem poluição, que possui uma relação íntima com a natureza. O “eu” Kurosawa visita uma vila ideal em que as pessoas sobrevivem dos recursos de uma forma sustentável e perfeita, somente com o que a natureza oferece, sem eletricidade, sem tecnologias modernas, sem poluição. Esse sonho possui o “eu” conversando com um dos habitantes mais velhos do local, e querendo mais informações sobre a vila e seus costumes. Segundo Reider⁴, a interação mais uma vez é utilizada lembrando o teatro tradicional japonês em que as cenas de interação de um personagem explicando a situação e o contexto é mostrado.

Esse filme de Akira Kurosawa poderia ganhar uma interpretação a partir de Freud⁵, logo que trata-se de uma tentativa de demonstrar sonhos que foram reais, é importante lembrar que é um dos meios que o diretor usou para mostrar esses sonhos, que anteriormente foram escritos e desenhados e adaptados para ser um filme. A teoria de Freud é que os sonhos possuem censuras sociais, religiosas, culturais, para analisar usando da psicologia e sua teoria seria preciso identificar os símbolos de cada elemento exposto. O que torna difícil esse estudo

4 REIDER, Noriko T. “Akira Kurosawa's Dreams, as Seen through the Principles of Classical Japanese Literature and Performing Art”. *Japan Forum*, vol. 17, no. 2, pp. 257-72, Summer 2005.

5 FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos(I). (1900). Vol.4. Rio de Janeiro, Imago editora, 196-?.

psicológico seria o filtro que houve para adaptar o sonho em imagens e ao público. Contudo, existem estudos sobre esse filme nessa perspectiva psicológica freudiana, mas não foi o objetivo desta pesquisa.

Por fim, as representações do Japão são mostradas no filme utilizando as coisas típicas do Japão, que são entendidos pelo público em geral, ao mesmo tempo que guarda para o público japonês detalhes culturais da sua história e tradição para uma interpretação mais profunda.

Para lembrar que os estudos da área do cinema japonês ainda é escasso, esse estudo quer contribuir como sendo mais um trabalho da área para somar aos existentes. Esse estudo é uma contribuição com a área de estudos de História e cinema japonês, uma perspectiva que tem poucos estudos no Brasil.

Referências bibliográficas

Aliança Cultural Brasil – Japão disponível em <http://www.acbj.com.br/> acesso em: 21/08/2017 21:08

ALMEIDA, Maria J.P.M. “A mediação de um filme de ficção: Sonhos de Kurosawa”. *Ciência & Ensino* (UNICAMP), Campinas, v. 9, p. 7-9, 2000

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAI, Yoshio. “Kurosawa’s Shakespeare Films- Their cultural and political background.” 1996 Disponível em : http://ci.nii.ac.jp/els/110006993011.pdf?id=ART0008905439&type=pdf&lang=en&host=cinii&order_no=&ppv_type=0&lang_sw=&no=1480966185&cp= acesso em 3/11/2016 as 14:50

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. “História, Historiadores e Imagem: Algumas Notas introdutórias” in: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (org) *Leituras do Passado*. Campinas: Pontes, 2009. p93-121

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutividade técnica. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179833/mod_resource/content/1/A%20OBRA%20DE%20ARTE%20NA%20ERA%20DE%20SUA%20REPRODUTIBILIDADE%20T%C3%89CNICA.pdf acesso em 11/09/2019

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos-conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010

CARVALHO, Margareth Maria Mendes. “A turbulência e a ética em Akira Kurosawa em uma perspectiva deleuziana”. *Mental*. Ano I . n. 1. Barbacena. dez. 2003. p. 55-69

DELEUZE, Gilles. “El aliento en Kurosawa: de la situación a la pregunta” In: *La imagen movimiento*. Estudios sobre cine 1, Paidós, 1984.

FERRO, Marc. “O Filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos(I). (1900). Vol.4. Rio de Janeiro, Imago editora, 196-?.

FURUYA, D. “A historiography in modern Japan: the laborious quest for identity”. *Scandia: Tidskrift for historisk forskning*, vol.67, No.1, 2002.01.

GOODWIN, James. *Akira Kurosawa and Intertextual Cinema*, Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1994

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

HEIDER, Karl G. “The Rashomon Effect: When Ethnographers Disagree”. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 90, No. 1, Mar., 1988, pp. 73-81 Disponível em: polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/291b/heider-rashomon.pdf acesso em 1/12/2016 as 20:50

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

JIN, Lei. “Silence and Sound in Kurosawa's Throne of Blood”. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture* 6.1: 2004 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7771/1481-4374.1206> acesso em :18/11/2016 as 20:40

KUROSAWA, Akira. *Something Like an Autobiography*. Translated Audie E. Bock. New York: Alfred A. Knopf, 1982

LABAKI, Amir. (org.) “Ran (1985)”. In.: *O Cinema dos Anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1991. pp.177-197

LAGNY, Michèle. “O cinema como Fonte Histórica” in.: NÓVOA, Jorge et al (orgs) *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Ed. Unesp, 2009, p99-128.

MANABE, Kazufumi. BEFU, Harumi. “Japanese Cultural Identity- an empirical investigation of Nihonjiron” disponível em: www.dijtokyo.org/doc/JS4_Manabe_Befu.pdf acesso em 1/12/2016 as 19:50

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v33, nº 45, 2013, p11-36

NAPOLITANO, Marcos. “Fontes Audiovisuais: A História Depois do Papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.235-289.

PAIVA, Eduardo França. “A iconografia na História - Indagações preliminares” In.: *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, pp17-34.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O Poder das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945)*. São Paulo: Alameda, 2013. p.13-35.

PHILLIPS, Alastair; STRINGER, Julian (org.) *Japanese cinema: Text and Contexts*. Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2007.

PLESTCH, Carl. "Akira Kurosawa's reflection on becoming a genius." *Journal of Popular Film & Television*, vol. 32, no. 4, pp. 192-200, 2005

PRINCE, Stephen. *The Warrior's Camera: The Cinema of Akira Kurosawa*. New Jersey : Princeton University Press, 1955.

REIDER, Noriko T. “Akira Kurosawa's Dreams, as Seen through the Principles of Classical Japanese Literature and Performing Art”. *Japan Forum*, vol. 17, no. 2, pp. 257-72, Summer 2005.

ROSENSTONE, R.S. *El pasado em imágenes - El desafío de cine a nuestra Idea de La historia*. Barcelona: editorial Ariel, S.A p.27-64.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 2007

SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SATO, Masayuki. Historiografia Cognitiva e historiografia normativa. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SERPER, ZVIKA. “Kurosawa's Dreams: A Cinematic Reflection of a Traditional Japanese Context”. *Cinema Journal*, Texas (EUA): University of Texas Press. v.40, N. 4. Summer 2001, pp. 81-103

SERPER, ZVIKA. “The Bloodied sacred pine tree: a dialectical depiction of death in Kurosawa’s Throne of Blood and Ran”. *Journal of Film and Video*, vol. 52, no. 2, 2000, pp. 13–27. Disponível em: www.jstor.org/stable/20688326 acesso em 18/11/2016 as 22:05

SERPER, ZVIKA. "Lady Kaede in Kurosawa's Ran : verbal and visual characterization through animal traditions", *Japan Forum*: 2001, 145-158, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09555800120081367> acesso em 1/12/2016 acesso as 14:50

SOBRINHO, Alexandre Lúcio. *O sonho de um idiota: ensaio sobre algumas adaptações cinematográficas de obras literárias, feitas por Akira Kurosawa*. 2006.95f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, 2006.

Sonhos (1990) Awards disponível em:

http://www.imdb.com/title/tt0100998/awards?ref_=tt_awd acesso em 7/2016
SUZUKI, Erin. "Lost in Translation: Reconsidering Shakespeare's 'Macbeth' and Kurosawa's 'Throne of Blood'" *Literature/Film Quarterly*, vol. 34, no. 2, 2006, pp. 93–103. Disponível em: www.jstor.org/stable/43797264 acesso em 1/12/2016 as 20:40

TAKEUCHI, Márcia Y. *Entre Gueixas e samurais- a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. São Paulo: USP, 2009.415 pág. Tese (doutorado em História) Programa de pós graduação em história social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

TOKUYASU, Akira. *Formation and Transformation of Japanese National Identity* disponível em:

<http://www.mt.tama.hosei.ac.jp/~atokuyas/SocioA04.html> acesso em 18/11/2016 as 21:00

Winners & Nominees 1991 disponível em:

<http://www.goldenglobes.com/winners-nominees/1991> acesso em 7/2016

YOSHIMOTO, Mitsuhiro. *Kurosawa Film Studies and Japanese Cinema*. Estados Unidos: Duke University Press, 2000.

日本アカデミー賞 (nihon academy prize) site oficial disponível em: <http://www.japan-academy-prize.jp/index.php> acesso em 7/2016

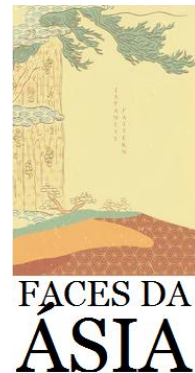
日本アカデミー賞(nihon academy prize) arquivo do site oficial disponível em: <http://web.archive.org/web/20080915063927/http://www.japan-academy-prize.jp/allprizes/1991/index.html> acesso em 7/2016

毎日映画コンクール 第45回 (1990年) (mainichi concuuru 45º ano de 1990) disponível em: <http://mainichi.jp/mfa/history/045.html> acesso em 7/2016

黒澤デジタルアーカイブ (Arquivo digital de Kurosawa) disponível em: <http://www.afc.ryukoku.ac.jp/Komon/kurosawa/> acesso em 9/9/2016 21:40

O GRITO DA MATÉRIA: GUTAI E O PROJETO DE RENOVAÇÃO DAS ARTES JAPONESAS

Victor Raphael Rente Vidal¹



Em abril de 1956, Kazuo Shiraga foi fotografado pela revista *Life* nas dependências da fábrica de Jiro Yoshihara em Nishinomiya, Japão, demonstrando o estilo de pintura que era a sua assinatura: agarrado a uma corda presa ao teto, Shiraga balançava o seu corpo de um lado para o outro enquanto, com os pés sujos de tinta, pintava uma tela disposta ao chão na posição horizontal. A fotografia evidencia a força e a tensão que o artista aplicou para realizar tal atividade; suas feições e os seus braços se mostram tensionados enquanto tenta se equilibrar na corda que o carrega de um lado para o outro. O uso dos pés e a suspensão pela corda impedem que o artista controle o que está sendo pintado; ainda que ele impulsione o corpo em determinada direção e procure movimentar as pernas de certo modo, o gesto não será tão preciso quanto aquele realizado pela mão de um artista que pinta de maneira tradicional.

É possível depreender que, ao inventar este procedimento, Shiraga estaria interessado em realizar uma pintura que incorporasse o acaso; as manchas, as sujeiras e as imperfeições seriam elementos constituintes da obra tanto quanto os gestos marcados de maneira consciente. Shiraga não teria abordado a tela com uma imagem previamente estabelecida, ela seria o resultado de um encontro entre o corpo do artista e os materiais dispostos diante de si. Nesse sentido, podemos afirmar que aquilo que foi projetado na tela é menos uma imagem e mais um evento. Shiraga parece preocupado em explorar e expandir as possibilidades do ato de pintar e realizar uma reflexão sobre o papel do pintor durante todo esse processo.

Eu percebi que fazer qualquer coisa com o meu corpo era um ato muito significativo. Em vez de pintar e estabelecer uma

¹ (PPGAV- UFRJ)

imagem, e tentar fazer com que ela permaneça, cheguei ao ponto em que não importava se ela permanecia ou não ... Mais do que isso, simplesmente participando de uma ação (...) cheguei à ideia de que esse tipo de coisa era o que mais importava (SHIRAGA apud. SHOICHI, 2009, p. 222).

Em 1952, Shiraga já havia se tornado um pintor abstrato, tendo iniciado sua carreira artística estudando e realizando pinturas cujas características remontavam à tradição pictórica europeia. O estilo de pintura que se tornou a sua assinatura só começou a ser elaborado, entretanto, quando o artista conheceu Saburo Murakami e Akira Kanayama e juntos formaram o grupo chamado *Zero Kai* (grupo zero). Em 1955, os três artistas foram convidados a integrar o grupo Gutai por Jiro Yoshihara, seu fundador.

O presente trabalho possui como objeto de pesquisa a noção de arte concreta desenvolvida pelo grupo Gutai e tem como objetivo compreender como os artistas procuraram renovar as artes japonesas e oferecer um caminho para os impasses surgidos no pós-guerra. Como metodologia, o trabalho pretende examinar o manifesto publicado pelo grupo e analisar as obras de arte desenvolvidas.

Publicado em 1956, Jiro Yoshihara abre o manifesto do grupo Gutai afirmando que as artes produzidas no passado parecem fraudulentas nos dias atuais, uma vez que o que foi produzido, pinturas, porcelanas, esculturas, não assumiria a aparência real dos materiais utilizados em sua confecção. O artista que utilizasse mármore para realizar uma escultura representativa de uma figura aristocrática, por exemplo, estaria iludindo o seu observador ao fazê-lo acreditar que ele não estava diante de um objeto de mármore, mas da própria figura que se buscava imitar. De acordo com o manifesto, esses materiais estariam abatidos e silenciados em favor de uma produção da mente humana. Nesse sentido, o crítico de arte Ichiro Haryu aponta a existência de uma “linguagem das coisas” (*mono no kotoba*), ou um “poder de imaginação das coisas”, presente na matéria, e que os artistas deveriam jogar fora os conceitos de ilusionismo para ouvir o que a matéria tem a dizer. Os escultores, por

exemplo, deveriam “(...) procurar a relação entre a massa e o espaço e extrair uma forma decisiva” (HARYU apud. CHONG, 2012, p. 121).

A Arte Gutai não altera a matéria. A Arte Gutai transmite vida à matéria. A Arte Gutai não distorce a matéria. Na Arte Gutai, o espírito humano e a matéria apertam as mãos um do outro enquanto mantêm distância. A matéria nunca se compromete com o espírito; o espírito nunca domina a matéria. Quando a matéria permanece intacta e expõe suas características, ela começa contando uma história e até mesmo grita. Fazer o máximo uso da matéria é fazer uso do espírito. Ao enfatizar o espírito, a matéria é levada ao auge do espírito (YOSHIHARA apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 18).

Adiante no manifesto, Yoshihara afirma que o espírito humano foi capaz de criar vida na arte, entretanto, esse mesmo espírito nunca conseguiu criar matéria. Segundo o entendimento do grupo, os movimentos artísticos da década de 1950 procurariam enfatizar um envolvimento com os materiais que não se basearia em camuflar as suas qualidades, e que artistas como Jackson Pollock e Georges Mathie confrontariam os materiais utilizados nos seus trabalhos de maneira a evidenciar suas características individuais. "Seus trabalhos revelam o grito da matéria em si, gritos de tinta e esmalte. (...) eles [Pollock e Mathieu] até parecem servir a matéria" (YOSHIHARA apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 18). Yoshihara destaca que, a despeito da introdução da arte informal no Japão pelo crítico Soichi Tominaga e pelo artista Hisao Domoto, é limitado o seu conhecimento sobre o entendimento que este movimento tem sobre cor, linhas e formas em relação à ênfase material, mas que ainda assim os integrantes do Gutai são simpáticos a ele, considerando-o uma arte que, ao impor novas soluções para a pintura, se mostra livre de convencionalismos formais. Contudo, Yoshihara aponta que os artistas do Gutai perderam o interesse nos clichês da arte abstrata e que um dos slogans do grupo era ir além da abstração. “Assim escolhemos a palavra Gutai [concreto] para o nome do nosso grupo” (YOSHIHARA apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 18). Um dos legados da arte

abstrata seria a abertura para a oportunidade de se distanciar do naturalismo e do ilusionismo para criar um espaço autônomo, um espaço que verdadeiramente merecesse o nome de arte. O argumento principal proposto pelo manifesto do grupo Gutai seria que ao perseguir as possibilidades da pura criatividade e misturar as qualidades humanas às propriedades materiais, eles conseguiriam compreender concretamente o espaço abstrato.

Quando as características do indivíduo e a materialidade selecionada se fundem na fornalha do automatismo, nós nos surpreendemos ao ver o surgimento de um espaço antes desconhecido, invisível e inexperiente. (...) Kazuo Shiraga colocou uma massa de tinta em uma enorme folha de papel e começou a enrolá-la violentamente com os pés. Seu método, sem precedentes na história da arte, tem sido assunto de pesquisa nos últimos dois anos. No entanto, o que ele apresentou não era uma técnica meramente peculiar, mas um meio que ele desenvolveu para sintetizar o confronto entre a matéria escolhida por sua qualidade pessoal e o dinamismo de sua própria mente de maneira extremamente positiva (YOSHIHARA apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 19).

Naoyoshi Hikosaka aponta que a origem e o destino da arte japonesa no pós-guerra estão na questão da materialidade, e que ela pode ser inicialmente localizada com a publicação do manifesto Gutai ao afirmar que a matéria deve falar por si mesma (ERBER, 2009, p. 83). A ênfase na concretude dos materiais dado pelos artistas do grupo Gutai evoca um desejo de estabelecer uma nova relação com o mundo material, uma nova relação entre sujeito e objeto, entre materialidade e sensibilidade humana. De acordo com Alexandra Munroe, a noção de concretismo presente no grupo Gutai fez parte de um discurso que moveu o mundo da arte no pós-guerra; artistas ao redor do mundo teriam passado a repudiar noções como intelectualismo, simbolismos ou a mera exploração de efeitos visuais na pintura em favor de um engajamento maior entre arte e vida quotidiana. A liberdade do gesto puro e a ênfase nas

características dos materiais utilizados, ou mesmo o uso de materiais que normalmente não seriam vistos no universo da arte, como areia, serragem, argamassa e lixo, proporcionaria a esses artistas uma produção autêntica e honesta. Para os artistas do período, a característica definidora da sociedade contemporânea japonesa seria a importância dada à materialidade para a compreensão do homem (ERBER, 2009, p. 95).

A palavra *gutai* significa "concreto". Ela é composta por dois caracteres: *gu*, significando "ferramenta" ou "meio", e *tai*, significando "corpo" ou "substância". Como seu equivalente na língua inglesa, *gutai* expressa uma personificação física ou uma atualização da substância, em oposição às abstrações do pensamento. O nome do grupo procurou capturar o tipo de envolvimento direto com materiais que seus membros estavam experimentando na época de sua fundação em 1954 e previu a característica mais espetacular de Gutai: a reciprocidade entre ação física (arremessar, bater, quebrar, explodir, rasgar, derramar) e matéria-prima (tinta úmida, areia, alcatrão, lama, fumaça, produtos químicos) (MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 142).

Na pintura "Work" (1963), Sadamasa Motonaga enfatiza a materialidade ao explorar a técnica do gotejamento, o artista permitia que tintas de diferentes cores se espalhassem livremente pela tela e assumissem formas e tonalidades de maneira randômica, ou seja, ele não procurava impor com tanta ênfase a presença do seu gesto, não procurava fazer com que a tinta aparentasse outra coisa que ela não era, que assumisse uma textura que não lhe fosse própria. Motonaga teria elaborado seu processo de pintura ao se inspirar na técnica *tarashikomi* ("pingando", em português), um procedimento da pintura japonesa tradicional, o *Nihonga* (MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 304). Ao enfatizar a materialidade, Motonaga estaria acessando a "emoção" da matéria.

Há emoção ilimitada na natureza. [Ela está] em todos os objetos, todas as pessoas, todas as criaturas, mesmo em uma folha de grama, mas a maioria das pessoas tem dificuldade em vê-las porque são objetos que vemos o tempo todo... estamos criando um novo tipo de beleza onde espanto e emoção são restaurados. Nesse processo, estamos criando uma personalidade que será capaz de recordar o espanto e a emoção em tudo (MOTONAGA apud. KEE, 2003, p. 126).

Na pintura “Work A” (1955), Jiro Yoshihara, por sua vez, emplasta a tela com cimento, criando formas carregadas de matéria; a superfície da tela é cheia de texturas e protuberâncias e, ainda que essa não seja uma obra interativa, o observador sente-se estimulado a tocar sua superfície e deixar a palma da mão deslizar por essas camadas de cimento, sentindo diferentes texturas comichar a pele. A concretude material dessas formas se comunica diretamente com o nosso corpo, tornando-se uma pintura com grande apelo sensível. Devido à ênfase na ação como impulso para a criação das obras promovida pelo Gutai, é possível imaginar Yoshihara atirando cimento contra a tela e observando o material reagir de acordo com as suas características, escorrendo de um lado, se concentrando no outro, grudando o que quer que se aproxime dela. Nos termos apresentados pelo grupo Gutai, a ativação da matéria por meio da ação afirmativa do artista procurava servir como método para confrontar de maneira direta a realidade quotidiana e construir um novo sentido de identidade. Podemos afirmar que o trabalho de Yoshihara estaria articulando uma “linguagem das coisas” ao explorar as qualidades materiais do cimento e engajar uma experiência física no observador.

Diferente de Motonaga e Yoshihara, Shozo Shimamoto explora a materialidade ao apresentar uma superfície tomada por furos e incisões. Em “Work: Holes” (c.1950), as marcas, os riscos e as rachaduras, provavelmente criadas com a ajuda de um instrumento pontiagudo, indicam que a artista aplicou força na produção desses furos e incisões, não sendo difícil imaginá-la desferindo intensos golpes contra a superfície da tela. Os furos permitem entrever as camadas interiores do quadro e os riscos criam uma área cheia de

texturas. De uma maneira diferente daquela proposta por Kazuo Shiraga, o quadro de Shimamoto demonstra o que o manifesto Gutai aponta a respeito de não falsificar as qualidades de um material e combiná-las com o espírito humano. A tela onde os furos e as incisões foram realizados não pretende ser um espaço de virtualidades, não pretende mostrar outra coisa que não a sua superfície planar; combinado aos golpes de Shimamoto, os materiais utilizados na obra tem a sua presença enfatizada concretamente. Como Yoshihara afirmou no manifesto ao mencionar os trabalhos de Pollock, em “Work: Holes” Shimamoto se confronta diretamente com os seus materiais, que gritam intensamente. A obra de Shimamoto dialoga diretamente com o “conceito espacial” do pintor italiano Lúcio Fontana, que, ao romper com a tela da pintura, ambicionava destruir o espaço fictício que ela emulava e operar um atravessamento do mundo real no espaço da arte. Em sua defesa de um engajamento direto entre artista e matéria, Shimamoto aponta:

Acredito que a primeira coisa que devemos fazer é deixar a pintura livre do pincel. Antes de começar a trabalhar em uma imagem, a tinta nunca pode ser liberada a menos que o pincel seja quebrado e jogado fora. Só quando o pincel é descartado é que a tinta pode ser revivida.

Todos os tipos de ferramentas devem ser trazidos entusiasticamente no lugar do pincel. Pense no que os membros do grupo Gutai estão usando. (...) existem infinitos exemplos, como um regador, vibrador, ábaco, guarda-chuva de papel, rolo, brinquedos, pés descalços e um canhão (SHIMAMOTO apud. CHONG; HAYASHI; KAJIYA; SUMITOMO, 2012, p. 93)

Sobre a busca por um contato direto com a realidade por meio da ênfase material, Abe Kobo aponta que os artistas japoneses não se referiam a uma noção de matéria que poderia ser encontrada na ciência, e que os aspectos relacionados aos estudos físicos e químicos apenas ofereceriam um modelo teórico da matéria que foi abstratamente captada por um determinado ângulo e refletido na consciência. Matéria é algo “(...) singular, único, instável, uma

experiência espacial que desafia ou resiste completamente a um entendimento banal do espaço; é fragmentária, nunca capaz de se mostrar como totalidade” (CHONG; HAYASHI; KAJIYA; SUMITOMO, 2012, p. 45).

Durante as décadas de 1940 e 1950, os debates sobre o que constituiria a realidade contemporânea moveram as artes japonesas; enquanto críticos como Fumio Hayashi defendiam uma pintura que retratasse as condições sociais no Japão, outros, como Teiichi Hijikata, advogavam por uma arte em que o espírito dos artistas permearia as formas ou os objetos criados. Nesse segundo caso, os artistas também seriam orientados por um desejo de explorar a realidade por meio da arte, ainda que não produzissem pinturas representativas. A questão da materialidade, promovida pelo Gutai e alinhada com o pensamento de Hijikata, ofereceria uma maneira direta de confrontar a realidade. O artista e teórico Shinichi Segi encara a ênfase na materialidade como um esforço de reconstruir a realidade (MIYAKAWA apud. CHONG; HAYASHI; KAJIYA; SUMITOMO, 2012, p. 107).

Podemos inferir que a ênfase na ativação das emoções dos objetos corresponderia ao movimento promovido pelo grupo de se relacionar com esses materiais de maneira concreta, de maneira direta. É possível compreender a concretude material, com as suas evidências particulares, como parte fundamental do processo que ativa a elaboração das obras.

O interesse do Gutai na ênfase material também orientou a exploração de criações de formas por meio da destruição. De acordo com Doryun Chong, a década de 1950 no Japão foi marcada por uma forte exploração da figura humana, que pode ser entendida como uma resposta tanto ao sofrimento físico que os japoneses enfrentaram durante a Segunda Guerra Mundial quanto ao intenso investimento na reconstrução e modernização do país, marcada por uma avalanche de influências culturais estrangeiras (2012, p. 58).

Durante a segunda mostra de arte do grupo Gutai, em 1956 na cidade de Tóquio, Saburo Murakami apresentou a obra “Passing Through” (1956), que compreendia uma série de 21 telas de papel enfileiradas que o artista rompia ao atirar seu corpo contra elas. As fotografias que registraram a ação destacam a dramaticidade e a violência empreendidas na realização da obra: na primeira foto, Murakami desfere um soco contra uma das telas que deseja atravessar; na

segunda, o artista parece perder o controle dos seus movimentos; enquanto na terceira seu corpo tomba naquilo que parecem ser uma das últimas telas. Segundo Munroe, a ação terminou antes de o artista entrar em colapso com uma concussão (2013, p. 144). As feições contorcidas de Murakami são outros indicativos da violência empregada na ação. “Passing Through” (1956) é um desenvolvimento de outra obra do artista, “Work (Six Holes)” (1955); nela o artista realizou seis fendas desferindo socos e chutes em três telas enfileiradas. Tanto em “Passing Through” (1956) quanto em “Work (Six Holes)” (1955) é possível imaginar o som do papel arrebitando com os golpes. A relação com as paredes de papel das casas tradicionais japonesas é imediata ao analisar essas duas obras de Murakami, o artista parece indicar como o espaço tradicional japonês estava destruído no pós-guerra. Entretanto, é igualmente expressiva a correspondência com o que Yoshihara aponta no manifesto sobre o aperto de mão dado pelo espírito humano e pela matéria.

Quando terminada as ações, as telas rompidas foram deixadas em exibição durante o restante da mostra como um remanescente da ação e para que os diferentes formatos das suas fendas fossem apreciados como uma composição plástica tanto quanto uma pintura tradicional. Para Murakami, as fendas produzidas pelo seu corpo nas telas de papel também manifestam a presença concreta do tempo.

A pintura nunca incorporou o tempo como um fator concreto. Os cubistas expressaram diferentes fatores de tempo no mesmo plano, e os futuristas tentaram expressar o movimento do próprio tempo. No entanto, tais obras foram persistentemente pinturas em que a visão completa foi tomada em simultâneo. Lá, o tempo foi simplesmente apresentado como o conteúdo ideológico ou uma imagem do tempo.

O próprio tempo nunca havia participado da espacialidade de uma pintura. O entusiasmo do grupo Gutai em fazer descobertas exige não apenas o aspecto do espaço, mas também o do tempo, a fim de transmitir a totalidade da emoção estética. Ao abandonar a moldura ou pular da parede, estamos tentando

experimentar uma nova pintura que muda do tempo imóvel para o tempo de vida. (...) Um espaço para tal tempo e tempo para tal espaço - esta é uma pintura com um novo significado (MURAKAMI apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 281).

Como Murakami, Shozo Shimamoto também explorou a destruição em sua ambição em estabelecer uma relação concreta com os materiais. Ainda na segunda mostra do Gutai em 1956, Shimamoto realizou pinturas arremessando garrafas de vidro cheias de tinta contra telas, as imagens apresentadas pelo artista, manchas, respingos, caos, resultam dessa “explosão” de tinta. O engajamento físico com a matéria, reafirmando tanto as características singulares da ação humana quanto aquilo que é próprio da matéria, é indicativo do interesse desses artistas em explorar a individualidade, a autoconsciência e a liberdade do artista e do cidadão japonês nesse período. O destaque a violência e a agressividade nas obras do Gutai foi também um meio para pensar as outras maneiras de abordar noções como masculino e feminino, força e fraqueza, vitória e fracasso que se colocaram no Japão com a perda da guerra.

"Eu acabei de ver pessoas cobertas de sangue. Eu acabei de ver vítimas de guerra e Osaka completamente queimada. Muitas pessoas, completamente sujas de sangue, fuligem e lama, foram ao Castelo de Osaka buscar ajuda" (SHIRAGA apud. KUNIMOTO, 2012, p. 160). Sob a ótica da dramática descrição de Kazuo Shiraga a respeito do que ele teria visto durante a guerra, o corpo se contorcendo na lama na obra “Challenging Mud” (1955) parece emular os corpos atingidos pelas bombas atômicas. Durante a primeira mostra de arte do grupo Gutai, Shiraga se lançou seminu em um amontoado de lama sobre o chão e passou longos minutos interagindo com o material usando todo o seu corpo. Em muitas fotografias, podemos observar como a interação do artista com esse material parece fundir um ao outro. Assim como Murakami, Shiraga terminou a apresentação da sua obra com lesões por todo o corpo, a lama provocou arranhões em sua pele e a violência com que ele se contorceu o deixou com inúmeros hematomas. Também como em “Passing Through” (1956) e “Work (Six Holes)” (1955), a lama endurecida, exibindo os formatos oriundos da movimentação e dos gestos do artista sobre o material, foi deixada durante toda

a exposição do grupo Gutai para mostrar como os artistas defendiam uma expansão do entendimento do que seria uma pintura. Murakami, assim como outros artistas do Gutai, queria propor o ato de pintar como “(...) um trabalho que você experimenta com todo o seu corpo” (MURAKAMI apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 27). Tanto a pintura desenvolvida pendurando-se ao teto com uma corda quanto “Challenging Mud” (1995) demonstram que o trabalho artístico para Shiraga “nasce” de um esforço físico entre o corpo do artista e os materiais empregados.

Em primeiro lugar, as pessoas devem compreender a qualidade interna com a qual nasceram. Essa qualidade expressa a diferença de alguém em relação aos outros quando vemos e sentimos, pintamos, conversamos ou fazemos sons. Como resultado, as pessoas devem pensar em seu próprio modo de sentir, falar e pintar... [...] Quanto mais forte for a vontade de uma pessoa, mais essa pessoa pode resistir a se curvar as forças externas. Como a consciência da primeira metade do século XX, o intelecto contemporâneo anseia por escapar da escuridão absoluta para um mundo mais brilhante (SHIRAGA apud. TIAMPO, 2007, p. 704).

Durante o processo de militarização no Japão nos anos que antecederam a sua participação na Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo e a noção de sacrifício ideal em prol da nação ganhou voz na figura do artista Tsuguharu Foujita. Na pintura “Suicidal attu island” (1943), por exemplo, Foujita apresenta uma cena de guerra em que as figuras humanas não são individualizadas, elas aparecem como uma massa coletiva que optou pela morte em nome do seu país. De acordo com Ming Tiampo, as pinturas de Foujita desse período são caracterizadas por uma recusa do artista em representar os indivíduos em sua singularidade (2007, p. 703). *Kokutai*, ou “corpo político”, é a definição do entendimento que personificava os indivíduos como um único corpo nacional; é a valorização das estruturas que organizavam a nação e das convicções, políticas e religiosas, que mantinham o império. Fundamental para a atuação dos

japoneses durante a Segunda Guerra, a valorização do corpo nacional se construiu quando o sentido de coletividade, que sempre esteve presente na cultura japonesa, tornou-se indissociável de uma política nacionalista (GREINER, 2015, p. 67). Imediatamente após a guerra, a noção de *kokutai* é subvertida para a noção de *nikutai*, traduzido como “corpo carnal” e orientada pelo desejo individual de alcançar uma autonomia subjetiva. Com os bombardeios, a destruição das cidades e a grande quantidade de mortos, a ênfase em uma desorientação em relação ao futuro e no sofrimento dos corpos ganhou destaque nas artes, como vimos nos trabalhos de Murakami e Shiraga. Segundo Doryun Chong, duas narrativas podem ser traçadas ao abordar as artes japonesas do pós-guerra, uma centrada na exploração física do corpo humano e outra preocupada em transcender os gêneros artísticos tradicionais, experimentando-os e combinando-os livremente (2012, p. 31). Tanto para Shiraga quanto para os artistas do Gutai, o corpo carnal (*nikutai*) parece ser o campo em que a livre expressão individual tem a sua origem.

É possível concluir que a ênfase na materialidade e na ação humana é orientada por um desejo dos artistas do Gutai em estabelecer uma relação eficiente entre a arte e a vida quotidiana, esperando que essa relação ofereça saídas para as questões concernentes às tensões vividas no pós-guerra. "O mais importante para nós é tornar a arte contemporânea um local de maior liberdade para as pessoas que vivem na realidade difícil de hoje, e para a criação de um local livre o bastante para contribuir para o progresso da humanidade" (YOSHIHARA apud. MUNROE; TIAMPO, 2013, p. 45).

Referências bibliográficas

BOIS, Yve-Alain; BUCHLOH, Benjamin; FOSTER, Hal; KRAUSS, Rosalind. *Art Since 1900: Modernism, Antimodernism, Postmodernism*. New York: Thames and Hudson, 2004.

CHONG, Doryun (ed.). *Tokyo 1955 - 1970: a new avant-garde*. New York: The Museum of Modern Art, 2013.

_____; HAYASHI, Michio; KAJIYA, Kenji; SUMITOMO, Fumihiko (ed.). *From Postwar to Postmodern: Art in Japan 1945 - 1989*. Primary Documents. New York: The Museum of Modern Art, 2012.

ERBER, Pedro. *After The Politics of Abstraction: Avant-Garde Art and Criticism in Japan*. Tese (doutorado em Literatura Japonesa). Cornell University, CORNELL, Estados Unidos, 2009.

_____. Políticas da abstração: pintura e crítica no Brasil e Japão, anos 1950. *Poiésis*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense – n.14 (2009). – Niterói: PPGCA, 2009.

GREINER, Christine. *Leituras do corpo no Japão e suas diásporas cognitivas*. São Paulo: N-1 edições, 2015.

KARATANI, Kojin. *Origins of Modern Japanese Literature*. Durham: Duke University Press, 1993.

KEE, Joan. Situating a singular kind of 'action': early Gutai painting, 1954-1957. In: *Oxford Art Journal*, vol. 26. Oxford: Oxford University Press, 2003.

KUNIMOTO, Namiko. Shiraga Kazuo: the hero and concrete violence. In: *Art History*, vol, 36. Londer: Association of Art Historians, 2012.

MUNROE, Alexandra; TIAMPO, Ming. *Gutai, Splendid Playground*. New York: The Solomon Guggenheim Museum, 2013.

_____. *Japanese Art After 1945: Scream Against the Sky*. New York: 1994.

SAS, Miryam. *Experimental Arts in Postwar Japan: Moments of Encounter, Engagement and Imagined Return*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

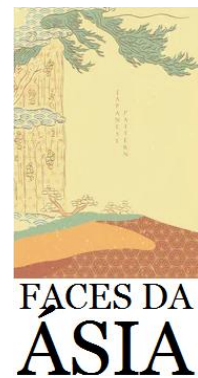
SHOICHI, Hirai. The Action Painting of Kazuo Shiraga. In: *Kazuo Shiraga: Painting Born out of Fighting*. Azumino: Azumino Municipal Museum of Modern Art, 2009.

TIAMPO, Ming. Create what has never been done before! In: *Third Text*, vol. 21. 2007

COMPRA-SE CULTURA: A TRANSFORMAÇÃO DE PINTURAS E VESTIMENTAS JAPONESAS EM KITSCH¹

Telma Yamabe*

Gabriel Akira Garcia Miagusko*



Este artigo tem como objetivo introduzir e analisar o fenômeno de transformação de elementos culturais japoneses em Kitsch pela cultura de massa ocidental, utilizando a pintura e a vestimenta como exemplos. A estrutura do texto parte de premissas teóricas que englobam o conceito de Kitsch, a noção adorniana de indústria cultural e a crítica ao orientalismo. Em seguida, serão apresentados os dois casos estudados, a saber, a reprodução ocidental da obra *A grande onda de Kanagawa* (HOKUSAI, 1830) e do quimono nas redes sociais. Por fim, concluiremos com uma proposta decolonial de libertação do Kitsch.

Premissas teóricas

Na passagem do antigo regime para a modernidade, a Revolução Industrial trouxe consigo uma explosão de signos, alterando a relação da sociedade com os bens de consumo e, conseqüentemente, com os símbolos que eles carregam. O Kitsch é um fenômeno fruto dessa explosão, figurando como atalho para um *público preguiçoso* usufruir valores do “belo” através da sua reprodução tosca (ECO, 1991, p. 73), isto é, trata-se de uma manifestação típica das relações de consumo impostas na era capitalista. Através de um discurso manso, o Kitsch força o ser humano a não mais se relacionar com outros seres humanos, mas sim com uma *commodity*, cuja mediatização se dá por um artista que renuncia à sua genialidade para se tornar designer (MOLES, 1995, pp. 217-225).

É nesse contexto que se encaixa a noção de fetichismo da mercadoria *cultural*, ou seja, o produto cultural tem inibido sua subversividade baseada na

*(IACS/UFF)

*(FD/USP)

aparente ausência de valor de uso, através da manipulação midiática que é capaz de transformar obras de arte e vestimentas tradicionais em *fetiche* (ADORNO, 1991; SILVA, 2010). Nesse sentido, o Kitsch se torna resultado de um processo muito bem arquitetado pela indústria cultural, em que a população se vê compelida a *consumir* objetos fetichizados cujo potencial subversivo se desfaz. Outro pilar do Kitsch é a destruição da aura emanada pelas obras de arte, afastando-as do trabalho manual e eliminando sua unicidade. Assim, essas obras são forçadamente imputadas numa lógica de reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1987), a partir da criação de novos suportes que permitem produções em massa para operar em função da demanda mercadológica.

A fetichização de elementos culturais japoneses no Ocidente ganha um toque a mais: o orientalismo. Entendendo a construção do Oriente como resultado do estilo de dominação europeu (SAID, 1990, p. 15), é possível compreender como a indústria cultural ocidental explora a figura do Outro para fabricação de um fetiche baseado no *exótico*, destruindo a aura de manifestações artísticas para a venda de suas versões Kitsch. Parte do orientalismo contemporâneo, enquanto discurso que administra e produz um imaginário do Outro, é a capacidade de apresentar essa alteridade como portadora de uma cultura “no mesmo nível” da cultura europeia, *desde que* ela seja adequada aos padrões mastigáveis para o público branco ocidental.²

O movimento artístico que ficou conhecido como japonismo demonstra bem esse fenômeno. Pioneiros na compra de cultura japonesa, os impressionistas franceses foram influenciados pela estilística japonesa no âmbito do colecionismo, isto é, o Japão (e também a China, através da *chinoiserie*) se tornou verdadeiro *provedor de complemento* à Europa (TOMÁS, 2003). É dessa forma que observamos demonstrações Kitsch do quimono e do *ukiyo-e* em obras como *La courtisane* (GOGH, 1875), *Portrait de Émile Zola* (MANET, 1868) e *Madame Monet en costume japonais* (MONET, 1875). Desde então, o colecionismo japonista parece ser cada vez mais facilitado pelas

2 A partir do que afirma SAID (1990, pp. 31-32) sobre a importância do pesquisador que estuda o Oriente se posicionar em relação a esse objeto, julgamos necessário ressaltar nossa posição enquanto alvos do projeto orientalista. Embora não admitamos o essencialismo como instrumento silenciador calcado na “autoridade da experiência” (HOOKS, 2013, p. 110), compreendemos que a subjetividade é catalisadora de determinadas epistemologias que podem, numa pesquisa, conduzir a diferentes conclusões.

tecnologias da reprodutibilidade técnica, de modo que colecionar “artefatos” simbólicos e representantes do Outro é algo barato e incentivado pela indústria cultural na atualidade. Assim, se desde o século XIX a *sedução do Oriente* (TOMÁS, 2003) se mantém como constante orientalista, o objeto do complemento provido pelo Oriente se transformou e foi acrescido ao longo dos anos: porcelana, xilogravura, quimono, budismo zen, yoga, culinária etc.

Em busca de manifestações desse fenômeno na contemporaneidade, esta pesquisa foi à rede social Instagram, onde foram monitoradas as hashtags #hokusai, #thewavetattoo e #kimonotop. Foi possível observar diversos exemplos da transformação de manifestações do quimono e d'A *onda de Kanagawa* em Kitsch, dentre os quais apresentamos quatro figuras.

Primeiro caso: o quimono

Figura 1



Figura 2



O quimono é uma vestimenta tradicional japonesa milenar de significados culturais tão extensos quanto complexos, utilizados com muitas regras e sempre em tom de respeito à ancestralidade.

No Ocidente, contudo, o quimono foi absorvido e transformado, e é apresentado de duas formas totalmente afastadas de seu significado original. Primeiro, como qualquer tipo de blusa aberta ou com algum tipo de inspiração na cultura nipônica, como a estampa retratada na Figura 1, um suposto “quimono”. Em segundo lugar, como uma fantasia para encarnar uma *persona*, sem a propriedade da mensagem da vestimenta e da própria personagem (como gueixas e *oirans*) que são representadas, situação exemplificada na Figura 2.

Como demonstram os dois exemplos encontrados na hashtag #kimonotop, esse vestuário entrou na lógica industrial para a satisfação de um público que deseja se gabar de uma roupa exótica e diferente, ignorando toda sua produção artesanal e carga de significado. São diminuídos à “última moda” ou à “fantasia mais legal” e apenas são chamados de “quimono” em prol de um selo de verificação de sua exotividade, mesmo se afastando tanto das origens como podemos ver nas duas fotos em que as roupas foram categorizadas como tal.

Essas duas visões orientalistas sobre o quimono vão de encontro à ideia de que o Oriente foi construído por três figuras arquetípicas: o sábio chinês, o monge zen e a gueixa japonesa (TOMÁS, 2003). Interessa-nos neste ponto o arquétipo da gueixa, *portadora do quimono e símbolo de encanto do Japão tradicional* (*ibidem*, p. 91). Esse estereótipo estampa o desejo orientalista de consumir a sedução oriental enquanto ela se mantém quieta, subserviente e enigmática. O Ocidente não quer descobrir os “enigmas” do Oriente: é preferível que este se mantenha calado, distante, para que o dominador possa sequestrar e moldar sua cultura do jeito que lhe convier. Muitas vezes confundida com uma “prostituta”, a gueixa permanece hoje como uma das imagens fundamentais da visão ocidental sobre o Japão.

Segundo caso: *A onda*



Figura 3



Figura 4

A xilogravura *A grande onda de Kanagawa* é uma obra do mestre Hokusai, especialista em *ukiyo-e*, produzida no período Edo (1603-1868). Faz parte da coleção *Trinta e seis vistas do Monte Fuji*, embora as outras trinta e cinco tenham menos protagonismo no Ocidente. É uma obra de extrema importância no Japão, uma vez que carrega representações de objetos sagrados para a cultura: o mar, os pescadores e o Monte Fuji, por exemplo. Essas são temáticas intrínsecas ao patrimônio popular e são tratadas com muita admiração pelos japoneses.

Apesar desses significados, *A onda* chegou à Europa como uma das grandes inspirações do japonismo, nascendo então um espírito de apreciação orientalista, simplista e puramente estética, alinhada ao que estava na moda para os colecionadores. Como explica ITOCAZO (2018, pp. 26-28), o Ocidente aprecia as obras de Hokusai e outras pinturas *ukiyo-e* simplesmente como “quiméricas” e “exóticas”, com percepções totalmente distintas da sensibilidade japonesa sobre a natureza. Diante de uma lógica Outra de ver o mundo, o colecionismo ocidental prefere reduzir essas obras à condição de “enigmática”, alimentando a noção de distância (em posição vertical) que busca estabelecer com o Oriente.

Atualmente essa xilogravura continua em alta, contudo está disponível para qualquer consumidor que sinta vontade de exibir essas imagens em produtos mercantis, tornando-os “exóticos” ou “mais bonitos”. O mesmo

sentimento dos colecionadores europeus de outra época ainda permeia os consumidores brancos: o de possuir o diferente e usar para se enfeitar. Tendo seu significado abandonado, *A onda* é reduzida ao símbolo estético de um mero adorno a bens de consumo, em composição que parece agradar ao gosto da branquitude, mas que não passa de uma manifestação Kitsch do orientalismo.

A página da Wikipédia que explica a obra, por exemplo, faz questão de enfatizar uma suposta dívida de Hokusai com o Ocidente, chegando a afirmar que no “Extremo Oriente em geral, os objetos não eram desenhados em perspectiva” (WIKIPÉDIA, 2019). Como se sabe, o fato das artes japonesas não terem seguido a fórmula *artificialis* não implica em ausência de perspectiva – o que nos parece algo impossível –, mas em noção espacial divergente. Há, dessa forma, uma mentalidade colonialista que tenta se convencer de que *A onda* sempre foi posse da branquitude, em um engenhoso esvaziamento da técnica e do sentido conferido pelos japoneses. É através desse mecanismo que se torna possível o sequestro – ou melhor, a compra compulsória – da cultura japonesa.

Conclusão

“Consumir é a nova alegria da massa” (MOLES, 1995, p. 24). O fenômeno Kitsch, enquanto originário de uma civilização consumidora baseada na lógica de aceleração para manutenção da produção, estabelece um novo modo de relação entre indivíduo e sociedade. O acesso do indivíduo a esse espaço não é mais realizado de forma direta, mas através da mediação de um Outro produtificado. Assim, a excitação permanente exercida sobre o ambiente de mercado é canalizada por um *quantum* determinado de novidade por objeto (*ibidem*, p. 169).

Este trabalho se debruçou sobre o efeito dessa falsa alegria no âmbito da fetichização da mercadoria cultural. Com efeito, não se trata apenas do fenômeno baseado na distinção entre valor de uso e valor de mercado (MARX, 1996), mas da anulação do potencial subversivo que a cultura possui. Uma das formas mais contemporâneas de fetichismo é a commodificação do Outro, isto é, o uso da etnicidade como verdadeiro tempero a suprir a saturação e o aspecto sem graça da *merda insossa* que se tornou a branquitude (HOOKS, 1992, p. 21). Nesse sentido, o orientalismo insurge de forma atualizada de maneira a parecer

que abraça e integra o Outro. Sua performance verdadeira, todavia, é a de deturpação e simplificação para os gostos do mesmo padrão imposto desde a era pré-moderna – o eurocêntrico. Para se manter hegemônica, a branquitude *precisa* fingir que está cedendo espaços e, estrategicamente, lançar mão do subterfúgio de *comprar* as culturas Outras para poder alterá-las. Ao *comprar*, a branquitude pretende adquirir a *propriedade*, o que nada mais é do que o direito de *usar, fruir e dispor* do que antes era do Outro.

A compreensão do Kitsch e sua banalização deve levar a uma reação contra esse fenômeno perverso. Como aponta Moles, a inserção dessa palavra-chave, criando uma nova ideia no ciclo sócio-cultural, alimenta e atrai novos estudos que circundam o fenômeno em várias instâncias, como o presente objeto de estudo. É assim que compreendemos nossa tarefa aqui desempenhada como um desdobramento da missão colocada pelo autor: “ninguém pode ser totalmente Kitsch, se dele tomar consciência” (MOLES, 1995, p. 220). Ao tomar consciência do que aqui descrevemos, esperamos estar no início de uma reação decolonial contra um Kitsch orientalista de séculos de duração. Atentar para esse *totalitarismo sem violência* é o primeiro passo para uma verdadeira resposta à ditadura silenciosa do Kitsch.

Referências

ADORNO, Theodor W. Culture industry reconsidered. In: _____. *The culture industry: selected essays on mass culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991. pp. 98-106.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3 ed. ROUANET, S. P. (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1, pp. 165-196.

ECO, Umberto. A estrutura do mau gosto. In: _____. *Apocalípticos e integrados*. 2 ed. CARVALHO, P. de (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1991. pp. 69-128.

GOGH, Vincent van. *La courtisane (after Keisai Eisen)*. 1887. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Japonism#/media/File:Van_Gogh_-_la_courtisane.jpg>. Acesso em: 10 set. 2019.

HOKUSAI, Katsushika. *A grande onda de Kanagawa*. 1830. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/de-grote-golf-bijkanagawa/JgEdIdn4pME3Mw?hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

HOOKS, bell. *Black looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

_____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. CIPOLLA, M. B. (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ITOCAZO, Gabriela Rocha. *Um estudo sobre as pinturas de montanhas-e-águas e outras tópicas do mundo-flutuante, em Cem Vistas do Monte Fuji, de Hokusai*. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MANET, Édouard. *Portrait de Émile Zola*. 1868. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3f/Edouard_Manet_049.jpg>. Acesso em: 10 set. 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. BARBOSA, R.; KOTHE, F. R. (trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1, t. 1, pp. 197-208.

MOLES, Abraham. *O Kitsch: a arte da felicidade*. MICELI, S. (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1995.

MONET, Claude. *Madame Monet en costume japonais*. 1875. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Japonism#/media/File:Claude_MonetMadame_Monet_en_costume_japonais.jpg>. Acesso em: 10 set. 2019.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. BUENO, T. R. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Fábio César da. O conceito de fetichismo da mercadoria cultural de T. W. Adorno e M. Horkheimer: uma ampliação do fetichismo marxiano. *Kínesis*, Marília (SP), v. 2., n. 3, pp. 375-384, abr. 2010.

TOMÁS, David Almazán. La seducción de Oriente: de la chinoiserie al japonismo. *Artígrafa*, Zaragoza, n. 18, pp. 83-106, 2003.

WIKIPÉDIA. *A grande onda de Kanagawa*. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Grande_Onda_de_Kanagawa>. Acesso em: 3 out. 2019.

Lista de figuras

Figura 1: Foto postada na rede social Instagram, pela usuária @lucyswhims, em 29 de março de 2017. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/BSO45shgqFq/?igshid=11cruvu2yoe71>>.

Acesso em: 09 set. 2019.

Figura 2: Foto postada na rede social Instagram, pela usuária @gabbiefadel, em 16 de maio de 2016. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/BFeHNSOL3ux/?igshid=1128wowjbr1nv>>.

Acesso em: 09 set. 2019.

Figura 3: Foto postada na rede social Instagram, pelo/a usuário/a @radnetwork, em 18 de maio de 2019. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/BxmX5oYl3k-/?igshid=1wp1ohsiemhnm>>.

Acesso em: 09 set. 2019.

Figura 4: Foto postada na rede social Instagram, pelo usuário @four_forty_four_pm, em 11 de agosto de 2019. Disponível em:

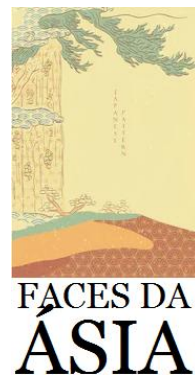
<https://www.instagram.com/p/B1CwoKvnzDj/?igshid=f2szz3y216je>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ESTRATÉGIAS DO *SOFT POWER* NA FORMAÇÃO DA POTÊNCIA REGIONAL SAUDITA

João Gabriel Fischer Moraes Rego¹



Discussão teórica

Para definir um Estado como uma potência é preciso que ele possua alguns parâmetros, como ter a capacidade de exercer influência sobre outros países, defendendo seus interesses como potência e preservando a sua supremacia. Para VERLUISE (2013), para um país ser considerado como uma potência é necessário que ele possua 2 variáveis, território e demografia. O território é importante para o Estado por ser a base da potência, podendo ser utilizado como símbolo de uma nação, sendo um fator de influência. A demografia é uma relevante característica das potências, pois, o tamanho da população é importante para a situação de crescimento econômico, ao mesmo tempo, é a mão de obra e o mercado consumidor, desenvolvendo a economia do Estado (VERLUISE, 2013).

Para definir um país como potência regional, existe mais alguns fatores. É preciso que o Estado articule a sua pretensão de se tornar uma liderança regional, ter influência na geopolítica da região, possuir recursos materiais (militares, econômicos e demográfico), organizacionais (políticos) e ideológicos, dispor de uma economia, política e cultura conectadas com a região. Também é importante que o país possua grande influência em assuntos regionais, que exerça influência por meio de estrutura de governança regional e desfrutar de capacidade de influência na agenda regional de segurança. Para um Estado ser reconhecido como potência regional, é preciso o reconhecimento por parte de outros países dentro e fora da região, especialmente por outras potências regionais, ser integrado em fóruns e instituições inter-regionais e globais, onde atue como representante dos interesses regionais e articule sua pretensão, ou

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Contato: jg_rego@hotmail.com

que se mantenha, na posição de liderança regional. Quando países apresentam desejos opostos, como na região do Oriente Médio, pode ocorrer conflitos militares e econômicos entre os Estados (NOLTE, 2010).

Segundo ARDILA (2014), às potências regionais são qualificadas também pelo uso de seu *soft power*. As variáveis de *soft power* utilizadas, de forma geral, são a influência ideológica, participação da sociedade na tomada de decisões, uso da democracia e transparência política. A utilização deste instrumento tem como finalidade, para a potência regional, melhorar a imagem do governo, uso como ferramenta de diplomacia e para evitar o uso da coação sobre outros países (ARDILA, 2014).

O conceito de *soft power* é a ideia de que um não precisa recorrer ao seu *hard power* para alcançar seus interesses, mas sim utilizar a capacidade de obter o que deseja através da cultura, do uso de uma ideologia e de instituições que realizam propaganda dos países, não precisando recorrer a coação de outros Estados. O *soft power* torna-se mais eficiente quando ocorre o investimento em intercâmbios acadêmicos e culturais, através da construção de centros culturais, biblioteca, escolas e universidades em outros países e através do financiamento de bolsas de estudo, atraindo estudantes de outros Estados. Desta forma, o país que utilize o *soft power* como instrumento, consegue aumentar a influência sobre a população de outras nações (NYE, 2002; BALLERINI, 2017).

Para compreender as ações e consequências das potências é necessário recorrer a uma análise multiescalar, pois, elas ocorrem em diferentes níveis, entendendo que a escala é uma escolha de uma forma de dividir o espaço, ou seja, como as ações estão divididas, no sentido de seus recortes espaciais. No caso deste trabalho, as ações do governo saudita alcançam as escalas regionais (Península Arábica), macrorregional (Oriente Médio) e mundial (CASTRO, 2014).

Para entender essas ações sauditas na região, é importante entender como isso afeta a geopolítica regional. A geopolítica estuda tradicionalmente as relações de poder e força entre os Estados, considerando as configurações

espaciais destas relações. A geopolítica resulta da combinação de fatores demográficos, econômicos, culturais e políticos, sendo necessário que cada um destes seja analisado na sua configuração espacial específica para serem inteiramente compreendidos (COSTA, 2016).

A metodologia operacional desta pesquisa baseia-se em uma extensa pesquisa e revisão bibliográfica de artigos acadêmicos e informações publicadas por organizações internacionais de estudo sobre o Oriente Médio e organizações do governo da Arábia Saudita, coletando dados secundários.

O objeto de estudo é a formação da potência regional da Arábia Saudita e como suas ações, utilizando os instrumentos de *soft power*, tem contribuído para o agravamento das tensões e conflitos regionais no Oriente Médio. Quais instrumentos e estratégias de *soft power* a Arábia Saudita utilizou para se tornar uma potência regional no Oriente Médio?

Objetivos Específicos

Qual a importância do petróleo para a projeção geopolítica saudita?

Quais recursos constituem o *soft power* da Arábia Saudita?

Qual é o efeito para o Oriente Médio do uso do *soft power* saudita?

O petróleo e a Arábia Saudita

O petróleo é de grande importância para a economia dos países que formam o Oriente Médio, principalmente para as potências regionais iraniana e saudita. O quadro a seguir demonstra a reserva, a produção diária de petróleo, a porcentagem total do valor das exportações relacionadas ao petróleo e o quanto o petróleo compõe o produto interno bruto (PIB) dos 5 maiores produtores do Oriente Médio. Demonstrando o quanto as economias destes países são dependentes desta commodity.

Quadro do peso do petróleo nos cinco maiores países produtores de petróleo do Oriente Médio (2017)

País	Reservas (Mb)	Produção de petróleo (1000 b/d)	% total do valor das exp.	% do PIB
Arábia Saudita	266.208	9.959,2	75,9	23,1
Irã	155.600	3.867,3	75,9	15,3
Iraque	147.223	4.468,2	97,4	37,8
Kuwait	101.500	2.704,2	84,4	36,6
Emirados Árabes Unidos	97.800	2.966,5	48,6	13,1

Fonte: THE WORLD BANK (2017); OEC (2017); OPEP (2017).

A economia saudita é sustentada pela indústria petrolífera, além dos impactos econômicos, sociais e políticos, também contribui para a projeção regional e mundial do país. A Arábia Saudita detém uma das maiores reservas mundial de petróleo, chegando a aproximadamente a 267 bilhões de barris, com uma produção diária de aproximadamente 9.959 milhões de barris (THE WORLD BANK, 2017; OEC, 2017; OPEP, 2018).

O petróleo também é utilizado como instrumento diplomático pela Arábia Saudita, isto fica evidente quando se analisa a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as ações sauditas nesta organização. A Arábia Saudita atua como um “produtor de equilíbrio” nesta organização, podendo absorver as flutuações de oferta e demanda do mercado, mantendo o preço do barril estável graças a regulação da própria produção, isto ocorreu durante a guerra do Iraque, a Arábia Saudita aumentou a sua produção para substituir parte da produção iraquiana, isto proporciona grande influência na OPEP, pois, caso o governo saudita não deseje substituir a produção de algum país, isto afetaria o mercado mundial, podendo aumentar ou diminuir o preço do barril de petróleo ou no caso do governo saudita queira influenciar a produção mundial, ele utiliza a organização para alcançar este objetivo,

realizando ações que levem ao aumento ou a diminuição da produção dos membros da OPEP (DRECA, 2012).

Soft power saudita

O *soft power* saudita é baseado na posse em seu território das cidades de Meca e Medina, no investimento em educação, na formação de blocos regionais e organizações regionais e na formação de alianças.

A Arábia Saudita tem como objetivo central projetar para outros países a sua interpretação do Islã, o Wahhabismo. Segundo COCKBURN (2015), o Wahhabismo tem como objetivo, fazer com que o Islã retorne às suas origens, possuindo uma visão mais radical de interpretação, hostilizando os muçulmanos que não a partilham da mesma interpretação ou praticantes de outras religiões.

Desde 1964, a Arábia Saudita financia a exportação do Wahhabismo para outros países. Segundo SHANE (2016), ao longo de décadas, ocorreu o financiamento para a construção de inúmeras mesquitas, centros islâmicos, faculdades e escolas em outros países. O governo saudita é um dos principais financiadores da educação Islâmica e do financiamento de programas educacionais, isto tem como objetivo a exportação da sua interpretação do Islã e também influenciar populações de outros Estados.

Segundo KOVACS (2014), esta influência nos programas educacionais é devido a alguns fatores, como a criação e financiamento de universidades islâmicas em outros países, estas faculdades seguem as leis e normas salafistas² provenientes do governo saudita e devido à incapacidade de alguns países, de maioria muçulmana, de conseguir criar e manter instituições de ensino para a sua população, fornecendo espaço para a influência saudita.

O governo saudita utiliza instituições transnacionais de ensino para desempenhar um papel central na sua política externa, principalmente após a Revolução Iraniana de 1979. Esta estratégia tem como função obter uma relação

² Interpretação fundamentalista do Islã da vertente sunita.

com as populações muçulmanas em diferentes regiões do mundo e conter a influência de outros países muçulmanos, principalmente do governo iraniano e do catari (KOVACS, 2014).

O reino saudita também patrocinou o Wahhabismo em escolas religiosas, ofereceu bolsas de estudos e literatura religiosa para centenas de estudantes. Estas instituições sauditas exportam a imagem do governo, conteúdo educacional saudita, disseminam a interpretação saudita do Islã e tentam legitimar o governo saudita como o principal defensor dos muçulmanos e das cidades sagradas de Meca e Medina (KOVACS, 2014). Isto fornece uma significativa influência aos líderes sauditas, pois, os legitimam como os defensores fundamentais do Islã consequentemente, também aumentar a influência destes líderes nas comunidades muçulmanas.

Gestão das cidades sagradas

A Arábia Saudita utiliza sua tutela sobre as cidades sagradas de Meca e Medina, que estão no seu território, como instrumento central na sua política externa. Isto fornece uma relevante influência aos líderes religiosos sauditas (AL-SAFI, 1993).

Segundo AL-SAFI (1993), o governo saudita, como administrador das cidades sagradas, tem o dever de proteger a fé islâmica. Ela utiliza organizações para a gestão e manutenção da mesquita de Meca e a mesquita do Profeta em Medina. A gestão destes locais sagrados é de suma importância para o reino saudita, pois, fornece influência religiosa aos seus líderes.

A religião também é um negócio rentável para a economia saudita, devido à cobrança de taxas sobre os peregrinos, pois, cada muçulmano, que tiver condições, deve realizar a peregrinação para Meca, esta peregrinação se chama Hajj (OSMAN 2017). Além disto, o reino também consegue arrecadar significativas quantias através do turismo religioso realizado nestas cidades. O quadro a seguir demonstra o número de peregrinos que realizam a Hajj no período de 2009 a 2019.

Número de Peregrinos para a cidade de Meca (2009-2019)

Ano	Nº de Peregrinos Internacionais	Nº de Peregrinos Domésticos	Nº total de peregrinos
2009	1.613.965	699.313	2.313.278
2010	1.799.601	989.798	2.789.399
2011	1.828.195	1.099.522	2.927.717
2012	1.752.932	1.408.641	3.161.573
2013	1.379.531	600.718	1.980.249
2014	1.389.053	696.185	2.085.238
2015	1.384.941	567.876	1.952.817
2016	1.325.372	537.537	1.862.909
2017	1.752.014	600.108	2.352.122
2018	1.758.722	612.953	2.371.675

Fonte: GENERAL AUTHORITY FOR STATISTICS (2019).

Mapa das Cotas de peregrinos por países de origem



Fonte: FATTORI; HOLZINGER; LABORDE (2017)

O mapa demonstra como as cotas estão distribuídas pelos países, destacando a Indonésia com a maior cota, com 221.000. Este período de peregrinação tem sido de grande importância econômica e geopolítica para a

Arábia Saudita. A geopolítica é afetada, pois, quem decide o número da cota de peregrinos é o governo saudita, recentemente, o reino tem sido acusado de ameaçar países contrários às suas ações com a diminuição da cota. Além disto, o governo também tem sido acusado de impedir ou de dificultar a ida de alguns peregrinos a estes locais sagrados, em particular de países rivais, como Irã e Síria (OSMAN, 2017).

Liga Mundial Muçulmana

A Arábia Saudita é o principal divulgador do salafismo sunita em escala global. Um dos instrumentos que o governo saudita utiliza para divulgar esta vertente radical é através da Liga Mundial Muçulmana. A organização foi criada em 1962, sua sede central é localizada na cidade de Meca. A gestão da organização é controlada pela Arábia Saudita, devido a isto, ela segue a lógica de interesses estratégicos sauditas, sendo uma forma de disseminar o Wahhabismo (AMGHAR, 2011).

Ela está presente em diferentes países e regiões, sendo responsável pelo controle e financiamento de locais de culto, incluído mesquitas na Europa, escolas, centros culturais, etc. As posições centrais de organização são atribuídas as pessoas de origem saudita. A organização também permite a Arábia Saudita conduzir ações diplomáticas, com o objetivo de fortalecer a influência do reino na escala global e de consolidar a sua hegemonia sobre o Islã (AMGHAR, 2011). Por exemplo, a Liga Mundial Muçulmana serviu ao reino como instrumento diplomático, como apresenta ZHENGUI e YONGGING (apud ALLÈS et al. 2001), em ações na China, pois, a organização financiou a construção de instituições na China em 1986, antes do estabelecimento de relações políticas entre os países, que só ocorreu em 1990.

Diplomacia saudita

O governo saudita possui a estratégia de participar de organizações regionais, ou blocos regionais, com o objetivo de influenciar os países membros, isto ocorre em diferentes organizações como a OPEP, a Liga Árabe, a

Organização para a Cooperação Islâmica (OIC) e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).

As ações sauditas na Liga Árabe, na Organização para a Cooperação Islâmica (OIC) e o Conselho de Cooperação do Golfo são parecidas. A Arábia Saudita tem como objetivo influenciar os membros destas organizações para defender seus interesses como potência no Oriente Médio e obter a sua hegemonia nestas organizações, o governo utiliza estas organizações para conter ações de países rivais aos seus interesses, como o Catar e o Irã (VISENTINI, 2014; AKBARZADEH; AHMED, 2017).

Nos casos da Liga Árabe e da OIC o reino tem defendido a suspensão da Síria destas organizações, por ser um aliado iraniano no Oriente Médio. E no caso do Conselho de Cooperação do Golfo, a estratégia saudita busca isolar o Catar economicamente e politicamente, através da realização de um bloqueio por terra e ar ao reino catari, e também realizar ações de apoio a países aliados, como na intervenção militar e ajuda financeira ao Bahrein (VISENTINI, 2014; AKBARZADEH; AHMED, 2017).

Essas ações têm provocado uma relevante instabilidade geopolítica na região do Oriente Médio e nas áreas ao redor, devido à disputa pela hegemonia regional entre diferentes países, como Irã, Catar e Turquia.

Conclusão

A formação da potência regional saudita é altamente dependente da renda do petróleo da administração dos lugares sagrados para o Islã. Ela tem utilizado o petróleo tanto como forma de financiar as suas estratégias, como também uma ferramenta na sua política externa, devido a sua capacidade de produção. Porém, o instrumento central na sua política externa, e consequentemente no seu *soft power*, é o uso da religião. O reino tem utilizado as cidades sagradas e a exportação da sua vertente de interpretação do Islã para outros países como forma de aumentar a sua área de influência em diferentes regiões.

As ações realizadas pela Arábia Saudita têm provocado um aumento na instabilidade geopolítica regional, isto fica evidente quando se observa as ações que o governo saudita realiza para conter a influência de outros países, como o Irã, Catar e Turquia, na região do Oriente Médio. Como a ameaça de corte na cota de peregrinos a outros países que não a apoie em suas ações, na realização do bloqueio econômico ao Catar e na realização de intervenções militares, como no caso do Bahrein e Iêmen.

Referência Bibliográfica

ALLÈS, Élisabeth; CHÉRIF-CHEBBI, Leïla; HALFON, Constance-Hélène. L'islam chinois, unité et fragmentation. Archives de sciences sociales des religions, França, p. 15-47, out. 2001.

AKBARZADEH, Shahram; AHMED, Zahid Shahab. Impacts of Saudi hegemony on the Organization of Islamic Cooperation (OIC). New York: International journal of politics, culture and society, 20 set. 2017.

AL-SAFI, Mansour Saleh. Arábia Saudita: Política Externa e Aspectos de suas Relações com o Brasil. Brasília: Thesaurus, 1993.

AMGHAR, Samir. La Ligue Islamique Mondiale en Europe: Un Instrument de Défense des Intérêts Stratégiques Saoudiens. França: Critique Internationale, n. 51, p.113-127, 2011.

ARDILA, Martha Ardila. Potencia regional secundaria en definición: Colombia entre Sur y Centroamérica. Papel Político, Bogotá, V. 17, N. 1, jun. 2012.

BALLERINI, Franthiesco. Poder Suave (soft power). São Paulo: Summus, 2017.

CASTRO, I.E. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?. Rio de Janeiro. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 87-100, 2014.

COCKBURN, Patrick. A Origem do Estado Islâmico: O fracasso da guerra ao terror e a Ascensão Jihadista. Tradução de Antônio Martins. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. 2 ed. 3 reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

DRECA, N. Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) and Role of Saudi Arabia. In: 3º International Symposium on Sustainable Development, Sarajevo, Bosnia and Herzegovina, 31 Mai- 01 Jun 2012.

FATTORI, F.; HOLZINGER, F.; LABORDE, X. Arabie saoudite : un expansionnisme religieux mondial. LE MONDE, 9 jun. 2017.

GENERAL AUTHORITY FOR STATISTIC. Hajj Statistics. Arábia Saudita. 2019.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). Observatory of Economic Complexity. Estados Unidos, 2017. Disponível em: <https://oec.world/en/>. Acesso em: 3 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). Annual Statistical Bulletin. Vienna, 2017.

KOVACS, Amanda. Saudi Arabia Exporting Salafi Education and Radicalizing Indonesia's Muslims. Hamburgo, Alemanha. The GIGA German Institute of Global and Area Studies, n.7, 2014.

NOLTE, DETLEF. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. Review of International Studies . V. 36, N. 4, 2010.

NYE, Joseph Samuel. O paradoxo do poder americano. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OSMAN, Marwa. Mecca ruled by House of Saud should belong to all Muslims. RT Question More. Beirute, Líbano, 5 ago.2017.

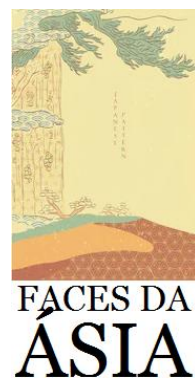
SHANE, Scott. Saudis and Extremism: 'Both the Arsonists and the Firefighters. NY TIMES. Estados Unidos, 25 ago, 2016.

VERLUISE, Pierre. Géopolitique - La puissance Quels sont ses fondamentaux?. Diploweb.com, 10 nov. 2013.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera árabe. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

THE WORLD BANK. Oil rents (% of GDP). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

O PAPEL QUE A GOVERNANÇA CORPORATIVA PODE EXERCER COMO *DRIVER* PARA UMA POSSÍVEL EXPANSÃO DA RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL



João Pedro Bonandi¹

Introdução

Estudos sobre a Ásia, apesar de sua rica e fascinante história, não são tradicionais no mundo ocidental, especialmente no Brasil. Mesmo com grande influência cultural, principalmente na área de entretenimento, indiretamente isso acarreta em um desconhecimento do papel que esses países possuem para a formação do mundo atual. Não é surpreendente que se tenha, portanto, uma visão orientada para a história de viés e perspectiva ocidentais. É notório o desenvolvimento econômico, político e militar de países asiáticos nas últimas décadas. Caracterizado como *hard power*, esse desenvolvimento pode ser traduzido em posterior influência em eventuais questões globais. O Brasil, caso queira ter a relevância esperada, necessita fazer as adaptações sistemáticas requeridas para possuir maior integração às recentes mudanças. Este estudo pretende mostrar a relação brasileira com um país asiático de destaque, a Coreia do Sul. Tem como objetivo mostrar que a melhora de governança corporativa nos dois países pode ser um *driver* para um fortalecimento da relação bilateral, gerando assim ganhos de *hard* e *soft powers* relativos, além de ganhos econômicos, diplomáticos, políticos e culturais.

Relações entre Brasil e Coreia do Sul

Com bons laços, são nações que buscam se desenvolver comercial, política e diplomaticamente juntas. Em anos recentes, estão fazendo progresso em direção a uma maior integração de suas comunidades. Por exemplo, em

¹ Graduando em Engenharia de Produção. Universidade Feral Fluminense -
jp_bonandi@id.uff.br

2015, os governos assinaram acordos que fortaleceram a relação bilateral (GLOBO, 2015). As oportunidades são muitas e o cenário é extremamente favorável. Legitimar um aumento de influência, tanto política quanto comercial - além do incremento no *soft power* relativo, é importante para a longevidade e continuidade da relação. Nas últimas décadas, está havendo um aumento na diplomacia cultural entre os dois países.

Diplomacia cultural, como define *Stuenkel*, é a “troca de ideias, informação, artes e outros aspectos da cultural entre nações e seus povos a fim de fomentar entendimento mútuo” (STUENKEL, 2016). Sem dúvidas, deve ser incrementada entre os países-referência do artigo. Há ganhos mútuos para ambas as partes. Esta ideia também é defendida pelo ex-embaixador sul-coreano no Brasil, *Jeong Gwan Lee*. Segundo o mesmo, os governos da Coreia do Sul e do Brasil devem buscar uma relação de complementaridade em seus negócios, promovendo também um maior intercâmbio cultural entre si (COMEX, 2017).

Perspectiva Histórica

Em 2019, os dois países comemoram 60 anos de relações diplomáticas. Para o asiático, a relação com o sul-americano é essencial para uma forte presença diplomática na América Latina. A embaixada brasileira em Seul foi instaurada em 1965, enquanto o país coreano instaurou a sua no Rio de Janeiro em 1962. Há também uma embaixada brasileira na Coreia do Norte. Isso é importante pois o Brasil pode exercer funções diplomáticas fundamentais em direção a manutenção da paz na península, uma vez que, quando parceiro dos dois asiáticos, o país possui poder político para a negociação de acordos entre as partes.

Perspectiva Econômica

Atrás apenas da China, a Coreia do Sul é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. As empresas sul-coreanas têm predileção por entrar no país utilizando-se de recursos como fusões e aquisições, uma vez que a entrada convencional no mercado leva mais tempo. Suas entradas no mercado brasileiro, além de reforçar o aumento de produtividade e transferência de

tecnologia, é benéfica pois essas empresas de grande porte atraem outras de médio e pequeno porte que estavam conectadas com a maior, geralmente sendo suas fornecedoras e prestadora de serviços.

Há fatores que dificultam, entretanto, a chegada e continuidade dos projetos de empresas estrangeiras no Brasil, não só sul-coreanas. Diferenças linguísticas e culturais, complexas leis tributárias e trabalhistas, pouco incentivo brasileiro relacionado a investimentos e o mercado industrial distorcido por políticas industriais equivocadas do governo brasileiro fazem com que o planejamento das empresas seja dificultado. Somados a outros fatores como corrupção, acesso limitado a informações locais sobre o projeto (falta de transparência e divulgação de informações), má gestão e falta de segurança, todos esses mencionados afastam investidores estrangeiros do país.

Atualmente, a Coreia do Sul negocia um acordo comercial com o Mercosul, bloco sul-americano que o Brasil faz parte, demonstrando grandes avanços nas negociações. Espera-se que este acordo permita às partes envolvidas grandes oportunidades e que seja mutualmente benéfico a todos.

Conforme *Kim*, um dos maiores fatores de impedimento para uma ampliação nas relações entre os dois países é o complexo sistema administrativo brasileiro, que engloba desde transparência das informações divulgadas à excessiva burocracia ineficiente (KIM, 2015). Mais ainda, a falta de confiabilidade quanto à execução de projetos de longo prazo, falta de confiança na estabilidade política e econômica e questões já citadas com relação ao *soft power*. Esses problemas, se não resolvidos, podem ser mitigados com boas práticas de governança. Como explica Rubens: “É nesse caldo cultural, com seus aspectos positivos e negativos, que são construídos os sistemas de controle empresariais, as estruturas de governança e o ambiente de negócios, o que torna óbvia a necessidade de adequação das práticas internacionais ao sistema cultural brasileiro (RUBENS et al., 2017).

Governança Corporativa

Tem havido, nos últimos anos, um impulso no estudo de governança corporativa. Isso se dá pelo alto volume de casos envolvendo gestões inescrupulosas. *Compliance* se tornou um termo de comum utilização e que

carrega um importante significado prático: Quais são as regras do jogo? Elas são seguidas? Há muita diferença entre o prometido e o entregue? No que se refere à ética, o discurso é consistente com a ação?

É nesse tipo de contexto que se expande a necessidade da governança corporativa. Definida pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) como “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2019), a governança atua como elo entre os objetivos das organizações e as ações necessárias para a sua realização. Os ganhos por se adotar uma postura de boas práticas de governança são muitos. Credita boa reputação e boa relação com investidores, que se sentem mais confortáveis para investir possuindo informações mais transparentes na continuidade do processo. Caso a governança não siga padrões que o investidor considera apropriados, ou ele irá se afastar do investimento ou irá cobrar uma taxa de retorno maior pelo risco corrido no *valuation* do ativo, o que resultará num preço de ativo descontado. Em outras palavras, o ativo fica mais barato.

É válido ressaltar que as boas práticas de governança são recomendações e que a adesão às mesmas se dá de forma voluntária pela organização. Mais do que uso apenas empresarial, elas podem ser adaptadas a organizações de diferentes vieses, respeitando as particularidades de suas condições, objetivos e cultura. O conceito não se limita apenas a empresas podendo abordar também o setor público. Governos que não possuem boa governança geralmente possuem grande risco de imagem, como é o caso do brasileiro, cuja imagem está manchada por recorrentes escândalos de corrupção, desvios de dinheiro, má gestão, incapacidade técnica, falta de transparência e outros.

Ainda que custoso, o investimento em governança é uma oportunidade de crescimento sustentável das organizações. Adotar boas práticas na cultura organizacional pode levar a uma melhoria significativa na execução, relação interna e externa e na perenidade, gerando valor e prosperidade para as mesmas. No estudo, foi colocada ênfase nos grandes grupos locais, como as empresas brasileiras do grupo “campeãs nacionais” e os *chaebols* sul-coreanos.

Governança Corporativa no Brasil

Com a criação do IBCA (Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração), apenas em 1995, o Brasil evidencia ao mundo que o tema governança não recebia a total atenção devida no país. Quatro anos depois, em 1999, o então renomeado IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) veio a lançar o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, diretriz que contém práticas de boa governança corporativa. Os princípios, que permeiam as práticas, são (IBGC, 2019):

Transparência: divulgação para as partes interessadas das informações desejadas;

Equidade: tratamento justo e igualitário de todos os *stakeholders* envolvidos;

Prestação de contas: prestação de contas da atuação de modo claro e conciso;

Responsabilidade corporativa: zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, além de zelo por suas externalidades

Esses princípios, por melhores que pareçam na teoria, aparentam não ser postos em prática constantemente no mercado brasileiro. Percebe-se a predominância de alguns fatores no tocante às legítimas dúvidas acerca da qualidade da governança corporativa brasileira – como por exemplo, a forte influência de grupos de interesse com relações próximas ao governo. Outro grande fator é o famoso “jeitinho brasileiro”: um modo de agir disseminado culturalmente, mas não formalizado, que se refere à improvisação na resolução de problemas (e claro, abrindo muito espaço para dúvidas nos métodos utilizados para tal). Esses e outros fatores, empiricamente comprovados, abrem espaço para ocorrência de eventos que destroçam a imagem brasileira em referência à adoção de práticas boas e sustentáveis de gestão. Infelizmente, os casos de desvio moral não são poucos. Por exemplo, o Brasil lidera o setor de agropecuária mundial em produtividade e tecnologia. Possui também enorme participação mundial no setor alimentício (MAPA, 2017). Contudo, isso não

quer dizer que empresas deste setor tenham uma forte cultura de boa governança corporativa. Aliás, muito pelo contrário, estão frequentemente envolvidas em enormes escândalos de escala internacional. A JBS, por exemplo, maior empresa do mundo de proteína, já esteve envolvida em diversos escândalos de violações ambientais, trabalhistas, sanitárias e principalmente de corrupção (REPORTERBRASIL, 2017). Em um destes escândalos, no dia 17 de maio de 2017 - que ficou conhecido como *Joesley Day*, o próprio dono da empresa entregou à Procuradoria-Geral da República áudios comprovando o envolvimento do então presidente da república, Michel Temer, e o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, em esquemas de corrupção e suborno político. A JBS infelizmente não é a única gigante brasileira envolvida em corrupção. Aliás, a grande parte delas está. Escândalos a nível internacional, como o da construtora Odebrecht e da petroleira Petrobras não são casos isolados e aumentam o dano na imagem brasileira.

Um grande fator para isso, que chamou atenção por causa de casos nas conhecidas empresas “campeãs nacionais” - e que também assolou a coesão das políticas econômicas da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff-, foi o uso equivocado de bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como instrumentos de provisão de financiamentos. Essas utilizações errôneas, além de criarem distorções catastróficas para a economia brasileira por falta de rigor técnico, também causaram um grande impacto na imagem dos envolvidos. Isto porque não foram feitas de maneira transparente e com justificativas técnicas. Como expõe De Bolle: “Quando falta transparência a essas operações, isto é, quando os bancos públicos não divulgam os dados referentes aos seus empréstimos e/ou os motivos os levaram a emprestar recursos à empresa A, mas não à B, (...) abre-se um espaço fértil para a corrupção” (DE BOLLE, 2016).

O problema de falta de boa governança corporativa no Brasil excede o mercado privado. No poder público, escândalos políticos envolvendo casos de corrupção abalam as esferas do país. A falta de governança é sistemática. Não é à toa que o país já passou por dois processos de impeachment e possui alta percepção de corrupção. Espera-se que com a entrada do Brasil na OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o país adeque

suas práticas de governança a padrões internacionais. A entrada induz a uma maior confiabilidade dos investidores e reforça o compromisso do país com melhorias propostas e desejadas pela organização.

Governança Corporativa na Coreia do Sul

A contraparte sul-coreana do IBGC é denominada KGCS - *Korean Corporate Governance Service*. Com a esperança de padronização de boas práticas de governança corporativa no país, além da produção e *research* de conteúdo relacionado, o KCGS também faz serviços de avaliação e aconselhamento. Similarmente, possui princípios que norteiam as práticas consideradas saudáveis e busca promover a sustentabilidade das firmas sul-coreanas. Seus princípios são: Profissionalismo; Espírito de fronteiras; Execução e Responsabilidade social. Percebe-se que, ainda que relacionados, os princípios do KCGS possuem leves diferenças quando comparados aos princípios divulgados pelo IBGC.

Alguns fatores chamam a atenção e atribuem peso no estudo da qualidade da governança corporativa sul-coreana. O mercado do país, por exemplo, é dominado por conglomerados denominados *chaebols* (Samsung, LG e Hyundai, por exemplo) e não possui bom histórico de boas práticas de governança. Entre fatores culturais destacáveis, encontra-se uma sociedade construída com influência confucionista, além da herança política japonesa, que confere à burocracia um enorme poder.

A influência confucionista

Hoje em dia é clamada a ideia que a cultura confucionista herdada da China (chamada de neo confucionismo) é um dos fatores que explicam o bem-sucedido desenvolvimento sul-coreano. Os paradigmas podem ser colocados como uma combinação de uma atitude positiva em relação ao mundo, um *lifestyle* sustentado de disciplina e cultivação própria, respeito por autoridade, presença de fortes hierarquias, uma busca por uma vida familiar estável e forte, ética de trabalho. Os valores confucionistas levaram a uma cooperação entre burocracia e corporações, trabalho duro, diligência e respeito pela educação (CASTLEY, 1997).

Os chaebols

Um chaebol é definido por algumas características estruturais: consiste em muitas empresas afiliadas operando em um número diversificado de indústrias, a propriedade e o controle do grupo pertencem a uma família dominante e o grupo empresarial representa uma grande porcentagem da economia nacional. Mais ainda, possuem o sistema *cross holding*, em que as empresas pertencentes do mesmo grupo detêm as ações umas das outras. Mesmo que listadas publicamente, as empresas que compõem esses grupos ainda se destacam pela falta de transparência e casos de má governança. Estes grupos possuem profundos relacionamentos de dependência mútua com o governo e bancos.

Ao conquistarem os mercados internacionais, a concorrência global as forçou a inovar e melhorar seus produtos e processos. Isso não quer dizer, contudo, que também houve melhoras significativas na governança corporativa. Mais do que limitar a concorrência interna, com manipulações de mercado e esquemas de preços desleais, os *chaebols* também estão diretamente relacionados com a baixa qualidade da governança corporativa local.

Devido ao fácil acesso a crédito pelo relacionamento com os bancos e governo, os *chaebols* tendem a fazer investimentos fora da realidade financeira da organização e parecem adotar a imprudência como padrão para a tomada de riscos. Se um investidor tem garantias implícitas de que determinado investimento, em caso de estresse, será resgatado pelo próprio governo, que muitas vezes apresenta ligações familiares com o próprio empreendedor ou investidor, então, a decisão de alocação de recursos torna-se absolutamente distorcida (DUMAS, 2017). Pelo controle familiar, os cargos de alto comando hierárquico são preenchidos pelos membros da família, que podem não ser os mais aptos a assumi-los. Mais que isso, por causa do sistema de controle *cross-holding*, membros familiares possuem maior peso de voto nas decisões da organização quando comparados a outros diretores. Isso abre grande espaço para o surgimento do conflito de interesses entre as partes, a questão principal-agente. Outra consequência é o uso de relacionamentos para a escolha dos parceiros comerciais, onde nem sempre se opta pela melhor opção, mas sim pela qual há um melhor relacionamento.

Uma das razões para a crise de 1997/1998, que maltratou a economia sul-coreana, foi a falta de transparência das empresas e consequentemente falta de boa governança corporativa. Isso porque o controle de capital (em sua maioria) na Coreia do Sul pertence aos *chaebols*, bancos e políticos. Logicamente, sem devido monitoramento, além de amplo espaço para corrupção, há grande espaço para tomada de más decisões. Na época, a quebra de várias empresas devido a má administração e excesso de endividamento assustou a comunidade internacional que, ao retirar grande parte de seus investimentos no país, desencadeou uma grave crise cambial que rapidamente evoluiu para uma crise financeira doméstica, tendo como uma de suas consequências finais o pedido de ajuda ao Fundo Monetário Internacional. Como parte do acordo, a Coreia do Sul deveria trabalhar bastante na questão da governança corporativa (transparência, regulação, insolvência, fusões e aquisições entre outros). Apesar das reformas propostas, escândalos posteriores demonstraram que não houve esforço significativo direcionado ao *compliance*. Em 2015, em um escândalo que envolveu corrupção e vazamento de informações confidenciais, a ex-presidente do país *Park Geun-hye* foi retirada do cargo, assim como *Lee Jae-yong*, chefe executivo da Samsung com acusações passíveis de prisão. O escândalo desencadeou queda no valor das ações do grupo Samsung, fazendo com que o valor de mercado do grupo diminuísse instantaneamente às decorrências do evento (NAR, 2017).

Isso reforça a ideia de que uma forte governança corporativa atrai investidores e uma fraca, além de afastar os mesmos, diminui o valor do ativo. O Banco de Luxemburgo diz que um dos maiores fatores que justificam o desconto nos ativos sul-coreanos é a pobre governança corporativa no país (BLI, 2018).

Propostas

Assim como no Brasil, o problema de governança corporativa na Coreia do Sul pode ser considerado sistemático. Diante deste cenário, uma melhoria desta poderia trazer grande melhora de imagem e consequentemente ganhos de *hard* e *soft powers*. Nesta seção, são elencadas propostas de melhorias que trariam avanços para boas práticas de políticas de governança nos países. Com a melhoria desta, o aumento de confiança na qualidade da governança poderia

incentivar a expansão e criação de acordos e da relação bilateral. As medidas propostas listadas abaixo servem para os dois países (com exceção de quando indicado):

- Acelerar a entrada do Brasil na OCDE: diminuirá o risco de imagem, aumentando assim a confiabilidade no país
- Combate ao corporativismo
- Eliminar ou reduzir a influência do estado nas empresas e das empresas no estado
- Facilitar o ambiente legal e regulatório para a entrada de investimentos e para incentivo ao empreendedorismo, permitindo ampla concorrência de mercado
- Reformas política e trabalhista, que criem um cenário transparente, estável e previsível
- Revisão das regras existentes: Redução de burocracia disfuncional – regras malfeitas abrem maior espaço para justificativas de desvios de conduta
- Melhora do sistema judicial – execução de direitos e garantia de segurança
- Independência do banco central brasileiro e do BNDES
- Composição dos cargos de chefia feita por mérito, baseada em capacidades técnicas e não por influência e indicação por relacionamentos
- Reforçar os sistemas de controles, com presença de auditoria interna e externa
- Adoção de forte política de *compliance*
- Incentivo e promoção à ética e à integridade em todos os níveis
- Criação de uma agenda internacional entre os dois países

Conclusão

Estudar quais são as diferenças entre os países pode ser de extrema valia para a resolução de entraves estabelecidos e conhecidos, porém não

formalizados. É claro que particularidades culturais devem ser respeitadas e que diferenças sempre existirão. E que assim seja. Essa característica é o que torna o mundo tão interessante. Porém, um pouco de adequação e padronização em assuntos de governança poderiam agregar enorme valor às organizações dos dois países, processo que poderia influenciar no fortalecimento da relação bilateral.

Mesmo que se seja necessário um nível de base, deve se frisar que este é um processo de contínua melhoria onde que, em decorrências eventuais, a governança seja sempre incitada a mudanças positivas e adequação ao cenário. Se adotadas, estas levariam um aumento de confiança de *stakeholders* em geral quanto ao compromisso das organizações com o *compliance*, seriedade de planejamento, cultura e a sustentabilidade da mesma.

O resultado de um possível acordo bilateral estável, produtivo e benéfico para ambas as partes não deve ser medido apenas pelos retornos financeiros. O foco deve ser dividido também com a preservação de valor das organizações, levando em conta os impactos na sociedade como um todo. Os dois países definitivamente têm muito a ganhar com uma parceria mais forte.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, C.E.; RUBENS, J; NUNES, S. Governança Corporativa e Integridade Empresarial: Dilemas e desafios. 1. Ed. São Paulo: Saint Paul Editora Ltda, 2017.

CASTLEY, R. Korea's Economic Miracle: The Crucial Role of Japan. Londres: MACMILLAN PRESS LTD, 1997.

DE BOLLE, M. Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

DUMAS, R. Crises Econômicas Internacionais. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

KIM, Younjung. Relações Coreia do Sul – Brasil: Identificação das Dificuldades no Comércio. UNB. Brasília, 2015.

KIRK, D. Korean Crisis: Unraveling of the Miracle in the IMF Era. Nova Iorque: Palgrave, 2000.

STUENKEL, O. O MUNDO PÓS-OCIDENTAL: POTÊNCIAS EMERGENTES E A NOVA ORDEM GLOBAL. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2016.

Além de corrupção, JBS tem histórico com trabalho escravo e desmatamento. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/07/alem-de-corrupcao-jbs-tem-historico-com-trabalho-escravo-e-desmatamento/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

Brasil lidera produtividade agropecuária mundial. Réporter Brasil. 07 de jul. de 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/brasil-lidera-produtividade-agropecuaria-mundial>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

TSUBASA, Suruga. Samsung stock drops on chief's arrest over corruption. Nikkei Asian Review. Tokyo, 2017. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Business/Samsung-stock-drops-on-chief-s-arrest-over-corruption2>>. Acesso em 31 jul. 2019.

Coreia do Sul quer ampliar e diversificar relações comerciais e culturais com o Brasil. COMEX do Brasil. 28 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/coreia-do-sul-quer-ampliar-e-diversificar-relacoes-comerciais-e-culturais-com-o-brasil/>>. Acesso em 25 jul. 2019.

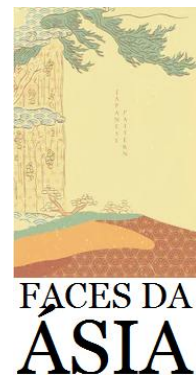
Brasil e Coreia do Sul assinam acordos bilaterais em cinco áreas. G1. 24 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/brasil-e-coreia-do-sul-assinam-acordos-bilaterais-em-cinco-areas.html>>. Acesso em 31 jul. 2019.

About KCGS. KCGS. Disponível em: <<http://www.cgs.or.kr/eng/about/vision.jsp>>. Acesso em 31 jul. 2019.

O que é governança corporativa e princípios de conduta. IBGC. Disponível em: <<https://ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em 31 jul. 2019.

South Korea: towards an improving corporate governance? Banque de Luxemburg. Disponível em: <<https://www.banquedeluxembourginvestments.com/en/bank/bli/blog/-/blogpost/south-korea-towards-an-improving-corporate-governance->>. Acesso em 31 jul. 2019.

PARADIPLOMACIA CHINESA E AS INICIATIVAS INTERNACIONAIS DA CIDADE DE CHENGDU



Flávio Alexandre de Oliveira Filho¹

Rafaela Mello Rodrigues de Sá²

Introdução

A atividade internacional de atores subnacionais, ação denominada de paradiplomacia, tem como objetivo o desenvolvimento dos territórios locais a partir de iniciativas internacionais. Dessa forma, este artigo visa entender a relação da paradiplomacia com o desenvolvimento Chinês. Para isso, será utilizado como arcabouço teórico os autores que introduziram o conceito de Paradiplomacia, analisando assim os escritos de Soldatos e Duchacek. O objetivo é demonstrar a importância da Paradiplomacia para o projeto de desenvolvimento interno do país.

O governo chinês exerce uma Paradiplomacia Provincial, similar ao modelo indiano, o qual permite aos atores subnacionais terem maior autonomia na criação de políticas para a internacionalização de seus territórios. Uma característica importante que permite o maior desenvolvimento local é o mecanismo que possibilita o reinvestimento em infraestrutura na região, já que esses atores permanecem com uma maior parcela do lucro obtido nas iniciativas. Esta dinâmica permitiu uma expansão chinesa na arquitetura das cidades globais como é o caso das cidades de Shanghai, Beijing e de Chengdu.

A cidade de Chengdu, capital da província de Sichuan, é um importante centro de desenvolvimento moderno chinês, cujos planos de internacionalização começaram com a formulação de uma estratégia regional de desenvolvimento para modernização do Oeste Chinês. Chengdu é pólo central de um planejamento de infraestrutura que liga a China à Europa e à Ásia Central. Ao mesmo tempo, a cidade é sede dos encontros do Fórum de Governos Estados

¹ Graduando do 8º período de Relações Internacionais na Universidade Católica de Petrópolis; fadof@outlook.com

² Graduanda do 8º período de Relações Internacionais na Universidade Católica de Petrópolis; rafaelamello12@live.com

Unidos-China e foi sede do Fórum Cidades Amigas e Cooperação de Governos Locais dos BRICS em 2017.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é demonstrar a importância da atuação de atores subnacionais chineses para o desenvolvimento do país e entender a inserção da cidade de Chengdu nesta arena internacional. Será destacado, então, o papel da cidade como importante núcleo para a expansão de projetos que visem à modernização do interior chinês e a criação de novas megacidades. Para isso, será utilizada uma metodologia qualitativa tendo como base fontes primárias, oriundas de documentos oficiais e portais de informações, e fontes secundárias, constituídas por artigos científicos e livros sobre o assunto em questão.

Será verificado, então, os aspectos da paradiplomacia exercida por Chengdu, cidade que exerceu grandes avanços na área internacional nos últimos anos, com o desenvolvimento de diversos projetos, os quais qualificam esta cidade com um estudo de caso interessante para a proposta da pesquisa em questão. O estudo de caso da pesquisa levou em conta as iniciativas internacionais da cidade, além de analisar a estrutura criada para assegurar o sucesso desses esforços.

O artigo está dividido em três seções: na primeira seção foi feita uma revisão bibliográfica do conceito de Paradiplomacia, sendo selecionada algumas contribuições de grandes autores da área para indicar o embasamento teórico necessário; a segunda seção irá explorar o modelo chinês no âmbito dos governos subnacionais; na terceira seção serão analisadas as iniciativas internacionais da cidade de Chengdu, demonstrando de que forma a paradiplomacia é realizada na cidade chinesa.

Paradiplomacia: Teorias e Conceitos

A atuação de governos subnacionais no plano internacional é definida pelo termo Paradiplomacia, o qual expressa ações internacionais de atores locais, por meio de esforços de atração de investimentos externos e por meio da cooperação descentralizada, seja ela bilateral ou multilateral. Estas iniciativas internacionais são realizadas por meio de processos de irmanação (cidades-irmãs) ou através de redes transnacionais que promovem a cooperação pela

troca de experiências em resoluções de problemas comuns (FIGUEIRA, 2011, p. 139)

Esse fenômeno da Paradiplomacia começou a ser analisado na segunda metade do século XX, principalmente após os efeitos da chamada interdependência complexa, conceito introduzido por Keohane e Nye, o qual busca indicar as consequências das forças transnacionais na atuação do Estado, relacionando com a ideia de poder (KEOHANE, NYE, 1994). Durante o mesmo período histórico, é possível identificar três principais mudanças neste período pós-guerra fria que influenciam diretamente o fenômeno da paradiplomacia. A primeira mudança ocorreu no crescimento da importância atribuída a diversos setores que antes não eram inseridos na agenda internacional, a qual era dominada pelos assuntos de Segurança e Estratégia.

A segunda mudança, relacionada a primeira, pode ser entendida pela ideia de que o mundo político-estratégico estava perdendo espaço para o comércio internacional, já que as sociedades buscavam a satisfação de suas necessidades por via pacífica. A terceira mudança se baseia na ideia de que o Estado Nacional havia se tornado grande demais para administrar o desenvolvimento do território, dessa forma, a atuação de atores subnacionais seria a solução para que houvesse uma administração local, a qual possui maior entendimento da situação local (SATO, 2000).

A atuação dos atores subnacionais é potencializada neste contexto favorável, razão pela qual o campo de estudos nesta área de pesquisa recebeu grande atenção neste momento. A pesquisa sobre as iniciativas internacionais de governos subnacionais nasceu do entendimento de haver uma diplomacia paralela ao Estado Nacional, que compactua ou não com os interesses deste, além de possuir maior autonomia dado o contexto de globalização. Desse modo, Panayotis Soldatos, um dos criadores do termo, conceitua Paradiplomacia como ações externas dos governos subnacionais que buscam o desenvolvimento local com base em cooperações internacionais (FIGUEIRA, 2011, p. 140).

Para Duchacek, a política externa de um Estado Nacional pode ser influenciada por três ações realizadas pela paradiplomacia dos governos subnacionais: influenciando relações exteriores de dentro, realizando

cooperação transfronteiriça entre governos periféricos e estabelecendo contato direto com centros de poder internacionais (DUCHACEK, 1987, p. 10).

Para que seja possível analisar com integridade a atuação de governos subnacionais chineses, o qual será abordado nas próximas seções, é importante identificar o arcabouço teórico desenvolvido na China. Desse modo, deve-se entender a percepção chinesa sobre o fenômeno da paradiplomacia, para que haja um entendimento completo sobre esta temática.

Existem diversos autores chineses que estudam a atuação dos entes subnacionais a nível internacional. Chen Zhimin busca discutir sobre o nível de autonomia dos governos subnacionais, além de analisar o papel destes atores em um contexto favorável corroborado pelo processo de globalização e regionalização, processo esse que o autor chinês identifica como “novo-medievalismo”. Outro teórico chinês que aborda esse tema é o Su Changhe, que também identifica estes dois fatores como razão que fortalece as iniciativas de autoridades locais, fazendo com que o principal campo de ação dessas autoridades seja na esfera econômica, com o intuito de utilizar a cooperação internacional para atingir o desenvolvimento econômico (MIERZEJEWSKI, 2018, p. 104).

Por outro lado, o autor Zhang Peng percebe a existência de limitações na ação externa dos governos locais. Esta participação limitada é causada pela subordinação ao governo central chinês, já que ao mesmo tempo que há a possibilidade de autonomia para estes atores subnacionais, também deve-se levar em consideração o esforço do governo central em fortalecer o controle e a gestão destas ações locais (MIERZEJEWSKI, 2018, p. 105).

É importante destacar que esses três autores chineses não utilizam a expressão Paradiplomacia em suas teorias, uma vez que o governo chinês reserva a expressão diplomacia apenas para as ações do governo central, o qual é o único ator responsável pela condução da política externa. A ideia que traduz o significado de Paradiplomacia para os chineses é a realização de atividades internacionais de governos subnacionais. Relacionado a isso, a autora Maria Clotilde Ribeiro demonstra que na China “as normativas em nível subnacional estão combinadas com algum tipo de projeto de política externa de alto desempenho” (RIBEIRO, 2009, p. 67).

Portanto, após esta análise das diferenças entre a abordagem tradicional e a abordagem chinesa do termo Paradiplomacia, serão apresentados os principais elementos da atuação dos governos locais chineses no mundo, apresentando assim suas principais características.

Atuação dos entes subnacionais e o modelo chinês

A China possui, segundo o Artigo 70 de sua Constituição³, uma comissão dedicada para as relações internacionais, permitindo ao partido ter um controle final sobre tal. Ainda assim, visto a complexidade de seu sistema interno, a estrutura organizacional da paradiplomacia provincial é variada, descentralizando as relações internacionais de uma única comissão. Alguns exemplos, segundo MIERZEJEWSKI são:

“In Chengdu the foreign affairs are handled by the Minorities Commission and Chinese Overseas and Foreign Affairs Commission, in Guangzhou there is the Chinese Overseas, Foreign Affairs, Minorities and Religions Commission., etc [...]”
(MIERZEJEWSKI, 2018, p. 102)

Este processo de descentralização é um produto das reformas entre as décadas de 1970 e 1990 implementadas na China, reforma essa que propiciou um aumento de poder nos governos locais e aumentou o canal de cooperação, o qual é identificado pela China como um grande instrumento para o desenvolvimento (MIERZEJEWSKI, 2018, p. 97).

Um outro exemplo da descentralização da instrumentalização da paradiplomacia pelo Governo Central são os casos de Hong Kong e Macau, ex-colônias Inglesa e Portuguesa, respectivamente, que possuem diferentes sistemas jurídicos e burocráticos do restante da China a partir do sistema “One Country, Two Systems”, o qual é utilizado para possibilitar que ambas tenham maior autonomia nas suas políticas de investimento e inserção internacional (DUCHACEK, 1987, p. 8). A paradiplomacia, assim, recebe um objetivo de

³ Capítulo III, Artigo 70 da Constituição do Congresso Nacional do Povo da República Popular da China.

contribuir para os objetivos nacionais do Estado a partir de incentivos a autonomia de suas províncias e cidades.

Dentre alguns desses incentivos do partido central para estimular a atuação das cidades e províncias chinesas a nível internacional destacam-se: O Escritório de Assuntos Externos (Foreign Affairs Office - FAO), possuindo grande relevância na construção da cooperação internacional entre atores locais, já que seu principal objetivo é supervisionar as ações e iniciativas desses atores em relação ao interesse do governo central. Outro órgão institucional do governo chinês é a Chinese People's Political Consultative Conference (CPPCC), cujo objetivo é aconselhar os processos de tomada de decisão em relação a diplomacia pública direcionada ao exterior (MIERZEJEWSKI, 2018, p. 99).

Existem duas instituições especializadas na integração destes entes sub nacionais: a *Chinese People's Association for Friendship with Foreign Countries* (CPAFFC), associação que incentiva a amizade e cooperação entre chineses e estrangeiro por meio da diplomacia *people-to-people*; e a *China International Friendship Cities Association* (CIFCA), associação mais voltada à paradiplomacia, que serve como instrumento para coordenação entre as cidades chinesas e as relações com suas cidades-irmãs ao redor do mundo. Essas iniciativas promovem aproximação cultural entre a China e seus países parceiros, servindo como uma ferramenta facilitadora da cooperação.

A partir de 2010, o Governo chinês passou a implementar diversos programas de desenvolvimento e abertura no oeste do país, visto a enorme potencialidade da região dada sua enorme população e recursos disponíveis. Além disso, a posição estratégica de Províncias como Sichuan, Qinghai, Yunnan e Xinjiang permitem a China uma importante infraestrutura de ligação com a Eurásia (TAYLOR; NI; LIU; 2016, p. 5). Estes fatores são essenciais para a denominação de Paradiplomacia Provincial, já que é possível perceber a grande atuação das províncias no desenvolvimento do país.

A estruturação dessas iniciativas de desenvolvimento no Oeste do país vem sendo dadas a partir dos *Planos Quinquenais para Desenvolvimento do Oeste*, cuja realização traz a tona diversos projetos de urbanização e modernização nas regiões a partir do reinvestimento em infraestrutura local. O 12º Plano Quinquenal, realizado em 2015 por exemplo, teve como resultado uma iniciativa

vital para a infraestrutura da região: a criação de uma zona economia Chengdu-Chongqing, dentro da província de Sichuan, cujo o projeto de longo prazo tem como o objetivo transformar as cidades em metrópoles modernas, com integração rural e altamente internacionalizada, se tornando o *quarto polo* de aceleração do desenvolvimento chinês (GU, 2012).

Entende-se, portanto, que o maciço investimento em infraestrutura e abertura no Oeste Chinês representam uma tentativa para a passagem a uma economia de inovação, voltada para o consumo interno e uma abertura ao mundo externo como uma potência econômica global. (JAGUARIBE, 2011). Um ator central nesse processo tem sido a cidade de Chengdu, cuja atuação internacional vem sendo uma ponte entre a Velha China, com uma cultura milenar e uma China Moderna, de alta tecnologia e desenvolvimento acelerado, tornando a mesma uma cidade global de alta importância.

O caso de Chengdu

A cidade de Chengdu, capital da província de Sichuan é um importante centro de desenvolvimento econômico e cultural chinês desde a idade do Bronze. De acordo com o site oficial da cidade, a economia de Chengdu teve um grande crescimento após a implementação do *National Western Development Program*, que criou bases e condições para a transformação da cidade em uma metrópole internacional, referência nas áreas de Ciência e Tecnologia, Comércio e Finanças, Transporte e Telecomunicações. Por isso, Chengdu tem se tornado uma das principais opções de investidores locais e internacionais.

Um dos principais projetos de internacionalização da cidade é a criação da *Tianfu New Area*⁴, um projeto de larga modernização para a cidade de Chengdu com objetivo de desenvolver uma economia circular de alta tecnologia, se pautando na internacionalização e nos princípios de desenvolvimento sustentável, com a criação de indústrias de ponta e investimentos em infraestrutura.

4 Referente ao Documento Oficial do projeto “*Tianfu New Area*” de 12 de Janeiro de 2016.

Dentro dessa iniciativa, a proposta da transformação de Chengdu em um hub Cultural na China Oriental⁵ também chama atenção, em que ao expandir sua indústria cultural e criativa, a cidade tem por objetivo se transformar em uma *cidade criativa internacional*⁶ tornando a mesma em uma sede de artistas, museus e bibliotecas em larga escala. Ao mesmo tempo que fomenta um significativo aumento no investimento de seu soft power, direcionando-o para setores culturais específicos como filmes, mídia e indústrias de moda. A cultura, acaba sendo, portanto, uma outra esfera importante de cooperação entre as cidades.

A cidade de Chengdu pode ser considerada uma cidade-chave para o processo de cooperação entre as Cidades-BRICS⁷, já que o Fórum Cidades Amigas e Cooperação entre Governos Locais dos BRICS foi sediado na cidade chinesa no ano de 2017, encontro este que contribuiu para o aprofundamento da cooperação entre as cidades dos cinco países, além de ajudar na projeção internacional de Chengdu sediando este evento.

A cidade também é sede de outras conferências internacionais importantes como o Fórum de Governadores China-EUA, criado em 2011, sendo um importante evento para a cooperação subnacional entre os dois países nas áreas de Investimento e comércio, cultura, agricultura, educação, entre outras áreas. Durante o Quarto Fórum da Cooperação⁸, em 2018, uma das propostas foi a abertura maior das províncias chinesas para a cooperação em desenvolvimento sustentável e economia de inovação, pontos chave para o desenvolvimento chinês recente.

Um outro dado que representa essa internacionalização é a presença cada vez maior de visitantes internacionais. Segundo o consulado da França em Chengdu, entre 2015 e 2017 houve um aumento de 20,3% no número de Franceses com registro na cidade.⁹ Esse crescente no número de moradores

5 Conferência “*Western Cultural and Creative Center Program*” realizada em Hong Kong no dia 22 de agosto de 2017.

6 Referente ao documento oficial: Chengdu Municipal Investment Promotion Commission

7 Categoria de análise desenvolvida pelo BRICS Policy Center da PUC-Rio.

8 Referente ao Documento Oficial do Quarto Fórum de cooperação Entre Governadores dos EUA-China.

9 Dados oficiais da Embaixada Francesa em Chengdu.

internacionais levou a cidade em 2016 a formular o projeto *Home in Chengdu*¹⁰, um programa com diversos guias gratuitos que permitem uma maior acessibilidade de estrangeiros a programas de desenvolvimento social, como acesso a programas educacionais e acesso a programas médicos.

Estes projetos internacionais realizados em Chengdu são coordenados por uma estrutura institucional específica, o Chengdu People's Government Foreign Affairs Office¹¹. Este escritório é responsável pelas atividades internacionais da cidade, gerenciando direta ou indiretamente esses projetos mencionados acima. Além disso, também é importante mencionar o Chengdu Municipal People's Government¹², equivalente a uma prefeitura. Este escritório é dividido entre o Escritório Geral e diversos escritórios divididos por áreas específicas como Ciência e Tecnologia, Educação, Finanças, entre outros.

O projeto de atuação internacional de Chengdu também é realizado a partir das relações de cooperação com as cidades-irmãs. Não há um número constante de cidades-irmãs de Chengdu, já que a números em fontes diferentes vão de 17 a 31 cidades-irmãs. Isso demonstra a expansão atual da cidade pelo mundo. Dentre elas a maioria está localizada na Europa ou na América do Norte, demonstrando assim o objetivo da cidade em buscar a atração de investimentos internacionais nos grandes centros financeiros. Além disso, Chengdu possui relação de irmanação com Recife, cidade brasileira do Estado de Pernambuco.

Considerações finais

Após a exposição das informações encontradas na pesquisa do presente estudo de caso, é preciso fazer algumas considerações sobre o avanço desta e de outras pesquisas nesta área temática. Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em andamento, que está sendo trabalhada para que haja o aperfeiçoamento das informações e preenchimento de algumas lacunas que possam existir. Dessa forma, este trabalho não tem por objetivo concluir a análise da atuação dos governos subnacionais chineses, muito pelo contrário,

¹⁰ Referente ao Documento Oficial do projeto "*Home In Chengdu*"

¹¹ Site Oficial: <http://cdfao.chengdu.gov.cn/cdwqb/c107795/home.shtml>

¹² Site Oficial: <http://www.chengdu.gov.cn/english/index.shtml>

ela busca ser um instrumento de publicidade para este tema não ainda explorado de forma extensiva, principalmente no Brasil.

Os resultados parciais sobre os principais elementos apresentados pelo estudo de caso da cidade de Chengdu representa apenas um estudo exploratório sobre as características mais gerais desta atuação internacional da cidade, a qual está em constante processo de desenvolvimento e crescimento na arena global.

A escolha por uma abordagem teórica mais diversa, optando por teóricos americanos e chineses, é uma forma de demonstrar a necessidade de entender o contexto chinês com uma visão mais ampla, para que fosse possível uma compreensão integral das iniciativas e das dinâmicas do país asiático.

A partir disso, chega-se à conclusão que os processos de inserção internacional dos agentes subnacionais chineses não se encaixam totalmente nos moldes propostos dos padrões ocidentais. Esse processo acaba por ser dado em uma “Paradiplomacia com características chinesas”, cujo nível de interdependência distinto entre os atores necessitam outras formas de pensar essa atuação subnacional.

É necessário, portanto, perceber as diferentes abordagens de Paradiplomacia e suas aplicações em diferentes Estados com diferentes características subnacionais. É necessário também, entender o processo de desenvolvimento chinês e seus impactos para tal atuação, visto o rápido desenvolvimento de programas para o desenvolvimento do interior do país.

Referências bibliográficas

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca, SANTOS, Sérgio Veloso, SILVA, Monise Raquel Valente. Policy Brief: Cidades - BRICS. Abril de 2012, Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisa BRICS.

BRICS 2017 CHINA. 2017 BRICS Friendship Cities and Local Governments Cooperation Forum Successfully Held in 02/08/2017. Disponível em: <https://www.brics2017.org/English/Headlines/201708/t20170802_1757.html> Acesso em 22-05-2019

DUCHACEK, Ivo D. Toward a typology of new subnational governmental actors in international relations - UC Berkeley, Working Papers, 1987-01-01
FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à Análise de Política Externa. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

GU, Julia; China Approves 12th Five-Year Plan for Western Regions; Matéria publicada no site China Briefing em 27 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.china-briefing.com/news/china-approves-12th-five-year-plan-for-western-regions/>> Acesso em 21-05-2019

JAGUARIBE, Anna; Introdução do Livro: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades; Funag; Brasília, 2011

LIU, Kai; NI, Pengfei, TAYLOR, Peter; A global Research of Cities: A case of Chengdu, Springer Science+Business, Singapura, 2016

MIERZEJEWSKI, Dominik; Channelling Foreign Policy Through Local Activities in China: City of Guangzhou Case Study; 3º Capítulo do Livro: Paradiplomacy in Asia. Case Studies of China, India and Russia. pgs. 93-132. Łódź University Press, 2018.

NYE, Joseph and KEOHANE, Robert. Power and Interdependence *in* Conflict After the Cold War: Arguments on Causes of War and Peace. 167-173, 1994.

PIETRASIAK, Malgorzata, BYWALEC, Grzegorz, KAMINSKI, Tomasz, MIERZEJEWSKI, Dominik, SLOWIKOWSKI, Michal. Paradiplomacy in Asia: Case studies of China, Russia and India. Contemporary Asian Studies Series. University of Łódź, Faculty of International and Political Studies, Department of East Asian Studies, Polônia, 2018.

REPÚBLICA FRANCESA; Combien de Français a Chengdu; Disponível em: <<https://cn.ambafrance.org/Combien-de-Francais-a-Chengdu>> Acesso em 20-05-2019

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; Constitution of the People's Republic of China, Chapter III: The Structure of the State, Section 1: The National People's Congress. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/2007-11/15/content_1372965.htm>

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; “*Home In Chengdu*” de 14 de Novembro de 2016. Disponível em: http://www.chengdu.gov.cn/english/new/2016-11/14/content_e5d605ef21c848b29478c248982726ef.shtml>

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; The Fourth China-U.S. Governors Forum Held in Chengdu. Disponível em: <<http://en.cpaffc.org.cn/content/details21-49822.html>> Acesso em 22-05-2019.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; The Investment Policy of Chengdu. Disponível em: <http://www.chengdu.gov.cn/english/business/2016-01/12/content_bfa801daba0f4c9580c59c458ac9fe18.shtml> Acesso em 21-05-2019

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; “*Tianfu New Area*” de 12 de Janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.chengdu.gov.cn/english/new/2016-11/14/content_e5d605ef21c848b29478c248982726ef.shtml>

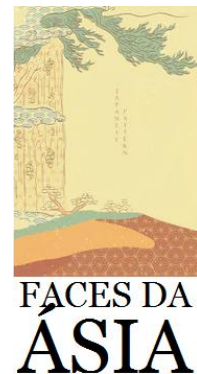
RIBEIRO, MCM. A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia. In: *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 33-68.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 de Maio de 2019.

SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI



Cinthia Rodrigues de Oliveira¹

Paulo Van Noije²

Introdução

Uma das questões colocadas pela crise global de 2008 diz respeito ao futuro do dólar enquanto moeda reserva única do Sistema Monetário Internacional (SMI). Embora a crise não tenha resultado na consolidação de um novo arranjo, O campo (2009), Stiglitz (2009), Cohen (2009) compartilharam a tese de que, em algum momento, haveria uma fragmentação do sistema monetário vigente.

Uma moeda torna-se internacional à medida que passa a desempenhar no exterior as funções de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor, para agentes públicos e privados. O dólar atende integralmente as funções da moeda em âmbito internacional, situando-se no topo da hierarquia e a partir da qual se posicionam as demais moedas. Em seguida estão as moedas intermediárias emitidas pelos países centrais e no extremo oposto as moedas provenientes das economias periféricas, que não cumprem as funções internacionais da moeda (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2014).

Segundo Cohen (2013), havia razões para acreditar que a partir da crise global de 2008 o posicionamento do dólar na economia internacional sofreria alterações. Em vista da perda de valor e da maior volatilidade do dólar, o euro foi apontado como a alternativa mais provável para compartilhar com a moeda central do sistema o papel de moeda-reserva internacional. No entanto, os desdobramentos da crise, somados às mudanças na economia internacional,

¹ Doutoranda em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: cin.roliveira@gmail.com.

² Prof. Dr. de Economia da Unicamp/FCA. E-mail: paulovannoije@yahoo.com.br.

revelaram, de um lado, as fragilidades do euro, do outro, a proeminência da moeda periférica na economia global, notadamente, o renminbi (RMB) chinês. O caso da China é emblemático. A economia chinesa é a mais dinâmica do mundo, a mais relevante para o comércio internacional e para as relações no âmbito das instituições multilaterais e das negociações bilaterais com o restante do mundo. A participação da moeda chinesa no SMI cresce de forma acelerada em reflexo ao conjunto de ações para tornar o RMB uma moeda de liquidação internacional, de modo que esta estratégia tem gerado implicações para a ordem monetária global.

Posto isso, o presente artigo busca identificar alguns dos elementos que configuram uma mudança no papel internacional das moedas, notadamente com maior participação do RMB na economia mundial. Para tanto, na primeira seção discute-se as características gerais do SMI e as perspectivas de reconfiguração da sua estrutura a partir da crise de 2008. Na segunda seção, mostra-se as medidas empreendidas pelo governo chinês para ampliar mundialmente o uso de sua moeda e em seguida são apresentados os indicadores da internacionalização do RMB. Ao final são tecidas algumas considerações.

As características do sistema monetário internacional e as perspectivas de reconfiguração do arranjo monetário vigente

O sistema monetário internacional é caracterizado pela forma fiduciária da moeda, pelo regime de câmbio flutuante e pelo elevado grau de mobilidade dos capitais. As moedas com uso internacional devem desempenhar as funções de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor, tanto para agentes públicos quanto privados³. Algumas moedas tendem a adquirir um uso transnacional devido a capacidade de exercer suas funções no âmbito global. Mas, embora diversas moedas possam ter uso internacional, existe uma

³ É importante considerar o uso privado e público da moeda, porque, em geral, a demanda dos “atores oficiais” – principalmente os bancos centrais – tem características diferentes em relação aos agentes privados. Posto isso, as funções da moeda no cenário internacional são decompostas em: meio de pagamento/moeda veicular; moeda de denominação; moeda de investimento e financiamento; moeda de intervenção; moeda de referência (âncora); moeda reserva. Ver mais detalhadamente em De Conti (2011) e De Conti, Prates e Plihon (2013).

hierarquia entre aquelas “intermediárias”, que atendem apenas algumas funções, e as “plenas”, que desempenham todas as funções em âmbito internacional (PRATES, 2002; DE CONTI, 2011).

As situações econômicas e geopolíticas em que as moedas se apresentam, como propõem De Conti, Prates e Plihon (2014), também são elementos importantes para que uma moeda ganhe destaque na hierarquia monetária internacional. Nesses termos, deve-se considerar: i) a dimensão econômica do país e a sua integração com as demais economias mundiais; ii) o poder geopolítico do país na arena internacional e; iii) o voluntarismo estatal, entendido como as ações de um governo visando internacionalizar sua moeda. Mas, embora dinâmico, o SMI “possui um caráter de longo prazo, até mesmo em função de uma ‘inércia’ [...] que caracterizam o posicionamento das moedas no sistema – principalmente em função das convenções que se estabelecem e levam tempo para mudar” (p. 346).

A moeda-chave do sistema – o dólar – tem o maior grau de conversibilidade, pois exerce integralmente as funções da moeda em escala mundial. Em um segundo patamar posicionam-se as demais moedas dos países centrais e os ativos mais distantes desse núcleo são denominados inconversíveis, tal como as moedas emitidas pelos países periféricos. Portanto, por ser um ativo de alto grau de liquidez utiliza-se, preponderantemente, o dólar nas transações monetárias (meio de troca) e financeiras (unidade de denominação dos contratos). No entanto, nos anos 2000, particularmente após a crise financeira de 2008, autores como Ocampo (2009), Stiglitz (2009), Cohen (2009) e Eichengreen (2011) mencionaram que havia razões para questionar a função do dólar enquanto moeda-reserva única de valor internacional.

Segundo Eichengreen (2011), os persistentes déficits no balanço de pagamentos e a crescente dívida externa dos Estados Unidos no início dos anos 2000 levaram a acreditar que haveria, em algum momento, a fragmentação do sistema monetário vigente. Para Silva (2013), a instabilidade em torno do dólar vinha se acentuando desde a década de 1970, quando a paridade com o ouro foi abandonada. Notadamente, as questões levantadas em torno do dólar enquanto moeda-reserva global se intensificaram devido à sua perda de valor e a

volatilidade provocados pela crise de 2008. Em vista disso, o euro foi apontado como a alternativa mais provável para compartilhar com o dólar o papel de moeda-reserva global, principalmente por sua rápida inserção na economia internacional entre 2003-2004. Contudo, submetido a uma série de deficiências estruturais e restringido pela fragilidade de sua própria periferia, o euro mostrou-se limitado para exercer as funções de uma moeda internacional.

Segundo Cohen (2013), as perspectivas do euro enquanto moeda internacional a partir de 2008 foram restringidas pelos custos de transação relativamente elevados; viés anticrescimento – relacionado às disposições institucionais da UEM que regem a política econômica – e estrutura de governança fragmentada, uma vez que o euro é um tratado de união entre diversos Estados. Essas deficiências estruturais foram reafirmadas quando uma sucessão de crises assolou alguns países membros na União Europeia, tais como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

Adicionalmente, o contínuo crescimento da economia chinesa e o avanço da sua moeda nas liquidações mundiais intensificou o debate sobre o potencial papel internacional do RMB. Desse modo, a tendência de mudança do SMI está diretamente relacionada com a internacionalização da moeda chinesa, aspecto que será apresentado na próxima seção.

As medidas para a internacionalização do renminbi

A economia chinesa permanece como uma das mais dinâmicas do mundo, sustentando nos últimos trinta anos um crescimento médio de 10%. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) da China foi de US\$ 11,2 trilhões e, segundo os dados divulgados pelo *World Bank*, as exportações chinesas corresponderam a US\$ 2,19 trilhões, aproximando-se do valor das exportações dos Estados Unidos, que alcançou US\$ 2,21 trilhões neste mesmo ano. No plano internacional, o PIB da China em 2016 equivaleu a 14% do PIB mundial, enquanto as exportações representaram 15,3% do total exportado pelos países pertencentes à *Organisation for Economic Co-operation and Development* – OECD (ante 15,1% dos Estado Unidos).

A estratégia da China para o futuro está totalmente alinhada com a inserção do RMB no círculo restrito das principais moedas de uso internacional

e, com essa perspectiva, o governo chinês promoveu um conjunto de mudanças graduais. Em julho de 2005, o Banco Central da China – *People's Bank of China* (PBC) – anunciou um novo regime cambial, baseado na flutuação administrada para o RMB de acordo com uma cesta de moedas. Em 2008, o governo chinês fixou o valor do RMB em relação ao dólar para contrabalançar os efeitos negativos da crise financeira e fortalecer o papel da sua moeda regionalmente. Em vista dos sinais de recuperação da economia mundial, em 2010 as autoridades monetárias chinesas permitiram a flutuação da sua taxa de câmbio. Em 2015, o RMB se desvalorizou em 1,9%, mas, apesar de um importante sinal de uma política mais flexível, a China reiterou o seu compromisso com o controle sobre a conta de capital (COUDERT e LEZ, 2015; CINTRA e PINTO, 2017; MARTINS, 2018).

Ainda no esforço de tornar o RMB uma moeda de liquidação amplamente utilizada no mercado internacional, o governo empreendeu um conjunto de medidas, entre as quais se destacam: i) a realização de tratados de compensação de operações internacionais, envolvendo 13 centros financeiros; ii) a criação do *China International Payment System* (CIP) em substituição à plataforma de pagamento global SWIFT denominada em dólar; iii) a abertura de centros de liquidação *offshore*⁴ de RMB para não residentes, sendo Hong Kong o centro *offshore* mais ativo; iv) o estabelecimento de um centro financeiro global em Xangai, operando mercado de ações e mercados futuros de petróleo, gás natural e produtos petroquímicos, além da plataforma de negociação de metal (ouro, prata e cobre); v) a vinculação das operações de Xangai e Hong Kong, permitindo que os investidores internacionais transacionem ações originárias de companhias chinesas através do mercado financeiro de Hong Kong e; vi) a internacionalização do capital chinês, que ilustra o processo contínuo de mudança estrutural promovido pela China e o fortalecimento de suas bases econômicas e geopolíticas no plano global (COUDERT e LEZ, 2015; CINTRA e PINTO, 2017; MARTINS, 2018).

A crescente participação da China na economia mundial ampliou o papel potencial do RMB em âmbito internacional. Como veremos na seção seguinte,

4 A China possui dois mercados para o RMB: i) interno (*onshore*), cuja designação é CNY; e ii) externo (*offshore*), designado como CNH (MARTINS; 2018).

muitos progressos têm sido feitos em relação ao uso da moeda chinesa nas transações mundiais e esse movimento nos leva, por sua vez, a implicações para a estrutura do sistema monetário internacional.

Indicadores da internacionalização do renminbi

Embora o RMB seja ainda pouco utilizado no âmbito global, a sua participação como moeda de pagamento internacional vem avançando rapidamente nos últimos anos, gerando implicações para a arquitetura do SMI, tal como a sua inclusão na cesta de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, adicionalmente, a emergência do RMB como um ativo de reserva global.

O DES é composto pelas moedas mais utilizadas no comércio internacional e no mercado de câmbio, de modo que, para pertencer a esta cesta, deve-se levar em conta a participação do país frente às exportações mundiais. Com a inclusão da China, os respectivos pesos na cesta de moedas do DES passaram a equivaler a: dólar (41,7%), euro (30,9%), libra esterlina (8,0%), iene (8,3%) e renminbi (10,9%)⁵. Isso demonstra a força da moeda chinesa, já que ficou com uma porcentagem superior ao iene e a libra esterlina, duas moedas muito importantes no âmbito internacional.

Segundo a *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT), até julho de 2018 o RMB era a quinta moeda mais transacionada no mercado de câmbio mundial, respondendo a 2,04% das operações de pagamento internacionais, precedida pelo dólar (38,99%), euro (34,71%), libra esterlina (7,45%) e iene japonês (3,44%).

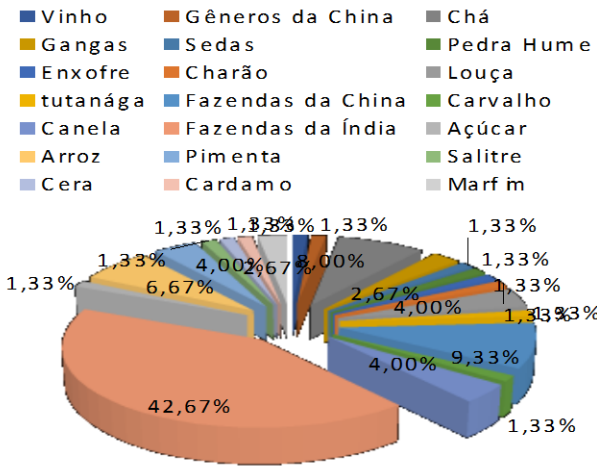
Após a incorporação do RMB às demais moedas da cesta do FMI, os bancos centrais tornaram-se mais propensos a mudarem a composição de suas carteiras de reservas em favor dos ativos em moeda chinesa. Em termos proporcionais, o RMB respondeu, em média, por 1,1% do total de reservas alocadas entre 2016 e 2017. Do terceiro trimestre de 2017 para 2018 verificou-se um aumento de 0,7 pontos percentuais da participação do RMB nas reservas mundiais, representando 1,8% ao final de 2018 (*Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves* – FMI, 2019).

⁵ Special Drawing Right (SDR). Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/14/51/Special-Drawing-Right-SDR>. Acesso em: jan./2019.

Enquanto uma das etapas de internacionalização de sua moeda, a China tem liquidado suas transações externas em RMB. Entre o primeiro quadrimestre de 2012 e terceiro quadrimestre de 2015 esta modalidade cresceu mais de três vezes, quando o comércio transfronteiriço no início de 2012 foi CNY 776,6 bilhões e atingiu CNY 2.495,9 bilhões ao final de 2015 (Gráfico 1). Em 2016 ocorreu uma redução das transações comerciais em RMB devido à tendência de desvalorização do RMB, mas a partir do segundo quadrimestre de 2017 se recupera e alcança ao final de 2018 um saldo de CNY 1.848, 7 bilhões.

Gráfico 1 – Liquidação do comércio internacional em RMB (em CNY bilhões)

Entradas de Gêneros do Estado da Índia (1811-1820)



Fonte: CEIC. Elaboração própria.

Ao final de 2011 foi introduzido o *Renminbi Qualified Foreign Institutional Investor* (RQFII), permitindo às instituições *offshore* investirem no mercado de títulos interbancários *onshore*, inclusive os bancos centrais estrangeiros. De acordo com a Tabela 1, em 2014 as entidades estrangeiras adquiriram um saldo de CNY 48,9 bilhões em ações denominadas em RMB e em 2018 atingiu CNY 147,2 bilhões, um aumento de CNY 98,4 bilhões. As obrigações em moeda doméstica emitidas no mercado *offshore* apresentaram um crescimento contínuo ao longo do período analisado, partindo de CNY 67,9 bilhões em 2014 para CNY 188,1 bilhões. Os empréstimos e os depósitos realizados pelo estrangeiro em moeda chinesa, embora com taxas decrescentes

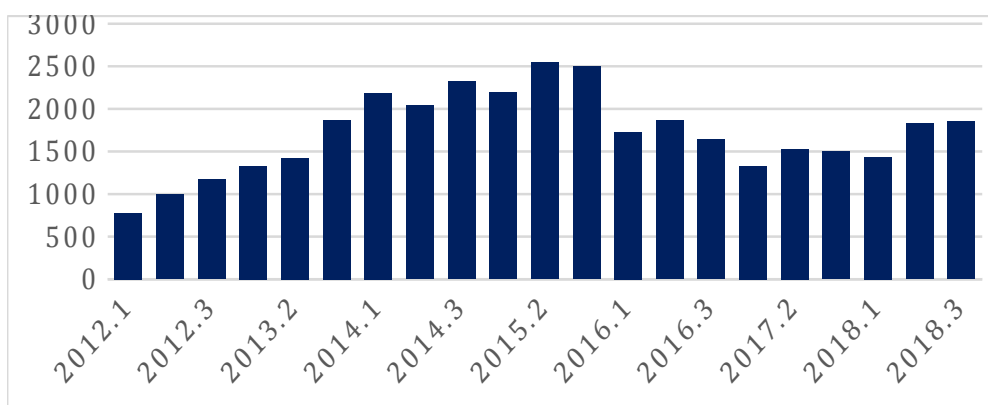
em alguns anos, apresentaram um saldo significativo. Em 2018, tais rubricas corresponderam a CNY 104,2 bilhões e CNY 133,3 bilhões, respectivamente.

Tabela 1 - Ativos financeiros domésticos retidos no estrangeiro (em bilhões de CNY)X					
	2014	2015	2016	2017	2018
Ações	48,9	77,7	72,8	109,5	147,2
Obrigações	67,9	89,9	90,5	116,2	188,1
Empréstimos	175,3	108,7	87,5	90,8	104,2
Depósitos	251,5	228,4	140,1	128,2	133,3

Fonte: PBC. Elaboração própria.

Já em relação aos investimentos estrangeiros realizados na China e liquidados em RMB (Gráfico 2), em dezembro de 2012 o estrangeiro investiu CNY 251,0 bilhões no país asiático e em 2015 o saldo chegou a CNY 1.587,1 bilhões. Em 2016 houve uma redução de CNY 188,3 bilhões em relação ao ano imediatamente anterior e em 2017 os investimentos estrangeiros realizados na China alcançaram CNY 1.880,0 bilhões, um saldo de CNY 218,8 bilhões a menos comparado a 2016.

Gráfico 2 – Investimento estrangeiro liquidado em RMB (em CNY bilhões)



Fonte: CEIC. Elaboração própria.

Nota: Não há registro de informação para o ano de 2018.

No que tange aos investimentos da China realizados no estrangeiro e liquidados em RMB, o Gráfico 2 mostra que esta variável também apresentou

um crescimento considerável, principalmente entre o período de 2012-2016 que aumentou em mais de 36 vezes. Os investimentos chineses saltaram de CNY 29,2 bilhões em 2015 para CNY 1.061,9 bilhões em 2016 e mantiveram uma média anual de investimento em torno de CNY 457 bilhões no biênio seguinte. Os contratos de *swaps* entre a China e os demais países também cumprem um papel importante para a internacionalização do RMB. Segundo os boletins divulgados pelo PBC, os objetivos dos contratos são: i) promover a cooperação financeira entre a China e o resto do mundo; ii) expandir as transações comerciais e de investimento liquidadas em RMB e; iii) fornecer liquidez para o mercado doméstico e internacional. Entre 2013 e 2018, como demonstra a Tabela 2, ocorreu um conjunto de renovações denominados em RMB que envolveram tanto os países emergentes quanto os desenvolvidos. Em 2013 o Brasil e a China assinaram um acordo de *swap* cambial de CNY 160 bilhões, R\$ 60 bilhões em moeda doméstica, válido por três anos. Entre 2014 e 2017, a China estabeleceu acordos com três regiões (Rússia, Suriname e Hong Kong), em 2018 os acordos totalizaram CNY 1,05 trilhões e incluíram países como Austrália, Japão e Inglaterra.

Tabela 2 – Contratos bilaterais de swaps entre 2013 e 2018X Swaps em RMB			
	Tamanho	Data efetiva	Validade
China – Brasil	160 bilhões CNY/ 60 bilhões R\$	Abr - 2013	3 anos
China – Hungria	10 bilhões CNY/ 375 bilhões HUF	Set - 2013	3 anos
China – Rússia	150 bilhões CNY/ 815 bilhões RUB	Out - 2014	3 anos
China – Suriname	1 bilhões CNY/ 520 milhões SRD	Mar - 2015	3 anos
China – Hong Kong	400 bilhões CNY/ 470 bilhões HK\$	Nov - 2017	3 anos
China – Tailândia	70 bilhões CNY/ 370 bilhões THB	Jan - 2018	3 anos

China – Austrália	200 bilhões CNY/ 40 bilhões AUD	Mar - 2018	3 anos
China – Albânia	2 bilhões CNY/ 34,2 bilhões ALL	Abr - 2018	3 anos
China – Nigéria	15 bilhões CNY/ 720 bilhões NGN	Mai - 2018	3 anos
China – Paquistão	20 bilhões CNY / 351 bilhões PKR	Mai - 2018	3 anos
China – Japão	200 bilhões CNY/ 3,4 trilhões JPY	Out - 2018	3 anos
China – Inglaterra	350 bilhões CNY/40 bilhões GBP	Nov - 2018	3 anos
China – Indonésia	200 bilhões CNY/ 440 trilhões IDR	Nov - 2018	3 anos

Fonte: PBC. Elaboração própria.

Nota: Não há registro de informação para o ano de 2016.

Em síntese, o contínuo crescimento da economia chinesa nas transações mundiais intensificou o debate sobre o potencial papel internacional de sua moeda. Como vimos ao longo desta seção, desde 2009 o PBC tem adotado uma série de medidas para qualificar internacionalmente o uso do RMB e, em alguma medida, os mercados globais têm respondido às estratégias do governo chinês. Adicionar o RMB à cesta do DES e a emergência dessa moeda como um ativo de reserva mundial são símbolos importantes da efetividade das políticas adotadas pela China, implicando o reconhecimento da estatura global cada vez maior desse país. É importante mencionar que esta tendência mostra-se emblemática, pois o SMI é caracterizado por uma inércia, de modo a favorecer as moedas que já estão em uso internacionalmente, mas, a despeito disso, o avanço do RMB nas liquidações mundiais tem gerado implicações importantes para o arranjo monetário internacional.

Considerações Finais

Este artigo buscou identificar os elementos que configuram uma mudança no papel internacional das moedas, referenciada na internacionalização do RMB. Para tanto, foram apresentadas as medidas

adotadas pelo governo chinês para ampliar o uso global do RMB, assim como alguns dos resultados obtidos.

Alguns aspectos sobre o uso global do RMB devem ser considerados. Primeiro, apesar das literaturas apontarem que uma internacionalização bem-sucedida exige maior liberalização da conta de capital, é imperativo ressaltar que a internacionalização do RMB se iniciou quando a conversibilidade da conta capital era ainda bastante limitada. Em segundo lugar, historicamente não se observou no processo de internacionalização de moedas como o dólar, libra esterlina e yen japonês uma presença estatal tão forte na economia como ocorre na China. Neste caso, a internacionalização do RMB pode estar mais associada às estratégias do governo chinês em qualificar mundialmente a sua moeda e menos à reação espontânea dos mercados.

Ademais, não há precedente de uma moeda de uso global que não seja emitida por um país central, assim, em alguma medida, a expansão do RMB pode estar associada às melhores propriedades de estabilidade que esta moeda vem apresentando comparado às demais moedas centrais do SMI.

Referências Bibliográficas

CEIC. Indicators. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en>. Acesso em: fev./2019.

CINTRA, M.; MARTINS, A PINTO, E. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 37, nº 02 (147), p. 381-400, abr.-jun. / 2017.

COUDERT, V.; LEZ, P. La politique de change chinoise et la place du renminbi dans le système monétaire international. *Revue d'économie financière*, França, v. 3, n. 119, p. 69-96, 2015.

COHEN, B. Um paraíso perdido? O euro no pós crise. In: CINTRA, M; MARTINS, A. (Orgs.). *As transformações do sistema monetário internacional*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): 2013, p. 85-100.

CURRENCY COMPOSITION OF OFFICIAL FOREIGN EXCHANGE RESERVES (COFER). IMF data. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>. Acesso em fev. / 2019.

DE CONTI, B. Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. PRATES, D. M.; PLIHON, D. (2014). A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 341-372, ago. / 2014.

EICHENGREEN, B. *Privilégio exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Special Drawing Right (SDR). Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/14/51/Special-Drawing-Right-SDR>. Acesso em: jan. / 2019.

MARTINS, A. A inclusão do renminbi na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque: novo impulso à internacionalização da moeda chinesa? In: LIMA, M. (Org.). *Sobre a China*. Recife: Editora UFPE, 2018.

OCAMPO, J. Reforming the global reserve system. In: JONES, S; OCAMPO, J; Joseph E. STIGLITZ (Orgs.). *Time for a visible Hand: Lessons from the 2008 World Financial Crisis*, New York: Oxford University Press, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Data. Disponível em: <https://data.oecd.org/trade/trade-in-goods-and-services.htm>. Acesso em jan. / 2019.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBC). Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/en/3688006/index.html>. Acesso em: ago. / 2018.

PRATES, D. *Crises financeiras nos países emergentes: uma interpretação heterodoxa*. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SILVA, L. O desenvolvimento de zonas monetárias regionais. In: CINTRA, M; MARTINS, A. (Orgs.). *As transformações do sistema monetário internacional*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): 2013, p. 175-210.

STIGLITZ, J. Death cometh for the greenback. *The National Interest Online*, n. 104, p. 50-59, 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/42897695?seq=1#pagescan_tab_contents. Acesso em: jan. / 2019.

SOCIETY FOR WORLDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMMUNICATION (SWIFT). *RMB tracker monthly reporting and statistics on renminbi (RMB) progress towards becoming an international currency*. Disponível em: <https://www.swift.com/source.rmb-tracker-january-2018-special-report> Acesso em: fev. / 2019.

UOL, 2018. “China diz que se Bolsonaro romper com o país, Brasil terá um “duro custo econômico”. Disponível em:

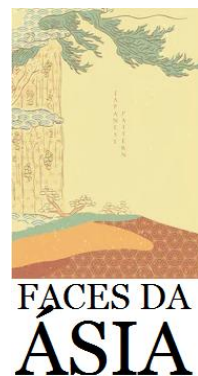
<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/10/31/china-faz-alerta-a-bolsonaro-e-diz-que-custo-pode-ser-grande-ao-brasil.htm/>. Acesso em: fev. /2019

WORLD BANK. Open data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: jan. /2019.

SPIN-OFF DA PRÁTICA E O CONTRADITÓRIO À “RE-ORDEM” MUNDIAL

Marcos Vinicius Romão da Silva Xavier ¹

Eduardo Alberto Crespo ²



Introdução

Entender a máxima do social-capitalismo chinês nos levou a buscar os fundamentos que deram origem ao desenvolvimento da República Popular da China (R.P.C.). Neste contexto, para que fosse possível entender sua ascensão, foi necessário analisar as transformações econômico-políticas das eras Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping não como processos antagônicos, mas como uma continuação da mesma. Mas, o que estes dois têm em comum que os conectam entre si?; quais foram suas reais contribuições para o desenvolvimento do povo chinês?; e como o povo chinês enxerga a *real politik* por detrás do discurso? Foram essas dúvidas que remeteram a uma análise sintetizada das ideias aplicadas pela R.P.C., basicamente pelas figuras de Mao e Deng.

Em um primeiro momento, foi possível trazer a máxima do capitalismo de Jackson e Sorensen (2013) na visão de Immanuel Wallerstein, quando em tratamento pelos estudos envoltos em Relações Internacionais (RI), bem como tal visão é discorrida por Mao nas palavras de Zizek (2008). Entender o triunfo ideológico incorporado pelo capitalismo nos permitirá vislumbrar a máxima do capitalismo global e do discurso da democracia empregado pelo ocidente, permitindo trazer à tona a ideia de Mao sobre a Perspectiva Cósmica. Seguindo este objetivo, ainda em Zizek (2008) legitimou-se o que seria a Prática e o Contraditório de Mao, bem como a necessidade de suplantar um plano geopolítico que remetesse ao fortalecimento do nacional.

Em outra perspectiva, ao apresentar em Vogel (2008) a opinião de Deng Xiaoping, foi possível entender a forma do discurso desse grande líder político, além de elencar nos transcritos de Lyrio (2010) os princípios embrionários de

¹ (UFRJ) - lled2o@hotmail.com

² (UFRJ) - ecres70@gmail.com

uma nova China que permitiram que o projeto nacionalista de Mao, caracterizado pelo idealismo da prática e o contraditório, ganhasse corpulência sobre a premissa do que viria a ser o capitalismo a moda chinesa.

Como último ponto da ascensão chinesa, foi possível trazer como desfecho, já na contemporaneidade, a similitude da busca pela “Re-ordem” Mundial vislumbrada por Xing (2016). Foi nesse projeto atual que se vislumbrou o papel central da China pela busca da reafirmação das nações em desenvolvimento, legitimado pelo discurso do nacional, que trouxe o embate entre o ocidente e o oriente que vislumbramos na contemporaneidade.

O resultado alcançado foi a real aproximação da perspectiva imprimida pelo pensamento chinês, descaracterizando, a priori, a ideia errônea de que o oriente partilha ideologias negativas e que nada tem a acrescentar ao ocidente, tendo por legitimar a prática geopolítica empregada pelo *soft power* chinês, frente as novas demandas de um mundo em constante transformação.

Este artigo buscou gerar apenas um *spin-off* de um projeto monográfico maior que será apresentado à banca do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI), do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre a lógica do tema “EUA ou China? Em qual política o Brasil deverá se calcar para atender as suas reais necessidades em pronto atendimento?”. É importante enfatizar que o presente artigo propõe apresentar as premissas que permitiram o sucesso da Política Externa Chinesa (PEC), não tendo por objetivo exaltar fatos negativos da historicidade da R.P.C. O objetivo foi trazer para o centro da discussão a legitimidade da ascensão chinesa e a necessidade de uma nova perspectiva, frente aos problemas que ainda persistem nos países em desenvolvimento, sintetizando para o fácil entendimento os pontos mais relevantes que marcaram positivamente a ascensão chinesa, não tendo para isso a premissa de discorrer a densa historicidade de um povo milenar, mas sim complementar os estudos por aqueles que se interessam pela sinologia e a gama de práticas epistemológicas que o orientalismo oferece, em contraste com as teorias eurocêntricas.

A estratégia da prática e o contraditório de Mao Tsé-tung

Ao vislumbrar o terceiro grande debate³ dentro dos estudos envoltos em Relações Internacionais (RI), Jackson e Sorensen (2013) evidenciaram em Wallerstein⁴ que o “capitalismo é uma hierarquia com base na exploração dos pobres pelos ricos e permanecerá dessa forma, a não ser que seja substituído” (JACKSON; SORENSEN, 2013, p. 87). Foi essa premissa sob a qual Mao Tsé-Tung legitimou a causa da luta chinesa, buscando exercer uma política que interpretasse, de forma mais pragmática, o ambiente hostil em que a China se encontrava à época.

Ao buscar interpretar suas intenções, Zizek (2008) percebeu em como Mao Tsé-Tung enxergava a política à sua volta. Para ele “O sinal mais confiável do triunfo ideológico do capitalismo é o virtual desaparecimento da própria palavra nas últimas duas ou três décadas: dos anos 1980 em diante” (ZIZEK, 2008, p. 11), travestindo-se nas roupagens da globalização, liberalismo e democracia. Esta virtual sensação se traduziu na ótica de Mao como sendo a verdadeira batalha contra o capitalismo global, na qual não deveria ser travada de maneira econômica, mas sim política. Nas ideologias de Mao Zizek (2008) encontrou fundamentos peculiares que incutiu um pensamento estratégico, o qual se propagou de geração em geração. E um desses fundamentos ligou-se a Perspectiva Cósmica.

A fundamentação da Perspectiva Cósmica de Mao em Zizek (2008) reverberou a ideia de que o ser humano não é o único ser vivo a evoluir no universo. Zizek (2008) percebeu que ao rejeitar por livre arbítrio a ameaça da bomba atômica, Mao não estaria minimizando o alcance do perigo, pois mesmo tendo plena consciência de que uma guerra nuclear poderia levar à extinção a raça humana, ou mesmo do planeta Terra, tal ato dificilmente significaria alguma coisa para o universo como um todo (ZIZEK, 2008, p. 17). Foi essa Perspectiva Cósmica que deu legitimidade a atitude de Mao em descartar a Teoria Humanística em troca de objetivos político-econômicos. Isso o levou a instituir a maior fome generalizada da história da humanidade⁵ com o projeto

³ Segundo Jackson e Sorensen (2013) o terceiro grande debate refere-se à Economia Política Internacional (EPI)

⁴ Wallerstein, 1983.

⁵ “38 milhões de pessoas foram reduzidas à escravidão e morreram de fome entre 1958 e 1961” (ZIZEK, 2008, p. 18).

de exportação de *commodities* para a Rússia em prol de equipamentos industriais, bélicos e nucleares (ZIZEK, 2008, p. 18). Apesar das atrocidades, Zizek (2008) entendeu que Mao tinha total consciência de suas atitudes ao considerar que “talvez metade da China tenha que morrer” (ZIZEK, 2008, p. 18). Isso quer dizer que Mao não era contra seu povo, mas a favor de que este constituísse ferramentas de dissuasão contra as famigeradas guerras de ocupação de seu território. Essa atitude que representou para Zizek (2008) o aspecto mais radical de Mao, tem concepções que diferem de certas situações como, por exemplo, o Holocausto nazista, pois enquanto Mao buscava uma estratégia racional que viesse a desvencilhar o território chinês como possessão das nações hegemônicas ocidentais, o processo instrumentalizado pelo nazismo propagou objetivos totalmente autotélicos contra os judeus, sem legitimar um plano que compactuasse com o desenvolvimento do Estado alemão (ZIZEK, 2008, p. 18).

Ao observar essa estratégia, em um primeiro momento, classificariamos radicalmente a atitude de Mao como um tirano que por meio de sua política, legitimou grandes perdas humanas. Porém, ao observar o contexto histórico, do ponto de vista estritamente racional do Estado⁶, percebemos uma China de proporções continentais subserviente aos propósitos das potências hegemônicas da época que não condiziam com seu legado histórico secular. A necessidade de instituir uma ordem regional levou Mao a executar planos que permitissem trazer os princípios do maoísmo à centralidade da política de Estado chinês, fazendo com que este retomasse o seu papel diante da prática do desgoverno como primeira etapa de transformação no longo prazo. Ao optar pela prática e o contraditório, indo de encontro aos princípios do comunismo, Mao buscou inserir os mesmos mecanismos da ideologia capitalista perseguida pelos demais atores do *mainstream* internacional.

Para chegar a esse fundamento, Mao eliminou o empirismo empregado pelos dogmáticos e, por meio da prática, legitimou um princípio legal que permitisse opor-se à veneração dos livros (ZIZEK, 2008, p. 53). Isso quer dizer que na análise de um contexto político, deve-se levar em consideração não

⁶ MORGENTHAU, 2003, p. 7.

apenas o conhecimento cognitivo, mas também a prática como forma de enxergar o todo, pois “Somente quando os dados da percepção são muito ricos (não-fragmentários) e correspondem à realidade (não são ilusórios) podem construir base para formar conceitos e teorias corretos” (ZIZEK, 2008, p 74). Essa seria a roupagem da geopolítica chinesa na era Mao onde a ideologia não deve ser analisada isoladamente, pois esta deve caminhar junto com a percepção dos fatos onde a concepção da realidade imposta no momento, se traduz em objetivos pragmáticos que realmente tragam o resultado esperado, mesmo que para isso tenha que se prevalecer a prática e o contraditório. Na visão de Mao a ideologia nos remete ao pensamento, a prática nos conduz para a realidade nossa de cada dia. Muitas das vezes a ideologia que se segue não condiz com a prática do dia a dia. Isso pode ser visto em atitudes simples como, por exemplo, um indivíduo que diz ser pró a vida, mas apoia a prática da pena de morte para aqueles que julga serem incapazes de viver em sociedade. Se você tem como ideologia práticas que sintetizam a preservação da vida como elemento central, entende-se que você deve preservar a vida por toda e qualquer ideia contrária ao curso natural desta. Caso contrário, sua filosofia de vida não condiz com a realidade imposta. É esse impasse que se traduz na prática e o contraditório onde a mente idealiza o agir, mas a prática se contradiz na ação propriamente instituída ao meio em que se quer modificar. Mas, como Zizek (2008) bem descreveu, Mao consegue ir mais além, legitimando a necessidade de não apenas entender a máxima da prática e o contraditório contra a ideologia capitalista que se mistura em meio à roupagem da democracia, da política do liberalismo e/ou da globalização em massa, mas permitir que tal fundamento seja a ferramenta mais eficaz para reverter o processo de virtualização do capitalismo nos quatro cantos do mundo.

A característica do liberalismo que se reveste como moral, na verdade se traduz na visão de Morgenthau (2003) como um mecanismo de dissuasão do Estado racional, legitimado por sua política imperialista que busca suplantar a ideologia capitalista através de práticas controversas, mas que aos olhos do indivíduo comum, se torna algo compreensível e moral. Passando-se mais a frente, percebeu-se em Zizek (2012) sectários que buscam um pensamento que se divorcia da prática social, criando um oportunismo de direita que os levam a

um redirecionamento da política em sentido contrário ao evolutivo. Não obstante, Zizek (2012) também observou em Mao o pensamento que se opunha igualmente ao que chamam de “esquerdistas”, justamente por fazer-se uso de frases bombásticas cujo pensamento tem por base a luta no presente por um ideal que só pode ser concretizado no futuro, pois “Idealismo e materialismo mecânico, oportunismo e aventureirismo caracterizam-se pela brecha entre o subjetivo e o objetivo, pela separação entre o conhecimento e a prática” (ZIZEK, 2012, p. 80).

As benesses da estratégia de Mao só podem ser percebidas quando Lyrio (2010) destacou em Hobsbawn (1994) a situação do Estado chinês, após o ano de sua morte em 1976, quando a taxa de alfabetização das crianças chinesas atingiu os patamares de 96%, resultado este alcançado pelas campanhas em prol da educação social implantada por Mao.

O processo de transformação da China por Deng Xiaoping

Observando as características da era anterior, buscaram-se fatores que pudessem indicar a continuação de uma estratégia geopolítica de longo prazo⁷ aplicada ao Estado chinês. Para tanto, Vogel (2011) coletou dados que externavam o pensamento de alguns funcionários do alto escalão chinês, os quais tinham em mente que a principal causa dos problemas, sobre os quais a China enfrenta no momento, estava correlacionada a própria era Mao. Para eles Mao trouxera ingerência à política de governo do Estado chinês na imagem do que Zizek (2012) chamou de “Senhor do Desgoverno” marxista. Diferindo de seus compatriotas, Deng arguiu com a máxima de que “uma única pessoa não poderia ser responsabilizada pelos fracassos das duas décadas anteriores” (VOGEL, 2011, p. 2). Isso quer dizer que, mesmo com tantas contradições em uma era de desgoverno, Mao não foi o problema em si, mas sim o “sistema defeituoso que deu origem a vários erros” (VOGEL, 2011, p. 2). Sistema este que talvez, nas palavras de O’Neil (2011), estivesse ligado aos contratempos impetrados pela não observância da China às constantes transformações que estavam acontecendo no mundo, achando que seu isolamento e autossuficiência

⁷ Aplicou-se aqui o processo de análise de longa duração de Braudel (1978) para alcançar os resultados esperados.

seria motivo para que seu território fosse intangível às mudanças do mundo ocidental, sobretudo à Revolução Industrial (O'NEIL, 2011, p. 48).

Assim como bem observou Vogel (2011) nas palavras de Deng, O período de 1948 a 1976 marcado por grande estabilidade política, não foi, na visão de Lyrio (2010), fator impeditivo para o crescimento chinês - média de 6% ao ano. Isso se deveu não apenas ao alto nível de escolaridade chinês, já anteriormente citado como legado do governo de Mao, ou aos fatores de produção em abundância subutilizados, mas também “a existência de uma boa infraestrutura de transportes, comunicação e energia como base da produção industrial” (Lyrio, 2010, p. 38) que também contribuíram para “o grande salto adiante” da economia chinesa.

Deng Xiaoping tinha consciência de que o esforço da era Mao realizado para controlar os sistemas político - do nível Estatal até o lar - e econômico de um território de proporções continentais, criou um freio no poder de renovação da China, dando-lhes uma rigidez, um bloqueio para a iniciativa e a dinâmica evolutiva chinesa (VOGEL, 2011, p. 2). O pensamento de Deng não estava em descobrir o que havia causado a derrocada de uma nação milenar, mas sim estabilizá-la após a chuva torrencial que passara. Tal observação já se traduziu para Vogel (2011) como sendo uma era de grandes responsabilidades para Deng, pois este estaria incumbido de construir e administrar o antigo regime chinês sobre o prisma da renovação.

Por isso, Lyrio (2010) entendeu que Deng foi importante por dar um correto sequenciamento nas ordens de prioridades na política chinesa que circundaram as “Quatro Modernizações” – Agricultura, Indústria, Ciência & Tecnologia e Defesa – ambas muito importantes para o crescimento de qualquer sociedade que vislumbra desenvolvimento com modernidade. Na visão de Wei-Wei Zhang⁸, foram oito os princípios que nortearam as chamadas reformas pós-Mao: 1. Maior atenção às aspirações da população; 2. Pragmatismo ao buscar as verdades através dos fatos e de alcançar resultados tangíveis; 3. Recusa de fórmulas genéricas e atenção às condições locais; 4. Experimentação constante e primeiro em pequena escala; 5. Gradualismo com aplicação de soluções locais

⁸ Professor da Universidade de Tsinghua e ex-intérprete de Deng Xiaoping (LYRIO, 2010, p. 39).

antes de uso em outros contextos; 6. Recusa de terapias de choque e aproveitamento das instituições existentes, embora imperfeitas, por meio de reformas e reorientação de seus objetivos e métodos; 7. Ênfase do Estado nas questões relativas ao desenvolvimento e na manutenção da estabilidade macroeconômica; e 8. Aprendizagem seletiva de experiências estrangeiras, com base na longa tradição chinesa de *selective cultural borrowing*.

Lyrio (2010) ressaltou que não se sabe ao certo se o acelerado crescimento chinês se deu pela estabilidade política proporcionada pela ascensão de Deng ou por meio de suas reformas econômicas assertivas à época, mas é certo afirmar nos transcritos de Medeiros (2008) que esse processo de reformas⁹ e a transição de sua estrutura política para o capitalismo nos anos 80, atrelado à rejeição das ideias do igualitarismo utópico de Mao e elementos como a xenofobia, autossuficiência e controle absoluto da produção pelo Estado no contexto de Lyrio (2010), permitiu que o conceito da prática e o contraditório do grande estadista Mao fosse eternizado como uma filosofia de governo a ser seguida, trazendo maior desenvoltura ao gigante secular adormecido por meio da reincorporação de elementos do confucionismo, suplantado pela fórmula do nacionalismo amplo e ao repúdio às práticas de corrupção e fraude (LYRIO, 2010, p. 10). Estes foram os principais elementos em que Lyrio (2010) apontou como determinísticos para que o conceito de nacionalidade fosse disseminado de maneira planejada pelo PCC em toda a extensão territorial chinesa.

Lixing e a estratégia central chinesa da “re-ordem” mundial

Dando continuidade ao PNC iniciado por Mao e aprimorado por Deng, Xing (2019) percebeu uma mudança de estratégia no modelo da Política de Desenvolvimento Nacional da China (PDNC). Se antes a China perseguiu um crescimento orientado exclusivamente à exportação, hoje ela busca uma estratégia voltada para o consumo e investimento externo (XING, 2019, p. 29). Tal observação não é difícil de ser constatada, uma vez que a China vem

⁹ Uma das reformas destacadas por Lyrio (2010) foi a limitação da idade para posse de cargos políticos do PCC, o que acabou por estimular a entrada de novas ideias por meio da renovação de seus membros com a entrada dos mais jovens.

veemente investindo em diversos países em larga escala, a destacar aqui a América Latina.

Ao observar os estudos elaborados pelo Conselho do Atlântico e o Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre os anos de 2003 a 2016, o Conselho Empresarial Brasil China (CEBC) constatou que do total de investimentos chineses destinados à América Latina, cerca de 55% foram direcionados ao Brasil neste período, sendo possível constatar que das 27 unidades federativas que constituem o território brasileiro, apenas quatro não contam com a presença dos investimentos chineses no país – Roraima, Rondônia, Pernambuco e Sergipe, respectivamente (CEBC, 2017, p. 9), o que acaba por comprovar a total mudança de estratégia do governo chinês observado por Xing (2019), rumo a um objetivo maior dentro do PNC. Essa tal mudança da estratégia desenvolvimentista chinesa envolve a necessidade de se instituir uma nova ordem que priorizasse um poder revisionista¹⁰. Este poder revisionista chinês foi moldado pela ferramenta conceitual aplicada à escola-gramsciana, o qual pretende instituir uma força motriz capaz de estender e se projetar no sistema hegemônico vigente, gerando uma nova ordem internacional a qual Xing (2016) classificou como sendo uma “Re-ordem” mundial.

Xing (2019) elencou mecanismos da nova PNC que buscam fundamentações na tese da “troca desigual” instrumentalizada pela teoria da dependência, destacando-se aqui o da iniciativa *On Belt One Road* (OBOR), o Minilateralismo financeiro e a terceirização de produção. A iniciativa OBOR tem por objetivo reativar a antiga rota da seda, como forma de permitir o envolvimento das nações adjacentes quanto à busca de uma reafirmação político-econômica que independe da ordem mundial vigente. Essa iniciativa tem como um braço importante o projeto da terceirização da produção, onde a prática do *supply chain* tornou-se comum para potencializar o processo de inovação das unidades produtoras chinesas por meio da descentralização do processo de fabricação, tendo como final do processo de montagem do produto o território chinês. Já o minilateralismo financeiro compreende no objetivo de

¹⁰ “Conceito derivado da teoria da transição de poder convencional que assume automaticamente a ideia de que as potências emergentes são revisionistas” (XING, 2019, p.30).

criar instituições financeiras que ofereçam opções bilaterais ao sistema financeiro vigente, como forma de legitimar o poder revisionista encabeçado por Pequim. Um bom exemplo da prática do minilateralismo financeiro chinês é o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) - apelidado de Banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) -, que surgiu para preencher a lacuna deixada pelo sistema de *Bretton Woods*¹¹ encabeçado pelos norte-americanos.

A viabilidade para a concretização dos planos descritos anteriormente, teve por base a concatenação dos planos instituídos nas eras anteriores, o que permitiu Xing (2016) observar uma estrutura quadrilátera que combinadas, reforçam o Poder da China de transformação do mundo. Esta estrutura quadrilátera chamada por Xing (2016) de “Quatro-Chinas” envolve a China histórico-cultural, a China Revolucionária, a China Econômica e a China Política. É por meio do tratamento harmonioso desse quadrilátero que o grande Dragão Vermelho se impõe como um poder revisionista que é, permitindo trazer uma nova ordem, capaz de reerguer a bandeira das nações menos desenvolvidas em prol da “Re-ordem” mundial.

Conclusão

Apesar de muitos especialistas enxergarem a política de Deng como uma política de libertação de teor antagônico ao período ditatorial de Mao, sendo este último intitulado pelo ocidente como uma política do desgoverno, percebeu-se aqui nuances que permitiram enxergar similitudes entre as duas formas de governo com o enaltecimento dos legados deixados por ambos em seus respectivos períodos históricos. Isso quer dizer que se entre 1949 até meados de 1976 temos uma política ditatorial empregada por Mao que, grosso modo, nos passam um semblante de que tudo que há de negativo vem da China; e do outro observamos um revolucionário que trouxe a China um plano de desenvolvimento econômico e político contínuo sobre o prisma da unicidade exigida pelo que se convencionou chamar aqui de Plano Nacional Chinês (PNC),

¹¹ Cidade norte-americana que sediou os históricos encontros de 1944, dando origem a atual ordem financeira internacional (CARNEIRO, 2014).

percebeu-se nitidamente a ligação da era Deng com a prática e o contraditório alicerçado pela perspectiva cósmica de Mao.

A política do desgoverno de Mao, a qual foi caracterizada por muitos como uma era ditatorial, na verdade buscou no plano político uma estratégia com o objetivo de dissuadir inimigos que adentraram em território chinês. Sua total noção da prática e o contraditório, fazendo referência ao uso das próprias armas criadas pela ideologia capitalista ligada a acumulação exacerbada de riqueza, permitiu gerar um movimento de unificação da China, preparando o terreno para a reestruturação e a estabilidade dos anos vindouros de Deng Xiaoping. Mao demonstrou na prática a importância do “Império do Meio” de se reerguer diante das adversidades impostas pelo século de humilhações ocasionado pelas nações desenvolvidas. A partir dessa ideia foi possível justificar que o período do socialismo chinês gerou tremendos avanços sociais, com grande mudança nas relações das classes domésticas advindas com o massacre humano, o que acabou por induzir a inserção chinesa da política de “portas abertas” com grande transformação geopolítica e melhoria nas relações com o ocidente.

Mesmo com as constantes invasões que resultaram em sua fragmentação territorial, a China voltou a viver um período de reafirmação de sua independência por meio do controle de seu território, fortalecido pelas mudanças estratégicas de Deng impostas ao PCC, onde o resgate do orgulho chinês se pautou na reincorporação de elementos do confucionismo, suplantado pela fórmula do nacionalismo amplo como elementos primordiais de coesão do nacional. O papel da cultura e o repúdio às práticas de corrupção e fraude foram outros elementos determinísticos para que o conceito de nacionalidade fosse disseminado de maneira planificada pelo PCC em toda a extensão territorial chinesa, trazendo a unicidade ideológica necessária para a unificação de uma China multifacetada.

A síntese das ideias aplicadas pela República Popular da China (R.P.C.), basicamente representadas pela figura de Mao e Deng, desencadeou no processo contínuo chinês que sacramentou o sucesso dessa nação no longo prazo, permitindo entender em como essa nação milenar pensa o ocidente, como forma de coexistirem com um simples objetivo: buscar uma “Re-ordem” mundial.

O presente artigo foi apenas um *spin off* do trabalho monográfico a ser apresentado à banca do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como prelúdio, buscou-se enaltecer alguns pontos relevantes das eras Mao e Deng não como elementos geopolíticos nada congruentes demonstrado pela maioria dos estudos ocidentais pautado no eurocentrismo, mas como uma estrutura em continuidade ao Plano Nacional Chinês (PNC). Plano este que engloba a “Re-ordem” mundial aplicada a um poder revisionista da ordem internacional vigente. Enfatiza-se que o artigo não tem por objetivo exaltar fatos negativos da historicidade chinesa, mas sim trazer para o centro da discussão a legitimidade do desenvolvimento chinês em uma nova perspectiva, sintetizando para o fácil entendimento fatores que marcaram positivamente o caminho da China, não tendo para isso a premissa de discorrer a densa historicidade de um povo milenar, mas sim servir como base complementar para os que se interessam pela sinologia e a gama de práticas epistemológicas que o oriente oferece, em contraste com as teorias eurocêntricas.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A Longa Duração. Capítulo 3. In: Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 41-54.

CARNEIRO, Ricardo. Banco e fundo dos BRICS X Bretton Woods. Publicado em: 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/banco-e-fundo-dos-brics-x-bretton-woods/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

CBEC. Investimentos Chineses no Brasil. 2017. Publicado em: ago. 2018. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

HOBSBAWN, Eric. China Statistics, 1989. In: *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, p. 470.

LYRIO, Mauricio Carvalho. A Ascensão da China como Potência: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (Orgs.). O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MORGENTHAU, Hans J. A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília: UNB. 2003.

O'NEIL, Mark. A Revolta no Império: cem anos de república. Revista Macau. Série IV, nº 24. Publicado em: set 2011. Disponível em: <<https://www.revistamacau.com/>>. Acesso em: 15 ago 2019.

VOGEL, Ezra F. Deng Xiaoping and the Transformation of China. The Belknap press of Harvard University press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 2011.

XING, Li. China's Pursuit of the "One Belt One Road" Initiative: A New World Order with Chinese Characteristics? In: "Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative, International Political Economy Series. Department of Culture and Global Studies. Denmark: Aalborg University, Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-92201-0_1>. Acesso em: 15 ago 2019.

_____. From "Hegemony and World Order" to "Independent Hegemony and World Re-order". Palgrave Macmillan, a division of Macmillan Publishers Limited. Aalborg University: Denamark: Ashgate 2016.

_____. The Rise of China and the Capitalist World Order. Aalborg University. Denamark: Ashgate Publishing, 2010.

_____. Understanding the Multiple Facets of China's "One Belt One Road" Initiative. In: "Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative, International Political Economy Series. Department of Culture and Global Studies. Denmark: Aalborg University. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-92201-0_1>. Acesso em: 15 ago 2019.

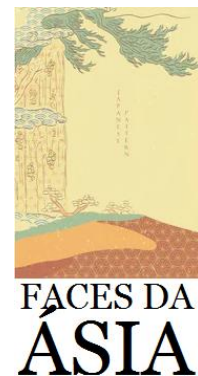
WALLERSTIEN, Immanuel. Historical Capitalism. Londres: Verso, 1983.

ZIZEK, Slavoj. Mao Tsé-Tung: Sobre a Prática e a Contradição. Traduzido por: José Mauricio Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIAS EM DEBATE

UMA BREVE ANÁLISE DAS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS OCIDENTAIS NO JAPÃO PELO *ASIATIC SOCIETY OF JAPAN* NO FINAL DO SÉCULO XIX



Raquel Gryszczenko Alves Gomes¹
Levi Yoriyaz²

Apresentação do tema e discussão teórica

As discussões a respeito da temática do Japão e seus desdobramentos estruturais no século XIX, isto é, estudos realizados a partir de intelectuais ocidentais e japoneses, foram profundamente marcados por concepções eurocêntricas como, por exemplo, a ideia do “*excepcionalismo japonês*”³ (*japanese exceptionalism*). Tal perspectiva deixa de considerar as nuances históricas e particularidades temporais e locais dos países que, não compartilham as mesmas características sociais que a configuração social ocidental⁴.

Considerando que o Japão não sofreu um processo de colonização pelos europeus, mas foram as transações político-econômicas entre as potências industriais ocidentais, que possibilitaram ao Japão atingir a condição de uma potência industrial no final do século XIX, sem que houvesse interferências diretas dos Estados europeus nas tomadas de postura econômica e política que adequassem aos termos dos Estados ocidentais. Nesse aspecto, o Japão se tornou um objeto de análise de caso perspectiva perdurou no século XX, mesmo

¹ Mestrando da Universidade Estadual de Campinas. e-mail: levkun@gmail.com.

² Professor(a) Doutor(a) da Universidade de Estadual de Campinas . E-mail: gomesg@unicamp.br.

³ O conceito “*japanese exceptionalism*” esteve em voga no século XIX, empregado por estudiosos tanto japoneses quanto europeus que têm como intento compreender e analisar o Japão nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. (EARL, David. *Emperor and Nation in Japan: Political Thinkers of the Tokugawa Period*. Washington, 1964, p. 65-66). Tais estudos partem de uma perspectiva comparativa entre os países ocidentais e o Japão. A pergunta que se buscava responder era: como o Japão, um país não ocidental, pôde ter desenvolvido a condição de Estado-Nação e, em seguida, ter se tornado uma potência econômica?

⁴ PIRES, Ricardo Sorgon, **O Nihonjiron e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980)**. ICSJ dos Campos, p. 1675.

após a Segunda Guerra Mundial, devido à recuperação econômica japonesa na década de 1950, o que renovou o argumento do Japão como um caso particular a ser estudado⁵. Esta forma de abordagem, no entanto, tem desenvolvido uma interpretação histórica do Japão, com o intuito de buscar ‘elementos, ou eventos ‘particulares’ que explicassem como um país não ocidental pôde se tornar uma potência industrial, e mais tarde concorrer, economicamente, com as nações europeias. Além disso, esse problema se agrava ao considerar que o Japão, geograficamente, não possuía recursos naturais e minerais suficientes que contribuíssem para a industrialização rápida do país.

É importante considerar o período japonês da Era Meiji como um recorte interessante no qual são introduzidos modelos estruturais europeus no Japão, tendo como referência os modelos constitucionais prussianos na estruturação do Estado japonês, assim como a organização militar japonesa buscou a referência francesa, enquanto para as táticas no quesito da marinha teve como base por parte dos ingleses⁶. A busca das referências ocidentais se dava em compreender como se deu o processo de industrialização e organização econômica e bélica das potências europeias, tendo como foco frisar as nações que eram dominantes e influentes na Europa. Nesse quesito, a cultura, os hábitos ocidentais também passaram a serem apresentados na sociedade japonesa, em que aspectos como as vestimentas, literaturas, e etiquetas europeias começaram a se tornar práticas e costumes no cotidiano japonês.

Um exemplo desta interpretação é apresentado por Karatani Kojin,⁷ que tem demonstrado a partir da obra *Origins of Modern Japanese Literature* (em que analisa a produção do escritor Natsume Soseki⁸), a relação de como o conceito ocidental de “literatura”, ou “*bungaku*” (文学), era ainda estranha para

5 ORTIZ, Renato, **O próximo e distante: Japão e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p-21-22.

6 JANSEN, Marius, B. **The making of modern Japan**. Harvard University, 2000, p. 397.

7 KARATANI, Kojin. **Origins of Modern Japanese Literature**. Durham/London: Duke University Press, 1993.

8 Natsume Soseki (1867-1916) foi um dos intelectuais marcantes no âmbito da literatura japonesa no século XIX, ao introduzir a estética literária ocidental, o realismo, por meio da influência inglesa à prosa japonesa. Sua atuação se deu como professor da Universidade de Tóquio (atual Waseda), que se especializou em literatura inglesa. Além de escrever romances japoneses utilizando uma estrutura literária ocidental, Soseki foi um estudioso na área das letras que buscava compreender a ideia de literatura para os ocidentais, e de como ela podia ser associada às produções literárias japonesas, pautando as suas diferenças e características na sua obra *Teoria sobre a Literatura* em 1907.

a comunidade intelectual de letras no Japão no século XIX, sendo que o conhecimento mais próximo de “literatura” estava pautado em um viés chinês, o “*kanbungaku*” (漢文学), que tratava da prática e da escrita de textos em ideogramas chineses – os ideogramas, por sua vez, eram reconstruídos em um padrão gramatical japonês. Esta atividade de incorporar ideogramas chineses à estrutura gramatical japonesa permitiu desenvolver produções literárias japonesas que se adequassem ao contexto social e cultural japonês. Neste exemplo, percebe-se a relação dos conceitos estrangeiros (no caso, o chinês) com os quais os literatos japoneses como Soseki interagem.

Porém, no caso do termo “literatura”, ou “*literature*”, que foi introduzido para Soseki, a partir do seu contato às letras na Inglaterra em 1900, foi observado pelo escritor japonês uma concepção de ‘universalidade’ e de ‘auto evidência’ no que diz respeito ao termo “literatura” no sentido ocidental, afirmando que tal conceito tem uma “raiz” de desenvolvimento no Ocidente, desconsiderando as produções literárias de demais países que não são ocidentais⁹. Desse modo, Soseki realiza uma tentativa de negar a afirmação de que a “literatura” tem caráter excepcionalmente ocidental, e que o processo de seu desenvolvimento é derivado de processos históricos específicos e locais, ao desenvolver a escrita de sua obra, “Teoria sobre Literatura” (*bungakuron*, 服部徹也), publicado em 1907 em Tokyo, como é citado abaixo:

“Whether it be social mores, customs, or emotions, we must not recognize the existence only of those social mores, customs, and emotions that have manifested themselves in the West. Nor should the attainments reached, after many transitions, by Western civilization at this point in time set the standard, however much it may set a standard for them. This is particularly true in the case of literature. It is commonly said that Japanese literature is immature. But to admit that one's literature is immature is quite a different thing from taking the West as a standard. Since no one can logically maintain that

⁹ KARATANI, Kojin. **Origins of Modern Japanese Literature**. Durham/London: Duke University Press Books, 1993, p. 13-14.

there is only a single path a developing literature can follow, or a single point it should attain, it is rash to assert that the trends of Western literature today will be those of Japanese literature tomorrow. We should not leap to the conclusion that developments in Western literature are absolute. Perhaps, where the physical sciences are concerned, we may say that a certain idea is "new" or "correct." But since the path of progress twists and turns, branching off at many different points, it is impossible to say that what is "new" in the West is necessarily correct for Japan¹⁰."

A discussão que Natsume Soseki apresenta em seu texto é a adoção de costumes e a moral ocidental, mais a estética literária europeia como um padrão a ser empregada no cotidiano e na produção literária japonesa. Assim, o ponto que Soseki procura questionar é: 'se as concepções europeias como a "literatura" seriam os instrumentos e ferramentas necessárias para o desenvolvimento ou progresso da arte literário japonês, assim como no aspecto social e econômico, além de problematizar os costumes ocidentais, por exemplo, a etiqueta, gestos e hábitos cotidianos a serem atribuídos como características padrões e 'universais' a serem adotados. Nessa reflexão, Soseki admite que as artes ocidentais, na literatura, e as organizações políticas e econômicas europeias, apresentam uma complexidade, até mesmo uma superioridade em comparação com a japonesa. A questão, porém, seria 'ao adotar o padrão ocidental realmente faria com que a estética literária japonesa, assim como o seu desenvolvimento social e econômico, se tornasse tão superior quanto à dos europeus?'. Nesse aspecto, o posicionamento de Soseki nessa problemática, parece um tanto cético ao considerar as práticas, os hábitos europeus como um modelo social e estético ideal para a cultura japonesa. Isto é, se os europeus puderam desenvolver complexas práticas literárias, assim como ideias e formas de organização social,

¹⁰ Escritos de Natsume Soseki na elaboração de uma teoria da literatura como tentativa de historicizar o que seria literatura em 1907, *Bungakuron* (A Theory of Literature). In: *Natsume Soseki zenshu* (The complete works of Natsume Soseki, here in after abbreviated NSZ,) Tokyo: Kadokawa Shoten, 1960, vol. 16, p. 9-10.

o que impede da cultura japonesa desenvolver o mesmo, por meio de sua própria trajetória histórica?

O questionamento que Soseki levanta também é contemplado pelo educador Fukuzawa Yukichi (1834-1901) que, por sua vez, defendia o aspecto de que para o Japão adquirir a condição de uma potência econômica e receber reconhecimento das nações ocidentais, como um país soberano, seria necessário aderir os modelos sociais, políticos e econômicos europeus. Nesse sentido, Yukichi escreveu sua obra *An outline of a theory of civilization* (1875) em que discute como a concepção de ‘civilização’, ‘cidadania’ europeia poderia ser incorporado na sociedade japonesa, e em seguida poderia ser introduzida na prática por meio do ensino. Desse modo, é proposto em sua obra em transmitir conceitos europeus de característicos da ‘civilização’ europeia à língua japonesa. Nesse quesito se tem a observação de Cooper, em que noções como ‘cidadania’ e ‘nação’ vão sendo incorporados nos governos não europeus:

As soon as people in the Americas, Africa and Asia claimed citizenship for themselves, the concept took on different meanings. People of diverse origins across large spaces could claim recognition as “imperial citizens” with all the attendant rights; they could seek recognition as a “nation” spread over different continents; they could seek to constitute new states ; they could advocate forms of citizenship that were inclusive, exclusive, or something in between¹¹.

A análise de Cooper comenta a questão de como países na região das Américas, África e Ásia tomaram a noção de “cidadania” como forma de desenvolverem um reconhecimento de si mesma como uma “nação” soberana e independente em relação os demais países. Esta preocupação e discussão se faz presente no cenário japonês no final do século XIX. Nesse ponto, a adentrada das concepções europeias se dá nos excertos de Yukichi, ao desenvolver uma

¹¹ COOPER, Frederick. **Citizenship, Inequality, and Difference: Historical Perspectives**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018, pg. 12.

comparação das organizações institucionais políticas e econômicas da parte dos europeus em relação aos japoneses:

What are, then, the alarming factors that confront the Japanese people in the Meiji Era? The foreign relations are what they are. In commerce, the foreigners are rich and clever; the Japanese are poor and unused to the business. In courts of law, it so often happens that the Japanese people are condemned while the foreigners get around the law. In learning, we are obliged to learn from them. In finances, we must borrow capital from them. There hardly ever is an equal give and take ¹².

Desse modo, Fukuzawa Yukichi compara o funcionamento político e econômico japonês com o europeu, justificando o posicionamento de que as nações ocidentais são superiores que os japoneses. Desse modo, seu posicionamento consistiria em abandonar valores e conceitos culturais japoneses em prol dos modelos institucionais europeus. Isso também significaria que a perspectiva histórica japonesa deve abrir mão para a inserção de uma noção de história ocidental. Seu posicionamento comporta uma *História Civilizatória* cujo fim é integrar a história japonesa como parte da narrativa civilizacional, isto é, a busca de civilizar o Japão, o que leva Yukichi a ser conhecido na história japonesa como o introdutor do pensamento iluminista europeu para o Japão.

Além da proposição de Yukichi no aspecto historiográfico no Japão no XIX, tem-se presença historiográfica inglesa no campo intelectual japonês por meio do grupo de intelectuais da *Asian Society of Japan*. Este grupo consiste na presença de funcionários ocidentais a serviço do imperador japonês, como David Murray (1830-1905), Basil Hall Chamberlain (1850-1935), John H. Gubbins (1852-1929) e Rev J. Batchelor (1855-1944) os quais apresentam cargos públicos nos ministérios do governo imperial japonês.

¹² FUKUZAWA, Yukichi, *Collected Works*. pg. 62.

A instituição de estudos japoneses, *Asian Society of Japan*, fundada no final do século XIX. Sua atuação apresentava fins diplomáticos, de modo que seus representantes compunham à corte imperial japonês. Tal grupo de estudo foi financiado pelos governos britânico e japonês, e desempenhou um papel de realizar coletâneas de estudos geográficos e históricos a respeito do Japão. A presença da *Asian Society of Japan* testifica a participação de uma comunidade intelectual estrangeira que interage e compartilha formas de saber com as instituições e representantes intelectuais japonesas, como no caso a Universidade Imperial de Tokyo. Com isso, a relação de Fukuzawa Yukichi com a *Asian Society of Japan* consiste numa interação que não se limita em troca de saberes, mas numa possível relação de interesses políticos.

Objetivos

Tendo isso em vista, o presente estudo busca desenvolver uma análise como a operação historiográfica europeu no final do século XIX elaborou seu discurso na tentativa de integrar os acontecimentos históricos que ocorreram no Japão dentro da história europeia, no qual, era intitulado como ‘história universal’. Tal característica nos levaria a presumir que a narrativa histórica que se buscava elaborar apresenta um perfil imperialista e etnocêntrico, na medida em que os eventos históricos que se davam no Japão passem a ser submetidos a uma ordem de linguagem estrangeira e de anexo a uma perspectiva histórica que não é japonesa.

Os registros que a *Asian Society of Japan* compõe, partem de relatos empíricos que apresentam impressões e descrições a respeito do Japão. A forma como esses relatos são escritos tem como proposta uma abordagem neutra e imparcial. No entanto, é importante ressaltar que a perspectiva que apresentam em relação ao Japão consiste num olhar de distância em relação ao objeto (Japão), usando uma lente de uma história comparativa. Este dado pode ser observado na análise desenvolvida por J. Batchelor em relação aos primeiros povos que habitaram a região norte do Japão (Hokkaido):

HABITS

1. The Ainu are extremely dirty, and hardly ever think of washing either themselves or their clothes; so that the odor they carry about with them is by no means of a pleasant nature, and they also have insects about their persons. The writer stayed with an Ainu family six weeks on one occasion and two months on another, and during the whole time he never once saw the family wash either themselves or their cooking and eating utensils.
2. The men are great drunkards. They think of nothing but how to obtain *sake*. Drunkenness is thought to be the supreme happiness for which man is made, for why, say they, did God make *sake* if not to be drunk?¹³

A noção de “deus” apresentado pelo Batchelor aponta uma perspectiva ocidental, na descrição dos hábitos da comunidade dos Ainos o que leva a um relato que acaba deixando de lado o contexto cultural que se encontra em análise. Nesse aspecto se levanta um problema de anacronismo, por parte de Batchelor ao empregar uma perspectiva de um conceito que não condiz com a sociedade estudada. Outra problemática que pode ser levantada seria que os termos empregados na descrição dos Ainos e as suas formas de organização apresentam comportamento ocidental, isto é, são termos que definem as estruturas sociais e possuem sentido para os europeus, no entanto, não quer dizer que a sua aplicação também pode ser atribuída a todos os povos. Assim, o que se tem nas narrativas é um processo em que o relato desenvolvido pelo Batchelor é de perfil enciclopédico. Esta abordagem dialoga com o posicionamento de Pharta Chatterjee no seu artigo *Whose Imagined Communities?* (‘Comunidades imaginadas por quem?’), no qual os termos utilizados para caracterizar características de uma sociedade, comportamentos sendo ela político, cultural, tem como natureza um perfil ocidental. Nesse ponto, o problema não se restringe a questão de anacronismo, mas de que os

¹³ BATCHELOR, Rev. J. “Transactions of Asiatic Society of Japan” Vol X. In: *Notes on the Ainu*. 1882. Pg. 217.

povos locais se tornem parte da história da cultura do narrador que desenvolve a descrição das comunidades não europeias.

A narrativa proposto por Batchelor pode ser analisado através do procedimento metodológico proposto por Mary Louis Pratt em *Imperial Eyes* de 1992 (*Olhos do Império*), em que se desenvolve o estudo dos relatos de viagem dos viajantes e exploradores europeus, nos quais são analisadas a estrutura e as formas de narrativa, considerando as impressões dos exploradores em relação às comunidades nativas, além do espaço geográfico, nos quais são novidade para a perspectiva europeia.

Observa-se, que além do relato apresentar uma observação anacrônica, ela também atribui uma linguagem de legitimidade de um discurso estrangeiro em relação a uma outra cultura, cuja forma de descrição estabelecida a respeito dos Ainos, apresenta uma afirmação taxativa para com o grupo que está sendo analisado. Esta forma de descrição é problemática, assim como propõe uma perspectiva que não permite vislumbrar os desdobramentos históricos de uma comunidade que está sendo estudada. Nesse quesito Edward Thompson apresenta seu posicionamento em relação o desenvolvimento historiográfico de como as práticas de rituais ou costumes devem ser lidas:

Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. Como observou Marc Bloch, “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes” – e isso é verdadeiro também para o vocabulário das formas rituais¹⁴.

Partindo da observação de Thompson acerca das formas de rituais estarem inseridos a um contexto histórico específico, ressalta-se a importância

¹⁴ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história”. In: As particularidades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora UNICAMP, 2001, pg. 243.

da produção historiográfica se atentar que as práticas de rituais e dos hábitos que um grupo realiza devem ser analisadas não de uma forma isolada, desprovida do tempo de seu contexto, mas devem estar ligadas com as dinâmicas sociais juntamente com seus significados culturais. assim como sua interpretação não deve carregar vocabulários que não condizem com o contexto social de um povo específico. Nesse aspecto Thompson se atenta na forma de como as práticas, costumes, hábitos, sendo elas rituais podem trazer características significativas para a compreensão de uma sociedade.

Conclusão

Assim, tratar as narrativas místicas como uma abordagem que se restringe apenas a ordem antropológica e folclórica seria desconsiderar as possibilidades de análise e estudo no âmbito historiográfico, sendo que toda narrativa independentemente se apresenta uma característica supersticiosa, apresenta elementos do cotidiano de uma determinada cultura, refletindo suas crenças, e como ela se comporta no cotidiano de uma determinada sociedade como aponta Thompson:

Portanto, a atenção às formas e aos gestos do ritual pode fornecer significativas contribuições ao conhecimento histórico. E certas formas só podem ser inteiramente compreendidas se recuperarmos as crenças da cultura consuetudinária¹⁵.

Nesse sentido a operação historiográfica demonstra um perfil e intenção quando a analisamos sua forma de narrativa. Isto é ao observamos a maneira em que o objeto de estudo é analisado se tem a captação do perfil que o estudo propõe. Por exemplo, no aspecto da *Asiatic Society of Japan*, nota-se uma abordagem que separa a história com o folclore como duas categorias distintas, além de apresentar uma descrição de rótulo com a intenção de explicar uma determinada sociedade com um vocabulário considerado como ‘científico’, em

15_____. “Folclore, antropologia e história”. In: As particularidades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora UNICAMP, 2001, pg. 241.

que muitas vezes gera um equívoco contextual, no qual a linguagem não se adequa a cultura estudada.

Referências Bibliográficas

Fontes

FUKUZAWA, Yukichi, *Collected Works*.

SOSEKI, Natsume. “Bungakuron” (Theory of Literature), 1907.

BATCHELOR, Rev. J. Notes on the Ainu. Transactions of Asiatic Society of Japan, vol. X, Yokohama, 1882.

Referências

CHATTERJEE, Pharta. Whose Imagined Community?, In: BALAKRISHNAN, Gopal(orgs); ANDERSON, Benedict (orgs). *Mapping the nation*. London/New York: Verso, 1996, p. 214-226.

COOPER, Frederick. Citizenship, Inequality, and Difference: Historical Perspectives. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018.

JANSEN, Marius B. The making of modern Japan. Harvard University, 2000.

KARATANI, Kojin, Origins of Modern Japanese Literature. Durham/London: Duke University Press, 1993.

ORTIZ, Renato. O próximo e distante: Japão moderno. São Paulo: Brasiliense, 2000.

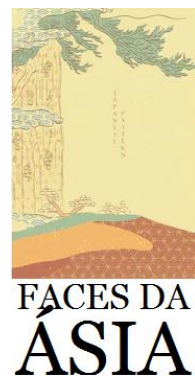
PIRES, Ricardo Sorgon. O *nihonjiron* e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980). ICJ dos Campos.

PRATT, Mary Louise. Imperial Eyes: travel writing and transculturation. London: Routledge, 1992.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

THOMPSON, E. O. “Folclore, antropologia e história social”. In: “A particularidades dos ingleses e outros artigos”. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

A ESCRITA DA DIFERENÇA EM LUÍS FRÓIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRATADO DAS CONTRADIÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE A EUROPA E O JAPÃO



Pedro Dalla Bernardina Brocco¹

Apresentação da comunicação

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos organizadores do evento e dizer que estou muito feliz e honrado de compor esta mesa, coordenada pelo Prof. Alfredo Cruz, e ao lado da Profa. Renata Cabral Bernabé, cuja excelente dissertação de mestrado, *A Construção da Missão Japonesa no Século XVI*, tem sido por mim bastante consultada ao longo dos anos da minha pesquisa.

A missão japonesa tem início em 15492 com a chegada de Francisco Xavier, Cosme de Torres e João Fernandes a Kagoshima, extremo sul da ilha de Kyushu. No entanto, os padres da Companhia chegaram já auxiliados por um japonês convertido em 1548 em Malaca, quando chamava-se Anjirô, tendo se tornado Paulo de Santa Fé após a conversão.

Em atenção a outras missões jesuítas, sobretudo a que se desenvolveu no Brasil, do outro lado do globo terrestre, a missão japonesa apresenta uma dinâmica calcada na inscrição do outro enquanto diferente e ao mesmo tempo em concorrência com os padres jesuítas na elaboração simbólica e imaginária de sua visão de mundo. Meu trabalho sugere que tal dinâmica possa ser explicada pelo grau de dificuldade e isolamento da missão japonesa, em relação à qual os portugueses não possuíam jurisdição, bem como das resistências apresentadas pelos nativos e pelos bonzos. A construção da missão japonesa feita a partir do conflito em suas formas mais sutis e sofisticadas talvez possa ter favorecido uma permanente negociação de visões de mundo que se coloca de forma especial no

¹ Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Psicanalista associado ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise Seção Rio de Janeiro. E-mail: pbrocco@uol.com.br.

² Em trinta anos de missão a partir desta data, o Japão terá cerca de cento e cinquenta mil japoneses convertidos ao cristianismo, duzentas igrejas e dois seminários.

Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão, escrito em 1585 pelo jesuíta português Luís Fróis.

Será desde já sugerida a hipótese de que Fróis possa se aproximar de modo interessante de Jean de Léry e sua “hermenêutica do outro”, expressão utilizada por Michel de Certeau em *A Escrita da História*, no sentido de que Léry organizou seu texto a partir de uma barra horizontal que representa a divisão por-aqui (*ici*, o mesmo)/por-lá (*là-bas*, o outro).

Ao mesmo tempo, entretanto, Fróis não se desliga do relato epistolar que aparece também de forma exemplar em outros jesuítas, como Manuel da Nóbrega, primeiro provincial do Brasil, em relação aos quais empreendi minha pesquisa de tese de doutorado.

Assim, um cuidado metodológico que busquei ter no exame dos escritos de Fróis, foi a análise do *como* o outro, ou a alteridade das missões, é *inscrita* nos discursos, sem haver uma preocupação se de fato o relatado foi verdadeiro, mas em atenção ao fato de que o próprio relato e a forma como este se constrói produzem sua própria eficácia³. Teríamos, de modo muito geral, dois campos contrapostos: o que concerne a uma espécie de mal-dizer o outro, a partir da chave interpretativa do bárbaro, da idolatria, dos vícios morais ou da falta de entendimento, em uma retórica da conversão, e o campo do bem-dizer o outro, quando ainda que haja o esforço missionário da conversão, o outro aparece de um ponto de vista em que se pode admirá-lo, assim como aos seus costumes, de modo a reverberar uma “voz alienígena”, termo de Carlo Ginzburg, no próprio discurso que o descreve, além de ver a alteridade seja como uma individualidade outra, seja como uma singularidade, um para além do eu. Não é por acaso que o campo do mal-dizer ou da maldição tende a descrições generalizantes e sintéticas, organizadas em torno do Bárbaro, ao passo que o campo do bem-dizer (ilustrado por Fróis) tende a relatos povoados de personagens nativos (com nomes cristãos ou não), e em discursos mais analíticos a respeito das pessoas, ações e discursos destes personagens.

A obra quinhentista de Luís Fróis só veio à lume, na forma mais acabada como a conhecemos, no século XX. Além da *História do Japão*, cujo primeiro

³ Cf. PÉCORA, Alcir. “Cartas à segunda escolástica” in NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

volume, sob os cuidados da edição de Franz Wicki, foi publicado em 1976, o século XX viu também a publicação de um pequeno e interessante livro, em 1955, sob a curadoria do jesuíta Josef Franz Schütte, o *Tratado em que se contém, muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes antre a gente de Europa e esta província de Japão*. O único exemplar do *Tratado* foi encontrado por Schütte na Biblioteca da Real Academia de História de Madri, em 1946, obtendo sua publicação em edição crítica nove anos mais tarde em Tóquio, no Japão.

O volume encontrado por Josef Franz Schütte em Madri era formado por um conjunto de quarenta páginas de carta japonesa, com as dimensões de 16x22 centímetros, estruturado em quatorze capítulos⁴. A descoberta de Schütte de mais um texto de Fróis, esquecido na poeira do passado, parece-me consistir em uma espécie de *missing link* entre a missionologia e a antropologia, entre a retórica e a inscrição da diferença.

Quando se analisa a estrutura e o estilo do *Tratado* de Fróis, o estudioso se depara com uma retórica diferente da de outros padres jesuítas e seus escritos sobre as missões.

Luís Fróis opta pela técnica do confronto direto e pontual não apenas com as grandes diferenças, mas também com as pequenas e particulares que distinguiam de maneira decisiva a sociedade japonesa e a europeia. A modalidade direta de Fróis exclui do texto qualquer comentário ou juízo de valor explícito: ele deixa reservado ao leitor a obrigação do esforço de reflexão pessoal e imaginativo de uma experiência profunda das diferenças⁵.

Fróis, assim, destitui-se de uma posição de missionário buscando a conversão dos gentios, colocando-se ao lado daqueles vindouros exploradores de culturas que se propõem a descrevê-las a partir de seus mecanismos internos de costumes e crenças, inserindo-as num registro geral das diferenças culturais.

4 Trata-se da edição por mim utilizada: FROIS, Luis S.J. *Kulturgegensätze Europa-Japan* (1585): *Tratado em que se contém muito susinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes antre a gente de Europa e esta provincia de Japão*. Ed. Josef Franz Schütte, S. J. Tokyo: Sophia Universität, 1955.

5 Idem, “uno sforzo di comprensione che deve andare al di là delle parole perché deve entrare nell’essenza delle cose per cercar la spiegazione profonda delle differenze”. Em tradução livre: “a um esforço de compreensão que deve andar além das palavras porque deve entrar na essência das coisas para buscar a explicação profunda das diferenças”. Realce meu.

Fróis aproxima-se, curiosamente, de Michel de Montaigne, quando este reconhece um valor positivo aos ritos tupis do Brasil⁶ e às suas formas culturais, admirando neles a coragem, a constância e o sentimento de honra, em seu ensaio sobre os canibais. A narrativa de Montaigne, porém, foi produzida por um intelectual recluso que nada tinha a ver com o projeto de colonização, ao contrário de Nóbrega e seus companheiros jesuítas, na linha de frente da colonização do Brasil.

Fróis aproxima-se também, curiosamente, de Antoine Galland, erudito orientalista e tradutor de *As mil e uma noites* a partir de um manuscrito sírio do século XV. Galland escreve, em 1678, *Le Voyage à Smyrne*, publicado somente no ano 2000, contendo 166 aforismos que elencam contradições e diferenças entre franceses e turcos, em um estilo ao mesmo tempo distante de um espírito missionário e próximo do *Tratado* de Luís Fróis. A prova de que o Oriente pode ser intensamente vivido pela cultura ocidental é a presença das *Mil e uma noites* como uma das mais belas obras da literatura universal. Mas isso talvez não tivesse se dado sem um olhar curioso e poroso como o de Antoine Galland.

Ao manter-se neutro em seu estilo no *Tratado das diferenças*, Fróis não emite nenhum juízo de valor explícito à cultura japonesa, muitas vezes tentando mostrá-la como o avesso da cultura europeia, aproximando-as, como bem analisou Claude Lévi-Strauss, pela via da inversão e de uma espécie de jogo de espelhos.

Se o século XVI viu com crescente frequência o aparecimento do tópico dos “caráteres nacionais” e a “caracteriologia dos povos” a ponto de se tornar um lugar comum, percebe-se neste funcionamento um sucesso que se nutre de rivalidades entre nacionalismos em uma Europa prestes a ver a consolidação da Era dos Estados nacionais: sobre o mapa da Europa, cada paixão tem seu lugar, e também cada talento e bizarrice passam a ser imaginariamente situados⁷.

6 Carlo Ginzburg afirma que para Montaigne, no ensaio sobre os canibais, traçando um paralelo com autores ingleses do mesmo período como George Puttenham, o termo “bárbaro” possuiria um sentido positivo de universalidade. Cf. GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 55-57.

7 LESTRINGANT, Frank. *L'antipathie entre les peuples (XVIe-XVIIe siècles)*, de Luis Frois à Antoine Galland. Cahiers de l'Association internationale des études françaises, 2002, n. 54, pp. 175-192, p. 177.

O *Tratado das Contradições e Diferenças* de Fróis possui 14 capítulos, nos quais o jesuíta português estabelecerá descrições antitéticas sobre uma série de tópicos envolvendo os japoneses e os europeus, como as mulheres, a forma de se vestir, de comer, de se curar, de escrever, do teatro, da música, etc. Como exemplo, posso citar três séries de comparações, uma sobre as mulheres, uma sobre a forma de estudar e de conhecer e uma sobre a linguagem.

Sobre as mulheres: “Na Europa a suprema honra e riqueza das mulheres moças é a pudicícia e o claustro inviolado da pureza; as mulheres do Japão nenhum caso fazem da limpeza virginal nem perdem, por não a ter, honra nem casamento”.⁸

Sobre o estudar e o conhecer: “Nós estudamos diversas artes e ciências por nossos livros; eles toda a vida gastam em conhecer o coração dos caracteres”.

A última, uma questão de filosofia da linguagem que muito interessa aos filósofos, etnolinguistas e aos psicanalistas. Escreve Fróis: “Na Europa busca-se a clareza nas palavras e evita-se a ambiguidade; no Japão as expressões ambíguas são a melhor linguagem e a mais apreciada”.

Fróis, entretanto, parece apontar para um além da dinâmica de rivalidades nacionais: ao produzir um trabalho, um estudo ou um gênero de anotações cujo objetivo seria o da *comparação por inversão*, aproxima o Japão da Europa pela via do pitoresco: se o Japão é pitoresco, a Europa, vista desde o Japão, pode também perfeitamente sê-lo.

É neste sentido que Lévi-Strauss, em seu prefácio à reedição do *Tratado* de Fróis na língua francesa, afirma, citado por Lestringant, que “centenas de comparações, formuladas de modo conciso e construídas em forma de paralelismo, sugerem ao leitor que ali não são assinaladas apenas diferenças, mas que todas as oposições constituem, de fato, inversões”⁹.

8 Edição por mim apresentada ao final de minha tese. Cf. BROCCO, Pedro Dalla Bernardina. *Psicagogia e Espiritualidade em Manuel da Nóbrega e Luís Fróis: análise comparada das missões jesuítas no Brasil e no Japão (1549-1587)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2019.

9 Idem, p. 179, citando LÉVI-STRAUSS, Claude. *Préface à Européens et Japonais. Traité sur les contradictions et différences de mœurs, écrit par le R. P. Luis Frois au Japon, l'an 1585*. Paris : Chandeigne, 1998, p. 9.

Para concluir, gostaria de dizer que a obra de Fróis, e em especial seu *Tratado das diferenças*, é fundamental para os dias atuais. A inscrição do outro como avesso e próximo ao eu é ao mesmo tempo uma aproximação e uma diferenciação, a partir de um vazio mediano (aqui faço esta provocação: em que medida Fróis pode ter sido influenciado pela religiosidade sino-japonesa, isto é, pelo taoísmo e pelo zen-budismo?), e porta uma riqueza simbólica muito grande. Para além de uma tentativa de conversão e apagamento do outro, há um reconhecimento da legitimidade da existência da diferença e a construção de vias simbólicas de aproximação.

Referências bibliográficas

BROCCO, Pedro Dalla Bernardina. *Psicagogia e Espiritualidade em Manuel da Nóbrega e Luís Fróis: análise comparada das missões jesuítas no Brasil e no Japão (1549-1587)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2019.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FROIS, Luis S.J. *Kulturgegensätze Europa-Japan (1585): Tratado em que se contem muito susinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes antre a gente de Europa e esta provincia de Japão*. Ed. Josef Franz Schütte, S. J. Tokyo: Sophia Universität, 1955.

GINZBURG, Carlo. *History, Rhetoric, and Proof*. Hanover; London: University Press of New England, 1999.

_____. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LESTRINGANT, Frank. *L'antipathie entre les peuples (XVIe-XVIIe siècles), de Luis Frois à Antoine Galland*. Cahiers de l'Association internationale des études françaises, 2002, n. 54, pp. 175-192.

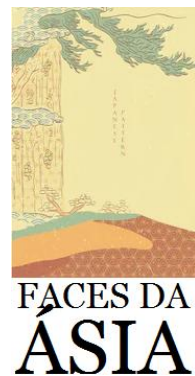
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Préface à Européens et Japonais. Traité sur les contradictions et différences de mœurs, écrit par le R. P. Luis Frois au Japon, l'an 1585*. Paris : Chandeigne, 1998.

PÉCORA, Alcir. "Cartas à segunda escolástica" in NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROSA, Cristina. *Il "Tratatto" di Luís Fróis: Europa e Giappone Due culture a confronto nel secolo XVI*. Viterbo: Sette Città, 2017 (edição eletrônica).

MACAU E NAGASAKI: PATRIMÔNIOS CONECTADOS

Joanes da Silva Rocha¹



Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO propôs a reescrita da história mundial baseada na paz e valorização das relações diplomática e um destes mecanismos foi à criação do World Heritage Convention em 1972 com o intuito de chancelar locais em todo o mundo como Patrimônios da Humanidade buscando ressaltar as contribuições locais para a construção de uma humanidade global. Todavia, apesar do turismo não ser o objetivo central da World Heritage List (WHL), segundo o World Travel & Tourism Council (WTTC), ele gera diretamente mais de US\$ 7,6 trilhões para o PIB global anualmente,² isso fora a quantidade incalculável de dinheiro que é movimentado indiretamente por meio de filmes, merchandising, revistas e livros, etc.

De tal modo, com o objetivo de inscrever o maior número de patrimônios nacionais neste seleto grupo e gerar ainda mais visibilidade internacional e, conseqüentemente, arrecadação, cada nação prepara uma vasta documentação segundo os princípios estipulado pelo World Heritage Center buscando apresentar os mecanismos legais e patrimoniais já empregados, defender e justificar a importância de candidatura do local e sua excepcionalidade. Especialmente este último item já que um dos requisitos a ser avaliado é o Outstanding Universal Value (OUV).

Nas duas descrições a seguir, buscaremos apresentar de forma sintética as exposições feitas pelas próprias nações (China e Japão) em seus documentos

¹ Joanes da Silva Rocha é bacharel em História (UnB) e Arquitetura e Urbanismo (FAUPlac), mestre em Teoria e História da Arquitetura (PPG-FAU-UnB) com intercâmbio no Japão. Atualmente, é professor assistente de Teoria e História da Arquitetura, arquiteto do ICOMOS-Brasil e pesquisador do Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília (NEASIA-UnB) com enfoque em patrimônio lusitano no Oriente e sua salvaguarda. E-mail: joanesrocha@gmail.com

² Fonte: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/regions-2019/world2019.pdf> acessado em 05 março de 2019.

oficiais apresentas à UNESCO sobre o que são os patrimônios de Macau³ e Nagasaki⁴, assim como documentos de promoção local. Para então, em seguida, avaliar como a construção destas duas narrativas poderiam ser utilizadas de outra maneira na busca de compreendê-las dentro de uma mesma lógica e experiência histórica que inclui a presença lusitana na Ásia.

Breve descrição do Patrimônio Mundial de Macau

Antes da chegada dos Portugueses pela primeira vez à China para visitar o famoso mercado de Cantão em 1513, a região já era habitada por pescadores numa baía protegida na península e um ponto de parada para os marinheiros que navegavam na costa chinesa da província de Fujian. O templo da Deusa A-Ma, construído no final do século XV, é um testemunho da ocupação anterior que passou a se transformar rapidamente a partir de 1557 com a sedentarização dos Lusitanos. Tornando-se, assim, o mais antigo assentamento europeu permanente no leste da Ásia segundo os argumentos da divisão de cultura da China. O nome de Macau, inclusive, deriva de um templo chamado Ma Kwok construído no século XIV.

Quando os portugueses chegaram, eles construíram casas simples de madeira e barro na área de Inner Harbor e várias igrejas e capelas católicas que atribuíram um caráter próprio ao assentamento na costa Chinesa. Já no início do século XVII, os portugueses construíram uma série de fortalezas contra outras potências ocidentais, em especial os holandês, e em meados do século XVII, o assentamento foi dividido em duas partes: os portugueses no Sul e os chineses no Norte. E, segundo documentação da época, houve relativamente pouco desenvolvimento no século XVIII devido à legislação restritiva das autoridades chinesas.

Em 1849, Portugal proclamou Macau como um porto franco, o que foi confirmado em um protocolo especial em 1887. No final do século XVIII e início

3 THE STATE ADMINISTRATION OF CULTURAL HERITAGE (SACH), *The Historic Monuments of Macao*, The State Administration of Cultural Heritage of the People's Republic of China, Beijing, 2005.

4 AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS (ACA). *Comprehensive Preservation and Management Plan. Hidden Christian Sites in the Nagasaki Region*. Japan: Cultural Properties Department, Monumental and Sites Division. 2017.

do século XIX, a Igreja Católica aumentou seu poder na região por meio da construção de novas igrejas e reformando tantas outras.

No final do século XIX, não podendo competir com Hong Kong sob protetorado inglês, Macau tornou-se local de habitações para estrangeiros que trabalhavam em Hong Kong. Como resultado, diversas vilas luxuosas e bairros populares foram construídos para atender aos estrangeiros. Além de novos edifícios para a vida urbana, tais como o Teatro Dom Pedro V, o Clube Militar, o Quartel dos Mouros e o Bela Vista Hotel. Ao mesmo tempo, os chineses continuavam a construir em seu próprio estilo, incluindo o Templo do Deus da Terra, o Templo do Deus da Justiça, o Templo Na Tcha e o Templo A-Ma.

De tal modo que estas ligações comerciais mundiais, transformaram Macau em um porto estratégico e em relação à China, foi o principal porto afiliado a Cantão, o que contribuiu fortemente para o seu desenvolvimento por meio do cruzamento de várias rotas comerciais importantes, incluindo a rota Macau-Goa-Europa de seda crua, porcelana, ervas da China, tecidos de lã e cristais. A rota Macau-Japão de troca de seda por prata, e a rota Macau-Manila-América, também conhecida como “Rota da Seda no Oceano Pacífico”, e a rota Macau-Sudeste da Ásia em concorrência direta com Malaca (parte da atual Malásia).⁵

Assim, Macau é identificado na documentação oficial e sites vinculados a UNESCO como o primeiro e mais duradouro encontro entre o Ocidente e a China, que se tornou um exemplo excepcional do intercâmbio cultural entre ocidente e oriente. Como resultado, Macau desenvolveu uma mistura espontânea de diferentes culturas como documentado em seu património material e imaterial, envolvendo não apenas as artes e a arquitetura, mas também religião, literatura, e os diferentes campos da cultura, ciência e medicina.⁶

A partir desse período, iniciou-se também o processo de recuperação de terras que continuou até o século XX, proporcionando uma extensão substancial

⁵ Malaca também é Patrimônio Mundial como parte do “Melaka and George Town, Historic Cities of the Straits of Malacca”, inscrito em 2008.

⁶ Devido à importância de Macau como centro médico, o Dr. Sun Yat Sen, fundador ideológico e primeiro presidente da China moderna, trabalhou em Macau. E, de fato, Macau tem sido associada a várias figuras culturais e eruditos na China e Europa.

à área urbanizada. Depois de 1949, a população cresceu rapidamente, especialmente devido ao afluxo de refugiados chineses vindos do continente. Em 1974, Macau foi estabelecido como território chinês sob administração portuguesa, no entanto, logo depois nos termos do acordo de 1987, Macau tornou-se uma região administrativa especial sob soberania chinesa a partir de dezembro de 1999.

Breve descrição do Patrimônio Mundial de Nagasaki

Ainda que os europeus soubessem da existência de *Xipangu* por meio de Marco Polo, o primeiro contato físico entre os japoneses e os europeus ocorreu em setembro de 1543, quando dois comerciantes portugueses chegaram a bordo de um juncos chinês à Tanegashima, ilha meridional de Kyūshū, na entrada da Baía de Kagoshima. Contudo, foi com a chegada do jesuíta Francisco Xavier, em 1549, que, efetivamente, as relações nipo-lusitanas tiveram início.

Com o objetivo de obter lucro com as trocas e supervisionar o comércio, vários senhores feudais locais se converteram ao cristianismo e muitas vezes abraçaram genuinamente a fé cristã. Esses senhores passaram a ser chamados de *Kirishitan Daimyo* e juntamente com eles, muitos habitantes dentro de seus domínios políticos seguiram o exemplo e adotando a nova religião. A partir de 1587, quando parte do atual Japão foi unificado por Toyotomi Hideyoshi após longas guerras internas, nota-se uma progressiva repudia ao cristianismo e certas tradições europeias em prol da unificação e criação da identidade nipônica. Em um movimento secundário, Hideyoshi proibiu o cristianismo e apreendeu propriedades e territórios cristãos. E, em 1614, foi emitida uma proibição nacional do cristianismo e da prática ritual cristã.

Inquisições e perseguições severas foram realizadas no período seguinte durante o *bafuku* Tokugawa, o que forçou as comunidades cristãs restantes a se esconderem. Em 1637, os cristãos e outros moradores de Arima e Amakusa começaram uma rebelião contra o excesso de impostos e fome. Isso teve um efeito profundo no Shogunato, que proibiu a chegada de navios portugueses e

⁷ Alguns autores apresentam a data de 1542, pois seguem os textos *Tratado dos descobrimentos antigos e Modernos*, de António Galvão, e *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Todavia, todos são unânimes em apontar Tanegashima como o local do primeiro contato.

rompeu completamente todas as relações com os portugueses. Setenta e cinco missionários foram executados publicamente e mais de mil cristãos perderam a vida durante intensas perseguições entre 1617 e 1644.

Assim, para manter sua fé - e vidas -, as comunidades cristãs foram forçadas a se converter ao budismo. Para descobrir novos cristãos e reafirmar anualmente sua rejeição ao cristianismo, o governo desenvolveu a cerimônia de *fumi-e*⁸ e depois que o último missionário no Japão foi martirizado em 1644, os católicos japoneses restantes só puderam continuar sua fé em segredo dentro de suas comunidades por conta própria. Muitas dessas comunidades se desintegraram em rápida sucessão na segunda metade do século XVII devido a uma série de repressão em larga escala aos católicos remanescentes, forçando-os a renunciar à sua fé religiosa ou a ser martirizados. Exceto na região de Nagasaki, onde as atividades missionárias católicas ocorreram mais extensivamente do que em qualquer outra parte do Japão na fase inicial de introdução do catolicismo e sua posição geograficamente longe de Edo, atual Tóquio, que lhes permitiam certa autonomia.

A região de Nagasaki, mais especificamente nas ilhas Gotō, forneceu as bases para a manutenção da fé secreta, mesmo no século XVIII e depois. Aqui, os cristãos ocultos nutriram um sistema religioso distinto e continuaram a praticar sua fé secreta de várias maneiras.

Por exemplo, os cristãos ocultos da vila de Kasuga e os lugares sagrados de Hirado veneravam uma montanha, uma ilha e outros locais naturais como lugares sagrados ou locais de martírio. Na vila Sakitsu, em Amakusa, substituíram itens do cotidiano por objetos devocionais cristãos. Os que estavam na vila de Shitsu, em Sotome, continuaram suas práticas religiosas por conta própria com base no calendário litúrgico católico e no catecismo cristão, e veneravam imagens sagradas secretamente. Já na vila Ono em Sotome eles

8 A cerimônia *fumi-e* (踏み絵), que pode ser traduzida por “pisar (*fumi*) na imagem (*e*)”, foi um evento desenvolvido para expor os cristãos escondidos e forçar a apostasia. Basicamente, uma pessoa acusada de ser cristã era compelida a pisar numa imagem de Cristo ou da Virgem Maria, na suposição de que ela – ou pelo menos os católicos – não se submeteriam a tal sacrilégio. Na foto a seguir, vemos a reprodução moderna do artefato em questão que, segundo informações do próprio museu, foi à peça utilizada no cenário no filme *Silence*, dirigido por Martin Scorsese e baseado no *best-seller* homônimo publicado por Shūsaku Endō em 1966.

combinaram sua fé com as práticas xintoístas locais. Dessa maneira, os cristãos ocultos nessas aldeias nutriam seu sistema religioso com base no sigilo.

Em meados do século XIX, as atividades missionárias foram reintroduzidas no Japão, onde a fé ainda permanecia proibida aos cidadãos japoneses. Nagasaki foi um dos portos abertos ao comércio exterior e o primeiro grupo de missionários vindos da França começou a construir a Catedral da Oura na baía de Nagasaki. Logo após sua cerimônia em 1865, um grupo de cristãos ocultos de Urakami aproximaram-se do Padre Petitjean e disseram: “Nós temos o mesmo sentimento em nossos corações que vocês. Onde está estátua de Maria?”. O evento ficou conhecido como *Shinto Hakken* (信徒発見), ou “a descoberta dos cristãos escondidos”, após o qual as comunidades cristãs ocultas na região de Nagasaki entraram em uma nova fase, apesar do fato de a proibição do cristianismo ainda estar em vigor e as autoridades mais uma vez reforçaram a supressão dos cristãos, levando à última onda de perseguições.

Os parceiros comerciais ocidentais fizeram protestos contínuos ao governo Meiji em relação à situação do cristianismo no Japão, o que levou ao fim da proibição em 1873 e liberdade religiosa no arquipélago. Em consequência desta abertura, os cristãos ocultos (*Senpuku Kirishitan*) se dividiram em três grupos: (1) aqueles que aceitaram o catolicismo sob a orientação dos missionários e se juntaram à Igreja Católica, (2) aqueles que continuaram com suas próprias práticas nutridas durante o longo período em que a proibição do cristianismo estava em vigor (esse grupo é conhecido como *Kakure Kirishitan*), e (3) aqueles que decidiram se declarar como budistas ou xintoístas.

Após isso, diversas igrejas foram construídas nas aldeias onde os habitantes se converteram ao catolicismo sob tutela dos padres europeus. Dentre elas, a Igreja Egami, na ilha de Naru, concluída em 1918, é entendida hoje como um exemplo marcante que demonstra claramente como as técnicas

9 Apesar de utilizados em conjunto na atual bibliografia brasileira como “cristãos ocultos” ou “cristãos escondidos” é importante fazer uma distinção clara entre *senpuku kirishitan* (潜伏キリシタン) e *kakure kirishitan* (隠れキリシタン). O primeiro termo diz respeito aos cristãos que se escondiam do governo entre 1614 e 1854, ao passo que o segundo diz respeito aos cristãos que após 1854 decidiram permanecer com sua forma de culto e não regressar para os seios da Santa Sé, enquanto alguns *senpuku kirishitan* abandonaram seus aspectos do sincretismo com o budismo e xintoísmo e se autodenominaram católicos.

tradicionais da Europa e Japão foram adaptadas para lidar com o meio ambiente local nos lugares em que os cristãos ocultos migraram.

Patrimônios conectados

O que notamos nestes dois relatos é, em certa medida, a valorização do “tempo”. No caso de Macau, é valorizado o mais longo ponto de contado entre a China e ocidente (mesmo que isso negue algumas cidades importantes ao longo da Rota da seda mais antigas) ao passo que a nominação japonesa valoriza a passagem de uma determinada tradição por geração durante um período de perseguições por mais de dois séculos e meio. Ainda sobre Nagasaki, é pertinente apontar que este tipo de patrimônio que nos relembra momento difíceis da história da humanidade é conhecido como “dark heritage” e incluem outros locais tais como Auschwitz Birkenau, inscrito em 1979, e Hiroshima Peace Memorial (Genbaku Dome), inscrito em 1996.

Todavia, apensar de mencionado como “houve comercio entre Nagasaki e Macau” em ambas as descrições, nenhum dos documentos chama a atenção para a importância que os acontecimentos de uma ponta do comercio exerceram sobre a outra dentro da dinâmica do Império português. E, de fato, este não é o objetivo central do documento em si, no entanto, isso não nos impede de avançar nesta direção na forma de um Ensaio aqui apresentado. Para tal, produzimos a seguinte tabela cronológica ressaltando os momentos em que, ao que nos parece, foram os mais relevantes momentos para uma lógica comercial e cultural que atingiu ambas as cidades ao longo de meio milênio.

MACAU	ANO	NAGASAKI
Portugueses chegaram à China.	1513	
	1543	Os dois primeiros comerciantes portugueses chegam ao Japão.
	1549	O catolicismo é introduzido no Japão.
	1550	Francisco Xavier desembarca em Hirado.
Os portugueses estabelecem um acordo permanente em Macau.	1557	
	1563	Omura Sumitada é batizado e se torna o primeiro Kirishitan Daimyo.

O rei Filipe promove Macau de assentamento para a “Cidade do Nome de Deus de Macau”.	1587	Toyotomi Hideyoshi emite um decreto expulsando os missionários.
	1597	Vinte e seis católicos são martirizados.
	1614	O cristianismo é proibido em todo o Japão.
Mount Fortress foi construída.	1617	
Tentativa de invasão em larga escala pela Companhia Holandesa das Índias Orientais.	1622	Grande Martírio de Genna em Nagasaki.
	1627	A primeira cerimônia de <i>fumi-e</i> foi realizada.
Seção da muralha foi construída.	c. 1632	
	1637	A Rebelião Shimabara-Amakusa.
	1641	O escritório da Companhia Holandesa das Índias Orientais é forçado a se mudar para Dejima em Nagasaki.
	1644	Martírio do último padre no Japão.
A posição privilegiada dos portugueses no comércio com a China terminou.	1685	
O Seminário de São José foi concluído.	1728	
	c. 1790	Repressão de Urakami Ichiban Kuzure em Urakami.
	1797	Camponeses do domínio Omura começam a migrar para as Ilhas Gotō.
Macau volta sob a jurisdição do Estado Português da Índia de Portugal.	1844	
Os portugueses aboliram a alfândega chinesa e declararam a “independência” de Macau.	1849	
	1859	O porto de Nagasaki está aberto ao comércio exterior. Padres da Sociedade de Missões Estrangeiras de Paris vêm ao Japão.
O Teatro Dom Pedro V foi construído.	1860	
	1864	Catedral da Oura é concluída.
	1865	Descoberta dos cristãos ocultos.
	1873	Levantes contra a proibição do cristianismo.
Mourisco Barracks foi construído.	1874	
A casa Mandarin foi concluída.	1881	
	1889	Promulgação da Constituição do Império do Japão garantindo a liberdade religiosa.
	1918	Conclusão da Igreja Egami.
Partido Comunista Chineses chega ao poder.	1949	
A lei constitucional de Macau entra em vigor no seu ideal " <i>one country, two</i>	1993	

<i>systems".</i>		
Macau é declarada como Região Administrativa Especial da China.	1999	

Tabela 1. Quadro cronológico com eventos em Macau e Nagasaki.
Fonte: Produzido pelo autor.

Segundo a historiografia macaense, o chamado período de ouro de Macau vai da década de 1570 a 1637, e o declínio entre 1637 e 1650, que são justamente os períodos definidos por Charles Boxes (1986) como século cristão no Japão. Em um primeiro momento, com a aceitação de alguns senhores locais no Japão, dos quais incluem Amakusa Hisatane, Hasekura Tsunenaga, Ōmura Sumitada (Don Bartolomeu), Arima Harunobu (Don Protasio), Takayama Ukon (Takayama Justus), e Ōtomo Sōrin, houve um crescimento exponencial do comércio entre Macau e Nagasaki e com o fechamento e isolamento político do Japão pela política do Sakoku sob regime dos Tokugawa em meados do século XVII resultou no mencionado declínio de Macau.

Em suma, há primeiramente um movimento interno japonês pró-lusitano que favorece inclusive Macau, e um segundo momento de centralização que buscava limitar a presença lusitana no Japão em 1639, que acarretou prejuízos econômicos em Macau e, juntamente com pressão do governo chinês, seu declínio.

Outro fato é a permanência dos protestantes Holandeses no Japão após a expulsão dos Portugueses uma vez que eles ofereciam comércio sem impacto religioso. Note que, em 1641, os Holandeses são concentrados em Dejima, mas sua atuação na região já era perceptível desde 1610, forçando os portugueses a construir fortificações e muralhas durante as décadas de 1610 a 1630 em Macau e outras posições no sudeste asiático. Sem mencionas as várias tentativas, das quais a de 1622 foi a mais intensa, como parte da represália holandeses à corte espanhola. Visto que, durante o período da União Ibérica, as possessões lusitanas também foram alvo constante. O que afeta o sistema lusitanos levando a perda da posição privilegiada dos portugueses no comércio com a China em 1685 e deixando para traz a Holanda como único parceiro comercial europeu japonês durante o período Edo (1603-1868).

Em meados do século XIX, a uma nova onda de pressão ocidental sobre o oriente se inicia. Isso inclui os ingleses em Hong Kong, os americanos no Japão, com especial atenção para a Expedição do Comodoro Perry (1853-54), que resultou reabertura dos portos no final do período Edo e início da era Meiji e os portugueses em Macau, que logo em seguida aboliram a alfândega chinesa e declararam a “independência” de Macau em 1849. Estes movimentos neocolonialistas forçaram uma nova onda de ocidentalização na Ásia. Contudo, notamos que a partir deste momento, não é apenas uma influência no campo econômico e cultural, mas também se intensifica as ações em prol da modernização, ou seja, tecnologia da revolução industrial. E com ela, a disseminação de um determinado anseio de “civilidade ocidental” tanto em Macau como em Nagasaki. Agora não mais como pontas de uma rota comercial bilateral, mas como portos de um sistema efetivamente mundial de produção e escoamento de mercadorias.

Conclusão

Como vimos na síntese dos documentos de descrição dos patrimônios de Macau e Nagasaki, a forma pela qual os autores a serviço dos The State Administration of Cultural Heritage of the People’s Republic of China e Agency for Cultural Affairs do Japão, respectivamente, buscam apresentar seus locais como singulares e excepcionais, no entanto, o que o presente estudo procurou ressaltar, ainda que muito sucintamente, é que, em seu nível “histórico”, é impossível negar a influência que certos acontecimentos tiveram sobre as duas cidades. Portanto, estes locais devem ser estudados não apenas como pontos de origem ou sedimentação de determinadas tradições, mas também como vias que levaram e trazem, relembram e esquecem determinadas tradições ao longo do tempo.

De fato, esta não é uma reflexão nova ou inovadora, veja o brilhante estudo sobre o Mar mediterrâneo de Fernand Braudel, não obstante, é justamente por meio dos estudos de caso e análise exaustiva de fatos históricos, cronologia e documentação da época que podemos delimitar em que proporções às relações efetivamente ocorrem entre dois ou mais sítios, neste caso, dois

patrimônios da humanidade diretamente relacionados com a presença lusitana na Ásia, muitas das vezes esquecida – ou silenciada – em nossos livros didáticos.

Referências Bibliográficas

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS (ACA). *Comprehensive Preservation and Management Plan. Hidden Christian Sites in the Nagasaki Region*. Japan: Cultural Properties Department, Monumental and Sites Division. 2017.

BITŌ Masahide. “Thought and religion, 1550-1700.” In: HALL, John W. (org.) *The Cambridge History of Japan*, Vol. 4. Early modern Japan, p. 373-376. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BOXER, Charles Ralph. *Portuguese merchants and missionaries in feudal Japan, 1543- 1640*. Aldershot: Variorum, 1986.

CARDIAL, Paulo. Macau: The internationalization of an historical autonomy. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*. 41 (122), p. 637-689, 2008.

ELISONAS, Jurgis. Christianity and the daimyō. In: HALL, John W. (org.) *The Cambridge History of Japan*. Vol. 4. Early modern Japan. p. 301-372. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HONDA Yōko. *Naze “Nagasaki no kyōkai-gun” wa seikaiisan he no suisen torisage ni naru no ka?*

(なぜ「長崎の教会群」は世界遺産への推薦取り下げになるのか). 2016.

Disponível em <<https://news.mynavi.jp/article/20160205-heritage/>>. Acessado em 07 setembro de 2018.

KIMURA Katsuhiko. Nagasaki ni okeru Katorikku kyōkai junrei to tsūrizumu (長崎におけるトリック教会巡礼とツーリズム), *Nagasaki kokusaidagaku ronsō*. (長崎国際大学論叢) vol. 7, 2007.

MATSUI Keisuke. Seikaiisan, Nagasaki no kyōkai-gun, shūkyō-teki chiiki bunka, manazashi (世界遺産, 長崎の教会群, 宗教的地域文化, まなざし). *Tsukubadagaku jinmonchiri-gaku kenkyū* (筑波大学人文地理学研究), 31, 2013.

MUNSI, Roger Vanzila. Kirishitan jinja – nihondokuji no shūkyō shisetsu (キリシタン神社日本独自の宗教施設). *Nanzandagaku toshokan Katorikku bunko tsūshin* (南山大学図書館カトリック文庫通信), 29, 2014.

ROCHA, Joanes da Silva. The triumph of perseverance: Kakure kirishitan in Japan and its inscription on the world heritage list. *Historical Yearbook*, vol. XV, 161-173, 2018.

STATE ADMINISTRATION OF CULTURAL HERITAGE (SACH), *The Historic Monuments of Macao*, The State Administration of Cultural Heritage of the People's Republic of China, Beijing, 2005.

SATOSHI Fukami; JI-HYUN Sim. World heritage and dark tourism: A case study of "hidden Christian sites in the Nagasaki region", Japan. *Academia Journal of Environmental Science*, 6(1), 11–19, 2018.

SHIN, Junhyoung Michael. Avalokitesvara's manifestation as the Virgin Mary: The Jesuit adaptation and the visual conflation in Japanese Catholicism after 1614. *Church History*, 80(1), 1–39, 2011.

SOUZA, George Bryan. *The survival of empire: Portuguese trade and society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZHIDONG Hao. *Macau History and Society*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2010.

DO ÍNDICO AO ATLÂNTICO: AS TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A PRAÇA MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO E O ESTADO DA ÍNDIA (1780-1820)



Rodrigo Rocha da Cunha¹

Introdução

Os resultados de pesquisa apresentados referem-se a um projeto para a obtenção do título de Doutorado, que se encontra em curso. Ele é intitulado de *Do Índico ao Atlântico: as transações comerciais entre a praça mercantil do Rio de Janeiro e o Estado da Índia (1780-1820)*, que tem por finalidade entender a presença da cidade fluminense, nas relações comerciais com o Estado da Índia². Como uma etapa desta pesquisa, a proposta deste artigo é analisar esse comércio a partir do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1820)³.

Este periódico esteve em circulação entre os anos de 1808 a 1820 na cidade do Rio de Janeiro. O seu objetivo era de informar notícias dos principais eventos que ocorriam na Europa na época, mas também ressaltar o cotidiano carioca, a partir dos anúncios entre fugas de escravo, publicação de obras literárias, perda de objetos, em fim, anúncios dos mais diversos, que nos apresenta um cenário cultural e político em movimento e mudança. Um dos pontos mais importantes para a minha pesquisa são as colunas denominadas de *Notícias Marítimas e Avisos*.

As notícias foram importantes, pois a partir delas identificamos os nomes dos negociantes que faziam esse comércio, assim como as mercadorias que transportavam e os nomes dos navios, informa também o local para onde iam e de onde vinham. Já na segunda encontramos lojas da cidade vendendo produtos

¹ Doutorando, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História. Email: rodrigocunha18@yahoo.com.br

² O Estado da Índia, conceito que será muito explorado neste texto, é o conjunto de possessões portuguesas que iam de Moçambique, passavam pela cidade de Goa (capital administrativa da região), Surat, Malaca, Bengala, Macau e Nagasaki, localizada no Extremo Oriente.

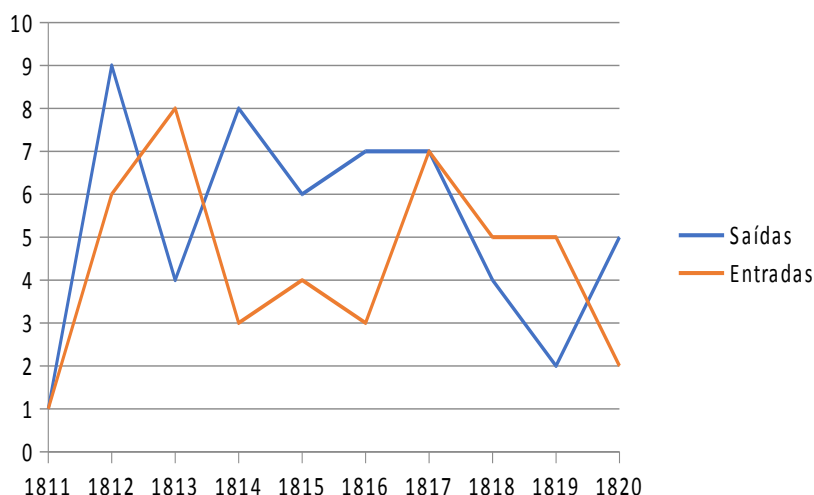
³ Hermeroteca Digital - BN

asiáticos com os preços dos produtos, navios que iam viajar para a Índia, que abria inscrição para fazer parte da tripulação, as chamadas *Naus de Viagem* e outros anúncios que se relacionam diretamente com a pesquisa.

Alguns dados dos negociantes identificados, foram mapeados e obtidos através deste periódico bissetimanal. A partir da coluna *Notícias Marítimas*, que além de informar as entradas, (local de onde tinham vindo os navios e suas cargas) e as saídas (os destinos, também com as cargas) dos navios, indica também o nome do negociante que comandava o navio. A partir destes dados, identificamos o número de vezes que esses navios estiveram presentes no porto do Rio de Janeiro, o nome do navio e o negociante que estava liderando aquela empreitada.

No que se refere à entrada e a saída desses navios identificamos no gráfico abaixo:

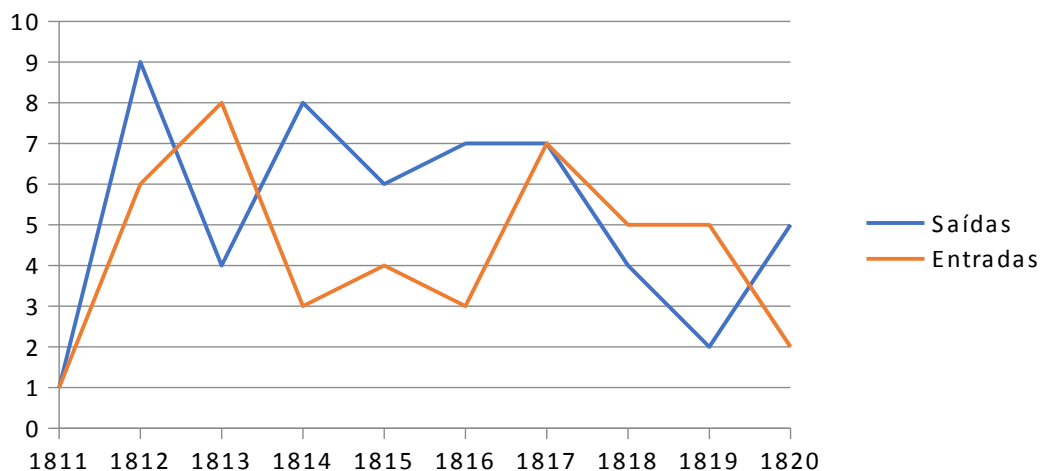
GRÁFICO 1: Entradas e saídas de navios luso-brasileiros (1811-1820)



Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1822) – Biblioteca Nacional:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

GRÁFICO 2: Entradas e saídas de navios luso-brasileiros (1811-1820)

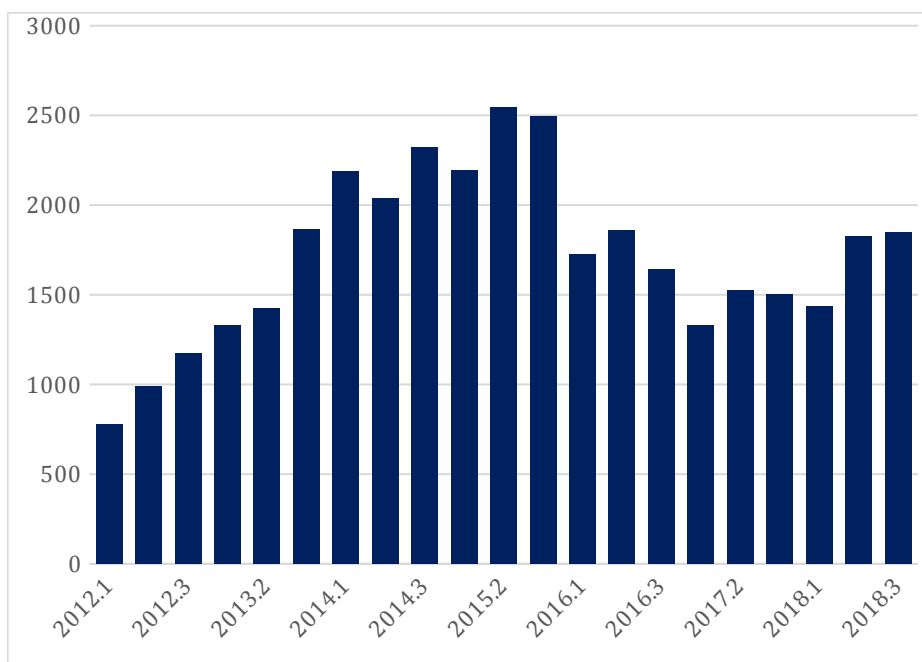


Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1822) – Biblioteca Nacional:
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

No gráfico 1 e o 2, além da amostragem quanto a quantidade de entradas e saídas de navios, percebe-se também a irregularidade desse comércio. Contudo, mesmo sendo sazonal, a importância deste comércio é salutar para o mercado interno do Rio de Janeiro no período de 1809 - 1822. Longe dos números do comércio escravo, esse indiano não foi menos importante, principalmente para os negociantes que arrecadavam fortunas e faziam esses produtos circularem no mercado interno. Outro aspecto importante para ser ressaltado quanto aos gráficos é no que se refere ao comércio irregular que se apresenta. A historiografia tende a mostrar que a distância, que durava em média 6 meses, representada pelo nome de monções, seria uma das análises para se levar em consideração. No entanto, não a desconsiderando, uma hipótese que está sendo testada é com relação ao reinvestimento das vantagens adquiridas nesse comércio. Muitos negociantes transoceânicos possuíam mais de um negócio, o que tornava o negociante preso a outras modalidades comerciais. Além deste aspecto, outro que podemos citar foi com relação à disponibilidade de navios para esse comércio. As consignações de navios, como podem ser confirmadas pelos pontos elencados no início do texto, era adquirida apenas para negociantes experientes que tinham mais de 10.000km distância de transporte marítimo. Havia assim poucos negociantes de longa distância para fazer esse comércio.

Como resultado desses números indicados acima, a quantidade de produtos que entraram no porto do Rio de Janeiro (1809-1820) era bastante variada, pois dependia da regularidade dessas viagens. Sobre esses produtos, estamos testando uma hipótese com relação ao mercado interno brasileiro. Houve um acentuado movimento de negociantes que participavam desse comércio de longa distância, que tinham como objetivo, além de se enriquecer, suprir as necessidades do mercado interno fluminense. Esse movimento foi reforçado com a Lei de 04 de fevereiro de 1814, que liberava o comércio de navegações luso-brasileiras com possessões coloniais portuguesas. Um retrato sobre esses produtos que alimentavam esse mercado pode ser mostrado nesse gráfico abaixo, a partir dos dados obtidos no periódico Gazeta do Rio de Janeiro:

GRÁFICO 3



Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1822) – Biblioteca Nacional:
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

4 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Junta do Comércio, Caixa 375, Pacote 2. Afirmava a liberdade de navegação entre todos os portos ultramarinos.

O gráfico acima representa apenas a entrada dos produtos asiáticos no porto do Rio de Janeiro, dentro do período de 1809 - 1820. Isso determinou um total de 47 carregamentos vindos do Índico. Quanto maior a entrada do produto, maior é o seu percentual e, por conseguinte, o que era mais vendido. Diante dos números acima apresentados a seda e as fazendas da Índia e da China (tecidos) foram os produtos que representavam 56% da entrada desses produtos provenientes do Estado da Índia. Logo, os têxteis foi um produto muito aceito, portanto o que mais gerava lucro para os negociantes. Em segundo plano vinham o chá com 8%, arroz com 7% e em seguida os artigos de luxo como a louça/porcelana com 4%.

Para compreender com mais clareza esse mercado, identificamos um importante estudo da historiadora indiana Philomena Sequeira Antony⁵. Mesmo estudando as relações comerciais entre Goa e Bahia, ela analisa também a participação do Rio de Janeiro nessas redes comerciais, sobretudo, no protagonismo dos negociantes desta praça mercantil, nesse processo. Além desse aspecto, as entradas de riquezas provenientes do Estado da Índia também foram ressaltados. Para isso, ela inclui dados do fundo documental *Livro das Monções*, guardados hoje no *Arquivo Histórico de Goa*.⁶ Segundo ela, esses produtos variavam de especiarias a plantas de alto valor comercial e principalmente têxteis indianos, porcelana, diamante e marfim. ⁷ Foi a partir desses documentos que ela relatou algumas dessas riquezas que tiveram inserção nos portos do Rio de Janeiro. Um exemplo foi o conteúdo de uma carta de 20 de abril de 1815, em que afirmava que a pimenta era bastante procurada na Bahia e no Rio. Essa pimenta era proveniente de Malabar, sendo transportada para o Brasil, via Goa – capital do Estado da Índia. Existia ainda “as encomendas de Simão da Rocha e de Domingos Alves Lobo, sócios dos negócios dos Mhamais no Rio de Janeiro, de fornecimento de vinte e cinco fardos da variedade selvagem da canela (canela do mato) ao Rio de Janeiro em

5 ANTONY, Philomena Sequeira. *Relações intracoloniais: Goa – Bahia (1675-1825)*. Brasília: FUNAG, 2013, pp.127.

6 Esses documentos foram incorporados num roteiro de fontes criado pela instituição *Fundação Alexandre de Gusmão*, local que preserva documentos diplomáticos. É importante ressaltar que esses dados não estavam contidos nos periódicos da *Gazeta do Rio de Janeiro* e fazendo a relação entre os fundos, identificamos assuntos que a historiografia ainda não se preocupou em se debruçar.

7 op. Cit: 2013, pp.103-136.

1819” 8. Em 18 de março de 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho escrevia para o vice-rei Francisco Antônio da Veiga Cabral pedindo mudas de cravo e noz moscada da ilha de Timor e canela de Ceilão. Segundo dados da própria autora, o Rio de Janeiro em 1802, obteve 13.209 libras de canela e pimenta; cravo 1.459 libras.⁹ Importante citar também que o anil indiano era muito utilizado no Rio de Janeiro. Segundo os seus dados, em 1816 a galera *Joaquim Guilherme* transportou para o Rio 220 caixas de anil, o que representa um grande interesse dos cariocas nesse tipo de produto.

É significativo que o aumento de opções dessas especiarias e artefatos manufaturados no mercado interno brasileiro. Estes produtos enriqueceram a dieta dos cariocas e a própria vida privada. É importante citar um anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* do dia 16 de agosto, do ano de 1815, para ilustrar esse fato. Dizia este anúncio:

“armazém da rua da Alfândega no. 5, que se acha a venda toda louça vinda de Macau no Navio Ulisses, em cuja porção se achão também serviços completos para meza, e chá, de porcelana dourada, e esmaltada, assim como os chás novos em caixa, 1 caixa, e oitavos, por preços commodos, e em pezos miúdos, a 800 reis a libra do Uxim, 1:100 Hisson, 1:600 Perola, e 2:000 Aljafar, a saber os da primeira escolha, e da segunda mais módicos. No mesmo se continua a vender toda a qualidade de cristaes, e louça inglesa, por atacado, e miúdo, assim como espelhos e painéis, e casquinhas de elegante gosto para ornato de sallas, e toda a qualidade de quinquilharias para criança”¹⁰.

Outro anúncio que nos chamou a atenção foi de uma “loja de Pacheco e Cordeiro de frente da Candelária no.18, chegou sortimento do novo chá vindo proximamente de Macau, para vender para o grosso, e a varejo, tendo caixas, e quartos, e seus preços regular se-hão mais commodos do estado da terra”.¹¹

8 op. cit: 2013 – pp.130.

9 op. cit: 2013 – pp.128.

10 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 16 de agosto do ano 1815.

11 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 3 de junho de 1818.

Esses produtos identificados até aqui, supriram o mercado brasileiro, como se observa nesses dois anúncios, porém exigiam algumas medidas que pudessem sustentá-las, e uma delas foi suprida pelo Regente em 4 de fevereiro de 1811 quando a liberdade de navegação entre todos os portos ultramarinos foi apresentada.¹² O texto do alvará evidencia os objetivos de desenvolvimento das complementaridades internas, mantendo o maior protecionismo possível. Não se trata em consequência do evento da livre navegação transoceânica, mas de trocas livres no interior do conjunto do império, ainda que certos monopólios da coroa, como o do comércio do tabaco continuassem a vigorar. O governo procurava também levantar economicamente os territórios asiáticos, subtraindo-os tanto quanto possível à influência britânica. Os carregamentos lá comprados pelos brasileiros e outros negociantes do ultramar, e em particular os oriundos dos portos britânicos de Bengala, deviam obrigatoriamente ser despachados nas alfândegas de Macau, Damão ou Goa. Caso contrário, não poderiam ser importados no Brasil.

Rumos da investigação

Os próximos passos da investigação têm como objetivo pesquisar os inventários dos principais negociantes que operavam no comércio com o Estado da Índia. Esta etapa da pesquisa é de fundamental importância, pois é através dela que identificaremos o enriquecimento desses personagens e a sua real participação no abastecimento de produtos asiáticos no mercado interno. Entretanto aspectos como linhagem familiar, casas comerciais organizadas, compromissos estabelecidos por contrato com grupos de negociantes indianos, serão um dos eixos fundamentais desta etapa.

Além desse aspecto, outro não menos importante, é buscar nos arquivos indianos subsídios que mostrem essas relações com os negociantes cariocas. Cujos documentos se encontram no fundo *Livro das Monções (códices 206 e 207)* – Arquivo Histórico de Goa e no fundo documental *Mhamai Kamat* – Xavier Centre of Historical Research.

¹² ANRJ, Junta do Comércio, Caixa 375, Pacote 2.

Cruzando as informações obtidas nessa etapa, principalmente relacionando-as com os mapas de importação e exportação entre os anos de 1809 a 1816, obteremos um retrato do que representou esse comércio para as elites e comunidade carioca, assim como para os cofres do império.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Luis F. D. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis*. In: Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português/ João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá, Adriana Campos org. – 2ª. edição, Vitória: EDUFES, 2014.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARREIRA, Ernestina. *Os últimos anos da Carreira da Índia*. In: MATOS, Artur Teodoro de & THOMAZ, Luiz Felipe F. Reis. *A carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*. Angra do Heroísmo, 1998.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *“O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 4ª. Edição.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *“Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”*. Penélope: Fazer e Desfazer História, n. 23. Lisboa, 2000.

_____. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2^a. Edição, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Revista Tempo*, vol. 14. n. 27, Niterói, 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Ed. USP, 1968.

REGO, António da Silva. *Relações diretas entre Macau e o Brasil, um sonho irrealizável? (1717-1810)*. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1976, e *Revista de Cultura*, Vol. 22, Macau, 1995.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América. (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

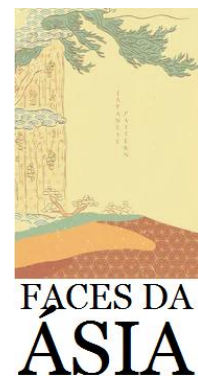
SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O império asiático português: 1500-1700. Uma história política e económica*. São Paulo: Editora Difel, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

XAVIER, Angela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

PIOTR STUTCHKA E O DIREITO PROLETÁRIO: ENTRE OS DEBATES HISTÓRICOS E JURÍDICOS

Vanessa Costa Ferreira¹



Historicidade do Estado Democrático de Direito

O conceito que utilizaremos de Direito e Estado Democrático de Direito é que são construções históricas dentro de contexto social específico. Ou seja: contra um dito jusnaturalismo do Direito. O nosso instrumental de análise não é marxista, porém escrevemos sobre um autor do campo jurídico que ancorava suas reflexões dentro do paradigma marxiano e marxista. Ficando isso claro, cabe dizer que trabalhamos com uma concepção anti-normativa do Direito, explicita-se isso para o leitor saber de qual barômetro teórico analisamos e debatemos, em certa medida, a obra de Stuchka. Sendo assim postulamos que Direito e Estado são visceralmente influenciados pelo contexto histórico, considerando o meio em que foram legitimados, e/ou até criados.

Sendo assim, para melhor compreensão do leitor, faremos uma breve passagem sobre as estruturas jurídicas da Idade Média e da Idade Moderna. Em primeiro lugar, faremos um breve apanhado de como o Direito se legitimou na Idade Média. Usaremos o termo “Estado Medieval”, para fins de entendimento e esclarecimento, hermenêutica entenda-se assim. Posto que na Idade Média não existia o Estado moderno de forma vertebrada que conhecemos hoje, e também vimos em sua formação na Idade Moderna, principalmente. A Idade Média na então Cristandade, hoje Europa, as formas e jurídicas eram extremamente fracionadas, posto a realidade econômico-social do feudalismo, quem ditava as regras em cada canto era o senhor feudal.

As pessoas que juraram fidelidade ao senhor de cada feudo, em regiões diferentes, os vassalos estavam sob os ditames do proprietário do feudo. Porém, devemos considerar que apesar da fragmentação, quando tratamos da

¹ Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH - UFF).

Cristandade, hoje Europa, temos de considerar a influência da realeza e da Igreja Católica. As funções de jurisdição sobre um território conforme o Estado moderno nos apresenta, a instituição do serviço militar (obrigatório ou não) monopólio da força e administração, por exemplo, encontrava-se espalhados em pequenos núcleos de poder: os senhores feudais e a Igreja Católica. Os monarcas, ficavam então, com alguns poucos domínio, mesmo que importantes. Um feudos, então não possuíam poder para se contrapor a outros feudos, e assim, sucessivamente, não tinha a possibilidade até as transformações da Idade Moderna, de um feudo ter poder para submeter outros feudos.

No colapso da ordem feudal conforme mostramos brevemente no parágrafo anterior, a mesma, começava a se tornar incompatível com as transformações econômicas que se tornaram inevitáveis, principalmente nos séculos XIV e XV. As crises agrárias e a peste negra, esta última ocorrida entre 1343 e 1353, relativamente distante do século que culminou na crise do feudalismo (XIV e XV), porém, fundamental para agravar uma crise que já estava se esboçando.

Quando falamos da formação do Estado moderno, temos de mencionar o Estado absolutista que se formou junto e ao mesmo tempo que a burguesia se fortalecia. Neste momento histórico, o que com a ascensão da burguesia era necessário uma unificação de burocracia e moedas, então um Estado centralizado e profissionalização dos serviços burocráticos fazia-se necessária. Posto isso, a criação das leis, sua execução e fiscalização encontram-se agora, centralizada nas mãos do rei. Então, conforme podemos observar a própria noção de Direito é mutável e construída de acordo com as necessidades do *status quo*, sendo assim, tomamos o conceito em sua historicidade.

O trânsito do Estado absolutista/Estado moderno para o Estado Democrático de Direito da contemporaneidade não se deu sem guerras, e carnificina. Entretanto, em meio a isso, certos fatos contribuíram decisivamente para o seu fortalecimento e legitimação, podemos citar os mais emblemáticos: A Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, fato esse que gerou a Declaração de Direitos na Inglaterra (*Bill of Rights*) 1689, a Independência dos Estados Unidos em 1776 e a Revolução Francesa de 1789 com a sua *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*. Vale dizer, sem prejuízo da importância dos

outros fatos históricos, que a Revolução Francesa de 1789 e a sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão plasmaram a nível internacional a noção de Estado Democrático de Direito: Ou seja: jusnaturalismo, consolidação da propriedade privada e igualdade jurídica. E concepção de igualdade, liberdade e fraternidade para todos os homens, não só na França, mas, a Revolução Francesa lança uma proposição de organização do Estado a nível mundial. Tanto que até em culturas orientais, os Estados, guardadas as peculiaridades que lhes são devidas, adquiriram um modelo de governo que nasceu com a Revolução Francesa de 1789. Como podemos ver no excerto do documento abaixo:

“(...)Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º.Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º.A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º.O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente” (...)”³

Sendo assim, para concluirmos esta parte, percebe-se ser equivocada a imagem, calcada no *lugar*-comum de que a noção que conhecemos de Direito e da qual fazemos parte, o Estado Democrático de Direito, são elementos automatistas, voluntários ou até mesmo natural. Vimos por força de argumentação e de fatos e fontes históricas que o Direito e o Estado

³ Retirada do sítio: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> em 28/08/2019 às 16:20.

Democrático de Direito são gerados por processos históricos, logo, traz em seu bojo a imagem, e valores das sociedades da onde são derivados, reconhecendo-se assim, a historicidade do termo Estado, e também do conceito de Direito.

Piotr Stuchka e a noção de Direito Proletário

Piotr Ivanovich Stutchka foi um renomado jurista soviético, apesar de ser proveniente da Letônia. Foi um dos intelectuais mais profícuos durante o chamado “lúcido intervalo” momento de alta liberdade política e intelectual na Rússia soviética, ou seja: o pós-Revolução de 1917 e o predomínio do stalinismo no começo dos anos 30.

Neste artigo analisaremos o texto **“O Problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe”**, de 1922, no qual Piotr Stutchka explicita as contradições e vestígio de classe no chamado por ele de Direito Burguês, reconhece que, segundo suas análises, o Direito concebido em nossa sociedade, é instrumento da classe dominante, porém, isso não quer dizer que o Direito em si, tenha de ser descartado como um entulho burguês.

Durante o processo de transição para o Estado Socialista, esse Direito pode ser ressignificado, e sendo útil ao processo revolucionário. Sabendo que ao terminar esse período de transição revolucionária, este Direito Proletário/Direito Socialista será dissolvido junto com a sociedade de classes. Porém, durante o processo de Revolução, na transição do Estado autocrático/burguês para um Estado Proletário, o Direito deve expressar a dominação da classe que está no comando, como outrora foi a burguesia, agora com a vitória da Revolução deveria, ainda que em momento transitório ser dominada pelo proletariado. Ao explicitar o quanto a concepção de Direito não é natural, P. Stutchka explicita que:

“(...) Isso que nos é apresentado enganosamente, com falsas aparências, como sendo Direito ingênuo, sem classes, nada mais é senão uma expressão da concepção jurídica dominante ou, mais precisamente, da concepção burguesa do mundo, em cujas garras nossa própria inteligência não apenas ainda se encontra,

como também é tentada a aprisionar as massas proletárias.(...)”⁴

Para P. Stutchka, a declaração dos *Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução* Revolução Francesa de 1789, era um Direito Burguês, pois, dentre outros tantos fatores legitimava a propriedade privada, por exemplo. Stutchka, escreve que este Direito “Natural” da Revolução ocorrida no século XVIII em França, é um Direito do Burguês, e foi, segundo o nosso autor trabalhado, desmascara enquanto tal: Direito do Burguês. Assim como o Direito Feudal era o direito do senhor feudal, Piotr Stutchka não vê diferenciação quanto a isto, mesmo sendo processos históricos distintos.

No começo do texto “**O Problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe**”, Piotr Stuchka “revela” o véu da religião por trás da concepção de Direito Natural, assim chamada ou jusnaturalista, como a conhecemos mencionando um trecho de um escrito de Friedrich Engels e Karl Kautsky:

"A bandeira religiosa apareceu, pela última vez, na Inglaterra, no século XVII, e pouco menos de 50 anos mais tarde surgiu, sem qualquer maquilagem, a nova visão do mundo, aquela que se deveria tornar a visão clássica do mundo da burguesia, a visão jurídica do mundo. Ela foi a secularização da visão teológica do mundo."(ENGELS, FRIEDRICH e KAUTSKY, Karl, 1887)⁵.

Ainda neste texto, o qual estamos analisando, o referido jurista, o mesmo propõe que se entendermos os escritos de Karl Marx num prisma de que tinha de ser erigida uma Ditadura do Proletariado, um Estado de transição, então temos de reconhecer também a existência do Direito do Proletariado. E reconhecendo que o aparelhamento legal está a serviço de uma classe

4 STUTCHKA, Piotr. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.

5 ENGELS, FRIEDRICH & KAUTSKY, KARL. Juristen-Sozialismus (O Socialismo dos Juristas) (Novembro – Dezembro de 1887), in: ibidem, Vol. 21, Berlim: Dietz, 1962, pp. 491 in: STUTCHKA, Piotr. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.

dominante, assim também o então Estado Proletário que surgiu no horizonte da então União Soviética, se inseria nesta mesma lógica.

Posto essas condições, a diferença para com o Direito Feudal, Burguês e Moderno, pois o processo revolucionário ainda estava acontecendo, posto que não haviam experiências passadas para ancorar um novo Direito. O P. Stutchka, reiterando, foi político de grande importância durante e a Revolução de Outubro –, sendo o primeiro **Comissário do Povo para a Justiça** do governo revolucionário nomeado por Lenin. P. Stutchka foi o núcleo intelectual do **Decreto Nº 1 - Da Revolução Proletária de Outubro de 1917 sobre o Tribunal**. Apesar de ter sido regido por Vladmir Lênin como **Presidente do Conselho dos Comissariados do Povo**, na qual contém em alguns incisos a postura teórico – jurídica de Stutchka:

Os Tribunais Locais decidem as causas em nome da República Russa e guiam-se, em suas decisões e sentenças, pelas leis dos governos derrubados, apenas na medida em que essas não tenham sido ab-rogadas pela Revolução e não contradigam a moral revolucionária e a consciência jurídica revolucionária. 6

Vale dizer que no começo do texto desse renomado jurista *soviético*, o mesmo brada contra os social-democratas alemães. Posto que no texto de P. Stutchka, àqueles, os social-democratas, não conseguem vitória para a classe trabalhadora, porém, se arrogam no direito de criticar o Direito Proletário. Minorando, assim, a importância da fase de transição e a importância da manutenção, ainda que por algum tempo (teoricamente), logo descartando a ideia de Estado Proletário.

Podemos observar de forma clara a concepção teórico – jurídica de Piotr Stutchka, a de ressaltar a importância do Direito para o processo pós-revolucionário e transição para o Estado Proletário. Ao contrário de seu contemporâneo nos debates jurídicos soviéticos, Evguiénis Pachukanis , que

6 LÊNIN, I. Vladmir. Decreto Nº 1 - Da Revolução Proletária de Outubro de 1917 sobre o Tribunal. In: STUTCHKA, PIOTR. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. Organização de Textos e Tradução de Emil von München, 2a. Edição, São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001, pp. 113.

durante o mesmo “lúcido intervalo” ocorrido na Rússia soviética, defendia o total descarte do Direito enquanto se conhece, vendo nele em si já corrompido pelos anseios burgueses. Sendo assim, não sendo útil em nenhuma fase do processo revolucionário e também não servindo ao Estado Proletário.

Portanto, a relação da História com o Direito, sempre proporciona debates e conhecimentos renovados. Ao dissertar, ainda que brevemente sobre o jurista Piotr Stuchka, mesmo não tendo o instrumental marxista como ferramenta de análise, podemos refletir sobre o quão concepções de Direito e lei tem sua historicidade, em seu sentido básico. Quando trabalhamos com as fontes, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, podemos olhá-las para além do olhar crítico do historiador, mas, também respaldados com os debates jurídicos deste tipo de documento. E levar para a reflexão em sociedade, nas salas de aula, esse debate de conceitos, enriquecendo a pesquisa e o ensino de História.

Referências

CALDAS, Camilo Onoda. A teoria da derivação do Estado e do Direito. São Paulo: Outras Expressões / Dobra Universitário. 2015.

CERRONI, Umberto. O Pensamento Jurídico Soviético. Lisboa: Europa-America, 1976.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. Derecho Penal Sovietico. Buenos Aires: TEA, 1947.

FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LENIN, V.I. Que Fazer? São Paulo: Hucitec, 1988.

LENIN, V.I. Que Fazer? São Paulo: Hucitec, 1988.

NAVES, Marcio Bilharinho. Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2000.

STUCKA, Petr Ivanovich. Direito e Luta de Classes: teoria geral do direito. São Paulo: Academica, 1988.

STUTCHKA, Piotr. Direito de Classe e Revolução Socialista. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.

